

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ana Luiza Nunes Almeida

**POÉTICAS (E) POLÍTICAS DA ALTERIDADE EM *AMORA*,
DE NATÁLIA BORGES POLESSO**

Porto Alegre

2019

Ana Luiza Nunes Almeida

**POÉTICAS (E) POLÍTICAS DA ALTERIDADE EM *AMORA*,
DE NATÁLIA BORGES POLESSO**

Tese de Doutorado em Teoria, Crítica e Comparatismo, submetida como requisito final para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Ana Luiza Nunes
Poéticas (e) políticas da alteridade em Amora, de
Natália Borges Polessio / Ana Luiza Nunes Almeida. --
2019.
135 f.
Orientadora: Rita Terezinha Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Lesbianidade. 2. Alteridade. 3. Literatura
brasileira. 4. Contos. 5. Amora. I. Schmidt, Rita
Terezinha, orient. II. Título.

**POÉTICAS (E) POLÍTICAS DA ALTERIDADE EM AMORA,
DE NATÁLIA BORGES POLESSO**

Tese de Doutorado em Teoria, Crítica e Comparatismo, submetida como requisito final para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2019.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt

Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Anselmo Peres Alós

Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves

Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Rita Lenira de Freitas Bittencourt

Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Para ti e por ti,
mãe.*

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo incentivo.

Pelo financiamento à pesquisa e contribuição à educação.

À professora Rita, pela orientação.

Pela fundamentação crítica e teórica. Pelo exemplo de cidadania e de luta em favor da alteridade.

Aos professores da banca, pela leitura.

Pela disposição e interesse em compartilhar saberes e experiências.

À Ana Carolina, Bruna, Mariana e Virgínea, pela troca.

Pelos cafés e discussões butlerianas. Por somar tanto nesse estudo como na minha formação pessoal.

À Rita, pela amizade.

Pelo cuidado com a minha vó. Pelo vínculo de companheirismo que criamos.

À Béia e ao Milton, pelo suporte.

Pela força e resistência de enfrentar esse mundo.

À vó Aida e o vô Milto, pelo abraço.

Pelo aconchego e apoio que sempre confortam.

Ao Igor, pelo afeto.

Por ser um pedaço da minha mãe aqui.

À minha vó Neiva e ao meu vô Genildo, pelo zelo.

Pela educação em todos os níveis. Pelo carinho. Pelo acolhimento.

À Ana, pelo incentivo, pela orientação, pela crítica, pelo exemplo, pela luta, pela leitura, pela disposição, pelo interesse, pela troca, pelos cafés, pelas discussões, pela amizade, pelo cuidado, pelo companheirismo, pela força, pela resistência, pelo abraço, pelo aconchego, pelo apoio, pelo afeto, pelo zelo, pelo carinho, pelo acolhimento.

Pelo amor.

Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

[...]

Só mesmo, rejeita

Bem conhecida receita

Quem não sem dores

Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar

[...]

Eu não me vejo na palavra

Fêmea: Alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar

“Triste, louca ou má”

(Francisco El-Hombre)

RESUMO

O que proponho nesta tese é entender como as existências lésbicas se definem – e são definidas – dentro de um discurso que as oprime. Nos caminhos que possibilitam as identificações, problematizo como as tensões dos gêneros, as subversões dos corpos e as ressignificações das sexualidades são constitutivas nos processos de inteligibilidades dissidentes da normatividade binária. Analiso o livro de contos *Amora* (2015), de Natália Borges Polesso, no qual as protagonistas exploram as suas identificações a partir de perspectivas subjetivas que nem sempre se relacionam com os padrões exigidos pela heterossexualidade compulsória. Desse modo, me apoio na teoria crítica de Judith Butler que, ao longo de seu estudo, assume um compromisso de confrontar as fronteiras que circunscrevem inteligibilidade aos sujeitos; e, em consonância com esse argumento, reforço a sua perspectiva ao indicar uma abordagem interseccional com outras teóricas que também sugerem um olhar contestador das políticas da alteridade – tais como Karen Barad, Donna Haraway, Adrienne Rich e Monique Wittig. Pensando os sujeitos em processo como possibilidades de desconstrução do discurso hegemônico, me coloco como constituinte desse devir que não se acomoda em definições estáticas e imutáveis e transito por entre escritas que permitem à minha existência adotar um significado agencial e contingente. Nesse sentido, refuto os conceitos normativos que se naturalizam nas textualidades políticas e poéticas, uma vez que se valem de um caráter de verdade arbitrária, sob a qual a existência lésbica se restringe à abjeção. Com isso, me preocupo em interpretar a heterogeneidade de linguagens que a pluralidade de vozes sugere, refletindo sobre o protagonismo lésbico (meu e das personagens literárias) em diferentes movimentações e elaborando de modos particulares – ao mesmo tempo que compartilhados – suas significações e, conseqüentemente, regimes de compreensão de si e do mundo.

Palavras-chave: Lesbianidade; Alteridade; Literatura brasileira; Contos; *Amora*.

ABSTRACT

What I propose in this thesis is to understand how lesbian existences define - and are defined - within an oppressive discourse. In the ways that make possible the identifications, I problematize as the tensions of the genders, the subversions of the bodies and the resignifications of the sexualities are constitutive in the processes of intelligibilities dissident of the binary normativity. I analyze Natália Borges Polesso's storybook *Amora* (2015), in which the protagonists explore their identifications from subjective perspectives that do not always relate to the standards required by compulsory heterosexuality. In this way, I rely on Judith Butler's critical theory which, throughout its study, makes a commitment to confront the boundaries that limit intelligibility to subjects; and in line with this argument, I reinforce your perspective by pointing to an intersectional approach with other theorists that also suggest a defiant look at the politics of otherness - such as Karen Barad, Donna Haraway, Adrienne Rich and Monique Wittig. Thinking of the subjects in process as possibilities of deconstruction of the hegemonic discourse, I put myself as a constituent of this becoming that does not accommodate static and unchanging definitions and transit through writings that allow my existence to adopt an agency and contingent meaning. In this sense, I refute the normative concepts that are naturalized in political and poetic textualities, since they use an arbitrary character of truth, under which lesbian existence is restricted to abjection. With this, I am concerned to interpret the heterogeneity of languages that the plurality of voices suggests, reflecting on the lesbian protagonism (mine and the literary characters) in different movements and elaborating in particular ways - at the same time as shared - their meanings and, consequently, regimes of understanding yourself and the world.

Keywords: Lesbianity; Otherness; Brazilian literature; Short stories; *Amora*.

O presente trabalho foi realizado com apoio do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Eu com o meu primeiro sutiã. Arquivo pessoal 33
- Imagem 2** – A ativista Indianara Siqueira. Disponível em: <https://iconoclastia.org/2013/06/10/indianara-siqueira-a-trans-que-pode-mudar-a-lei-brasileira/> 33
- Imagem 3** – Marcha das Mulheres em Washington, DC. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/19/a-forca-politica-da-marcha-das-mulheres-contra-donald-trump-vai-tomar-as-ruas-novamente_a_23338441/ 45
- Imagem 4** – Manifestação Mulheres contra Bolsonaro em São Paulo, SP. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/15-imagens-que-resumem-os-atos-a-favor-e-contra-jair-bolsonaro-pelo-brasil/> 45
- Imagem 5** – Quando o balé já me via gorda. Arquivo pessoal 66
- Imagem 6** – Jussara Belchior durante apresentação de Peso Bruto. Disponível em: <https://www.facebook.com/projetopesobruato/posts> 66
- Imagem 7** – Corps que atuam no clipe de Survivor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4> 80
- Imagem 8** – Assinando a certidão de casamento. Arquivo pessoal 103
- Imagem 9** – Hannah Gadsby em Nanette. Disponível em: <https://www.wired.com/story/hannah-gadsby-nanette-discussion/> 103
- Imagem 10** – Botton da campanha de Cynthia Nixon. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/03/chamada-de-lesbica-desqualificada-cynthia-nixon-transforma-insulto-em-slogan-de-campanha-politica-em-ny> 111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Primeiras palavras	12
Percursos do estudo	17

PARTE 1 – TENSÕES

1.1. O meu gênero me define?	25
1.2. Vulnerabilidade social dos gêneros	35
1.2.1. Lute como uma garota	44
1.2.2. Literatura degenerada	49
1.3. Sujeitos do desejo	54

PARTE 2 – SUBVERSÕES

2.1. O meu corpo me define?	63
2.2. Materialidades inteligíveis	71
2.2.1. Meu corpo, minhas regras	79
2.2.2. Incorporando o discurso	84
2.3. Corpos políticos	88

PARTE 3 – RESSIGNIFICAÇÕES

3.1. A minha sexualidade me define?	96
3.2. Contra a ordem simbólica	104
3.2.1. Lésbicas inqualificáveis	110
3.2.2. Leituras descentralizadas	113
3.3. Lesbianidades plurais	116

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como me defino?	123
-----------------	-----

REFERÊNCIAS

130

INTRODUÇÃO

Primeiras palavras

Eu sou Ana Luiza.

Fui identificada como mulher ao nascer e, por consequência, educada para agir de acordo com o comportamento feminino naturalizado.

Essas são definições que possibilitam a minha humanidade, dando-me inteligibilidade dentro do sistema binário de gênero.

As minhas características fenóticas definem-me como branca. O meu aspecto físico, de acordo com o cálculo do meu índice de massa corporal, indica que sou obesa. A minha orientação sexual distingue-me como lésbica.

Essas definições delimitam as minhas condições de enunciação. Demarcam a validade do meu discurso. Possibilitam a minha existência, ou melhor, a minha “reconhecibilidade¹” social.

A minha inteligibilidade como sujeito é determinada, portanto, pelo olhar do outro. Pelo reconhecimento do outro. Adapto-me a esse discurso arbitrário que se sobrepõe à minha individualidade para existir. A minha subjetividade se constrói condicionada às especificações que me garantem uma verossimilhança possível no espectro do público. Faz fronteira na dualidade do permitido e do proibido, do certo e do errado, do centro e da margem. Configura-se a partir de uma lógica normativa que impõe uma epistemologia da verdade, a qual delinea a universalização das identidades, mas que não dá conta da multiplicidade de identificações possíveis.

É aqui que a minha subjetividade resiste. Na impossibilidade de identificação com o universal², com o binário. Rompe com a norma e alia-se à experiência da fragmentação e à alternativa da diversidade; uma vez que eu, na minha individualidade, não me

¹ A palavra “reconhecibilidade” dá uma ideia de estado ou situação de reconhecimento, devido à adição do sufixo –dade ao adjetivo reconhecível. Portanto, a partir daqui não utilizarei mais aspas.

² Utilizo a noção de “universal” que Butler apresenta em *Deshacer el género* (2015):

“Se ha demostrado que el significado de <<lo universal>> es culturalmente variable y que las articulaciones culturales específicas de <<lo universal>> operan en contra de su derecho a un estatus transcultural. Esto no significa que no deba hacerse referencia a lo universal o que se haya tornado, para nosotros, en una imposibilidad. Poner entre paréntesis a lo universal sólo significa que existen convicciones culturales para su articulación que no son siempre las mismas, y que el término obtiene su significado precisamente a través de las condiciones culturales de su rearticulación, que están, decididamente, lejos de ser universales”. (BUTLER, 2015, p. 269)

conforme nos conceitos de sexo, gênero, corpo e sexualidade que a matriz heteronormativa tenta instituir.

É aqui que que a minha subjetividade existe e reexiste. Na possibilidade de resignificação dos discursos que nos definem. Na discussão sobre os dispositivos que fundamentam as categorias que nos definem. Na reflexão sobre a necessidade de definição.

Quero me firmar como um devir, como uma desconstrução de definições que não se sustentam nos meus discursos. Preciso ser para transitar nos significados da minha existência. Sou. Sou Ana Luiza. Possivelmente mulher. Possivelmente obesa. Possivelmente lésbica. Possivelmente para me tornar possível dentro da inteligibilidade do discurso, embora as identificações vigentes dessas possibilidades não me definam.

Entendo, contudo, que o ato de se definir é importante para que sejamos reconhecidos em sociedade, mas quero definir-me, tornar-me inteligível, a partir das possibilidades de superar o discurso que nos normatiza, provocando questionamentos e propondo novos e múltiplos significados aos seus significantes.

Na atual conjuntura sociopolítica, definir-se é vital para questionar e superar as normas e os discursos institucionalizados. Dessa forma, para que a minha voz não seja silenciada e as nossas conquistas não sejam apagadas, defino-me plural e defendo a pluralidade para que sejamos sujeitos em trânsito e passíveis de transformação.

Nessa lógica, trago a literatura para a discussão como aliada a essa ideia diversa de definição porque, de certa forma, ela é um componente que soma à minha constituição como sujeito inteligível. A partir dela proponho um questionamento sobre alguns elementos que nos constituem como sujeitos e uma discussão sobre o porquê deles nos definirem. Faço um paralelo entre ficção e realidade, analisando as similaridades das condições de enunciação possíveis para sujeitos com reconhecibilidades similares.

Aqui, nessa tese, a minha expressão está circunscrita pelo discurso acadêmico, o qual conserva as suas estruturas e por vezes oprime vozes dissonantes ao impor uma linguagem onisciente que não comporta uma proposição divergente da teoria hegemônica. Quero sobrepor o meu estudo a esse fundamento, pois vejo que é na união entre o real e o imaginário que encontro a minha voz para dissertar sobre o tema que proponho. É aqui também que reivindico a pluralidade.

Não vejo a possibilidade de restringir-me à norma, independente do seu contexto, e confesso que essa questão me atormenta ao pensar em quais são as perspectivas viáveis para legitimar o meu argumento. Em qual é o discurso que sustentará a minha fala.

Em meu trabalho, não há como dissociar os caminhos por onde cruzo das colocações de teóricos que defendem a literatura como um importante componente político. Em vista disso, analiso poéticas e políticas que destacam o abjeto e se posicionam contrárias ao discurso hegemônico, com o objetivo de não somente refutar a norma, mas de também ressignificá-la, partindo de premissas alternativas.

Penso nesse movimento de pensamentos a partir da idealização de uma tese-manifesto. Manifesto em favor de identificações de gêneros, de corpos e de sexualidades que associam-se à novas configurações discursivas. Manifesto em favor da restituição das humanidades que foram negadas. Manifesto em favor de referencialidades flexíveis que deem conta do trânsito dos sujeitos desalinhados.

Sob essa perspectiva, tenho a clareza de que a literatura não pode resolver problemas que acontecem fora do seu discurso e entendo que não seja esse o seu papel. Entretanto, ela pode contribuir para uma crítica e ressignificação dos papéis de gênero, preenchendo omissões através de escolhas narrativas alternativas e, assim, possibilitando um entendimento distinto daquele que é tradicionalmente explorado no espaço literário.

Tendo como objetivo analisar os discursos construídos sobre as lésbicas na literatura brasileira contemporânea, proponho refletir sobre a possibilidade de pensar o gênero a partir da subversão de uma de suas matrizes de inteligibilidade que é o desejo heterossexual compulsório. Para tanto, levo em consideração as tensões que os gêneros binários provocam, a importância dos corpos em trânsito pelos diversos espaços em um processo de reconstrução subjetiva e afetiva e, também, a legitimação dos discursos que são oprimidos pela normatização heterossexual.

O corpus de estudo são os contos que fazem parte do livro *Amora* (2015), de Natália Borges Polessa, cujo protagonismo destaca lésbicas narradas distante do olhar voyeur. São narrativas que oferecem uma pluralidade de discursos e promovem a legitimação das identidades, através da relação de verossimilhança que constroem. A escolha da obra foi feita a partir da necessidade de problematização de identidades fixas que são embutidas nos sujeitos contemporâneos e da urgência em pensar esses sujeitos a partir da noção de identificação, a qual desestabiliza o sistema binário e propõe uma

reflexão de novas possibilidades identitárias. Por isso, selecionei contos que não condicionam as protagonistas a rotulações e definições padronizadas, permitindo o trânsito dos corpos – pelas descobertas e escolhas – em identificações que lhes são interessantes em determinados movimentos espaço-temporais. Além disso, a preferência por um livro escrito por uma mulher lésbica foi uma escolha política, pois se alicerça na minha obrigação enquanto mulher e lésbica de dar voz para um grupo que ainda tem pouco espaço na literatura³.

Natália Borges Polesso é uma escritora fundamental no atual cenário literário brasileiro porque destaca as lesbianidades sem apoiar-se em um clichê sobre o assunto. Os seus textos não se restringem à discussão da sexualidade, mas atravessam essa questão sob diferentes ângulos que nem sempre precisam ser o foco narrativo das histórias. Aliás, seus textos tendem a questionar a normalidade normativa e oferecem um olhar mais sensível para os temas que propõem. Em entrevista concedida à *newsletter Mulheres que escrevem*, em 2017, a autora explica que “o modo como nos relacionamos com e no mundo influencia muito a nossa maneira de pensar e agir, logo, também influencia nossa maneira de escrever” e, portanto, diz ser importante escrever sobre questões que a transpassam – como a lesbianidade – e o faz sem receio de ser interpretada sob um viés político, uma vez que “vivemos em sociedade, somos todos seres políticos. Fazemos política todo momento”.⁴ Nesse sentido, seus dois livros de contos *Recortes para um álbum de fotografias sem gente* (2013) e *Amora* (2015), assim como o romance recém lançado *Controle* (2019), abordam sob diferentes perspectivas muitas questões que fazem parte das identificações lésbicas.

Amora foi publicado pela Não Editora, que vem ascendendo no mercado editorial, e obteve destaque em crítica. Recebeu premiações importantes, como o Prêmio Jabuti na categoria contos e crônicas. Assim, preciso atentar aos espaços de circulação em que está disposto porque o discurso sobre as lesbianidades tem um apelo publicitário que é muito

³ Regina Dalcastagnè (2005) coordenou uma pesquisa que procurou identificar como se configura o romance brasileiro contemporâneo e notou a supremacia masculina nesse cenário. A pesquisa dá conta de obras publicadas em editoras com prestígio e influência no espaço literário e revela que ¾ desses livros são de autoria masculina. No que diz respeito às personagens construídas, ainda se tem uma supremacia masculina (62,1% delas), em que 71,1% são protagonistas e 68,3% são narradores. Nota-se, então, que a mulher como produtora discursiva e protagonista de sua história é preterida em favorecimento de uma perspectiva falocêntrica que assume a sua voz e constrói uma identidade que muitas vezes não condiz com a subjetividade feminina.

⁴ Entrevista disponível em: <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/mulheres-que-escrevem-entrevista-natalia-borges-polesso-ab80f86f76>. Acessado em: 01 de setembro de 2019.

pautado em estereótipos e noções que privilegiam o olhar voyeur e, portanto, o espaço editorial se torna elemento definidor, uma vez que tem um caráter legitimador, “sendo mesmo capaz de interferir de maneira privilegiada nas próprias regras que estruturam o campo” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 23). São trinta e três contos distribuídos em duas partes: “Grandes e sumarentas” compreende vinte e dois contos longos e “Pequenas e ácidas” dá conta de onze contos mais curtos. As narrativas têm em comum espaços de deslocamento no âmbito diegético que viabilizam o discurso da homossexualidade feminina – corpos em trânsito que não se limitam a um único modelo expressivo e que sustentam uma diversidade de identificações. São protagonistas construídas sem o recurso de estereótipos e definições padronizadas, que usufruem os deslocamentos como reconstruções subjetivas. Em virtude disso, os textos literários postos em análise foram escolhidos, também, porque dão a oportunidade de pensar o deslocamento “como possibilidades de identificações e de desconstrução identitária” (DALCASTAGNÈ; LEAL, 2015, p. 13).

Entendo a possibilidade de estudar a literatura como um espaço alternativo de ocupação feminina e de performatividades lésbicas, pois a percebo como um instrumento significativo de transmissão e compartilhamento de culturas e conhecimentos. A partir do estudo que leva em consideração corpo e sexualidade como significantes produtores de novos discursos, busco entender as estratégias narrativas utilizadas pela escritora para desenvolver o tema em seus contos e refletir sobre as tensões, subversões e ressignificações engendradas no espaço literário brasileiro contemporâneo. Quero identificar de que forma são construídas protagonistas lésbicas, abordando um tema ainda estigmatizado na literatura⁵.

Esta tese será narrada em primeira pessoa. Assumo a voz da minha narrativa e reflito – apoiada pelos pressupostos de teóricos que discutem o tema da pesquisa – sobre as configurações dos discursos relacionados à homossexualidade feminina no cenário literário brasileiro contemporâneo. Esse procedimento dá protagonismo à voz narrativa tanto quanto quero defender no estudo porque a minha condição de enunciação demarcará

⁵ Ainda trazendo os dados do estudo de Regina Dalcastagnè, na pesquisa sobre a sexualidade das personagens, mais uma vez se percebe o predomínio de construções narrativas pautadas na heteronormatividade, visto que 81% das personagens são heterossexuais e, dentre a escassa performance de personagens homossexuais, 79,2% são gays. Assim sendo, o que ocorre é um apagamento da mulher e, principalmente, da lésbica no espaço literário e, por consequência, a naturalização de um discurso orientado por uma concepção voyeur e fetichizada, pois é construído por vozes que pertencem a um estrato influente, com reconhecimento social e valoração discursiva.

os meus entendimentos e vivências acerca os tópicos questionados. No contexto atual e em consonância com os argumentos levantados na tese, é fundamental abrir espaço para interpretações que não se aliem à cultura hegemônica, visto que ela está atrelada a um pensamento misógino e heterossexista. Assim, a resistência à arbitrariedade das normas vigentes inicia em nomear quem está falando, deixando evidente o meu posicionamento quanto ao tema que será discutido ao longo do estudo.

Isto posto, divido a tese em três partes, nas quais analisarei as tensões dos gêneros, as subversões dos corpos, as ressignificações das sexualidades. No final, concluo tentando assumir uma posição dentro das novas configurações dos discursos não hegemônicos. Reflito sobre os condicionamentos que a norma impõe para que sejamos sujeitos inteligíveis, levando em consideração as minhas experiências e a minha análise das protagonistas estudadas. Trago esse paralelo para não automatizar a minha escrita, incluindo as minhas subjetividades como caminhos possíveis de interpretação dos textos literários.

Percursos do estudo

As reflexões que proponho nessa tese imprimem um olhar alternativo para a construção de narrativas que destacam o protagonismo das lésbicas no espaço literário brasileiro contemporâneo. A sua amplitude dá a ilusão da possibilidade de uma multiplicidade discursiva. Todavia, a literatura brasileira contemporânea é definida como um espaço excludente, onde se privilegia discursos circunscritos na cultura heteronormativa, em detrimento de outros que são postos à margem tanto do fazer literário quanto da prática discursiva no âmbito diegético. Esse outro, de modo geral, é representado de acordo com uma perspectiva hegemônica que adquire um caráter de autoridade, uma vez que se põe como norma, com valor inquestionável – aqui, esclareço que a noção de representação se dá a partir da possibilidade de falar no lugar do outro, imposta como um controle que silencia os grupos marginalizados.

Busco interseccionalizar temas que circunscrevem as existências lésbicas nos campos poéticos e políticos e interpreto como elas se movimentam sendo protagonistas das suas narrativas. Como determinados aspectos de gênero, de corpo e de sexualidade se inscrevem nas definições subjetivas. Como as visibilizam nos âmbitos social e literário.

São temas que se sobrepõem nas construções identitárias subjetivas e interagem em diferentes níveis. A interseccionalidade, de acordo com Kimberle Crenshaw (2002) sustenta que os conceitos normativos de opressão social – tais como o sexismo e a lesbofobia – não agem independentemente uns dos outros, mas que essas formas de opressão têm uma relação mútua, criando um sistema coercivo que incide na convergência de múltiplas formas de discriminação:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Portanto, a importância de interseccionalizar esse estudo se dá na justificativa que conduz as minhas análises literárias – e a preocupação em pluralizar conceitos definidores de sujeitos é oriunda disso – de que os sujeitos não podem ser estudados a partir de uma unidade homogênea, mas que é preciso se preocupar com a diversidade de recortes e vivências que os constituem individualmente.

Reconheço que as mulheres não sofrem as mesmas opressões e o meu recorte dá conta da minha experiência enquanto sujeito identificado como mulher, cisgênero, branca, obesa, lésbica. A partir da minha condição, dos privilégios e as sujeições que ela denota é que faço as minhas interpretações dos protagonismos lésbicos literários escolhidos para serem analisados nesta tese.

É possível perceber um silenciamento do feminino e quase apagamento da homossexualidade – mais ainda da lésbica – em obras publicadas na literatura brasileira contemporânea. Por isso, ainda que não se pense na literatura como reflexo da sociedade, é inegável que os julgamentos de valores são construções sociais e, portanto, o silêncio dos grupos segregados no meio social é refletido através do controle discursivo que a literatura impõe.

O que se vê atualmente é que a homossexualidade feminina ainda está atrelada a um discurso falocêntrico, o qual é embutido de significados que são tidos como verdade na cultura dominante. Embora tenha-se a consciência da dificuldade que a subversão discursiva enfrenta, é preciso um esforço de, ao menos, questionar o discurso hegemônico. O argumento sustenta-se quando as novas configurações narrativas, mesmo

não havendo um discurso outro para se apoiar, abordam a temática de uma forma diferente, tentando uma ressignificação performativa. Aqui, por entre os lugares que nasce essa escrita, há morada para interrogações que pretendo desenvolver ao longo da tese.

Não me pretendo afirmativa, com respostas às problematizações que serão levantadas ao longo desse texto; mas assumo uma perspectiva interrogativa e questionadora dos porquês que circunscrevem a lesbianidade às margens do inteligível. Apoio-me na teoria crítica de Judith Butler para estudar os aspectos de formação dos sujeitos à luz de uma visão que não se acomoda a padrões preestabelecidos. Através de diálogos entre identificações e subjetividades, é possível entender os processos pelos quais nos tornamos sujeitos e como noções de gênero, corpo e sexualidade são constitutivas de significação. Butler está empenhada em desconstruir uma perspectiva unívoca de sujeito à medida que indaga sobre quais são as dinâmicas que conferem reconhecibilidade a essas existências – a partir de quais meios são construídos e como essas construções são (ou não) afirmativas. O sujeito de Butler é um sujeito em processo, uma vez que está envolvido em um devir contínuo, sem uma identidade coerente.

Assim como os sujeitos de Butler, também me identifico nesse devir. Já adianto que não há respostas definitivas para as perguntas que proponho. Longe de uma pretensão de verdade inquestionável, atribuo a lógica desse trabalho ao entendimento butleriano de compreensão da alteridade no espectro da inteligibilidade.

A relação com a alteridade se entranha na busca pelo reconhecimento que as identificações lésbicas reivindicam, afim de terem suas especificidades reconhecidas e suas inteligibilidades asseguradas. Esse raciocínio tanto pode ser repressivo, uma vez que a tendência é recorrermos ao já conhecido para interpretar a inteligibilidade do outro; como subversivo, através da possibilidade de rompimento com esse padrão. Ou, nas palavras de Butler:

O reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade. Mas o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos existentes de inteligibilidade são transformados (BUTLER apud KNUDSEN, 2010, p. 168).

Assim, faz-se necessário entender as normas que conferem reconhecibilidade aos sujeitos, contestando as categorias universais de definições, em virtude do meu próprio processo de reconhecibilidade. Para tanto, realoca-se a universalidade na cultura, com o

intuito de extrapolar as fronteiras de sua significação – isso quer dizer que existem condições culturais para a articulação da universalidade que são variáveis e contingentes, descaracterizando o termo de sua imutabilidade normatizada:

Las culturas no son entidades con límites; el modo de su intercambio es, en realidad, constitutivo de la identidad de aquellas. Si vamos a comenzar a repensar la universalidad en términos de este acto constitutivo de traducción cultural - lo cual espero aclarar más adelante en mis observaciones -, entonces, ni una presunción de comunidad lingüística o cognitiva ni un postulado teleológico de una fusión final de todos los horizontes culmrales serán una ruta posible para el reclamo universal (BUTLER, 2000, p. 27).

A tradução cultural opera como contradição performativa no momento em que expõe as contingências da universalidade e questiona suas próprias fundamentações. Expõe a própria incompletude das enunciações e das normas universalizadas. Por isso, valendo-me dessa brecha nas normas de significação, proponho pensar além do que se pretende universal, em um movimento reiterativo de reinterpretação das definições estabilizadoras dos sujeitos. Por conta da multiplicidade de identificações possíveis, a minha proposta é pensar além do binário, em que corpos são reconhecidos não somente como homens e mulheres, mas como corpos falantes em posição de significação, assumindo um caráter ontológico realista agencial, o qual possibilita habitabilidades que não se restringem aos atos de fala, incluindo, também, os atos corporais. O pensamento butleriano se associa aos estudos de Karen Barad (2017) para pensar em como os corpos subvertem a ordem androcêntrica. Pretendo interpretar as inter-relações que inteligibilizam as materialidades corporais nos contos e a forma como esses corpos são construídos como espaços políticos – como lugares de opressão e resistência.

Embora Butler (2012) defenda a impossibilidade de acesso ao corpo fora do âmbito do discurso engendrado, colocando a linguagem como premissa que viabiliza a materialidade, ela também sustenta que os corpos não podem ser vistos como simples objetos do pensamento porque tendem a indicar um mundo que está além deles mesmos. É aqui que Barad avança ao pensar o processo de materialização do corpo através da sua força agencial e não somente como uma construção social passiva. O seu argumento diz que o caráter ativo do corpo é produto de “uma relação causal entre práticas excludentes específicas corporizadas como configurações materiais específicas do mundo e fenômenos materiais específicos” (BARAD, 2017, p. 19). Uma perspectiva não exclui a outra. Elas complementam-se para dimensionar a inteligibilidade das materialidades corporais dentro do discurso em que estão inseridas – por causa do agenciamento da

materialidade é que eles são abjetos – e a agência política desses corpos como produtores de significados.

A primeira parte dá conta das tensões das definições de gênero. Começo refletindo sobre as perspectivas – coletiva e individual – que me definem e levo essa discussão para o âmbito literário ao dissertar sobre as possibilidades de identificações que as protagonistas percorrem nas narrativas. Elejo os contos “Estranho”, “Botinas”, “Tia Marga”, “Deus me livre”, “Primeiras vezes”, “O interior selvagem” e “Morder a língua” para interpretar as percepções alternativas de sujeitos inteligíveis. Caminho em direção de um entendimento dissonante do gênero binário, ao destacar as vulnerabilidades que o conceito esbarra no discurso socialmente construído e fortaleço o meu argumento exemplificando os movimentos que se aliam à reivindicação de insubordinação do feminino às práticas de reconhecibilidade normativa. Assim, sustento uma interpretação degenerada⁶ da literatura, na qual as personagens transitam em significações que não se restringem às dualidades de gênero e assumem o protagonismo das suas narrativas justamente por não se conformarem às definições normatizadas das suas existências. São (somos) sujeitos do desejo, onde o desejo se alinha a uma busca por identidades confirmadas por uma transformação do exterior constitutivo que nos reconhece através das nossas subjetividades significativas e significantes.

Avanço para uma segunda parte que se preocupa com os processos de materialização dos corpos abjetos. Não conseguindo definir-me no discurso que contorna os limites dos corpos inteligíveis, questiono quais são essas materialidades entendidas como norma e subverto a visão representacionista do corpo ao indicar uma proposição agencial da matéria sobre as configurações discursivas que se pretendem intransponíveis. O corpo como situação é representado nos contos “Saliva”, “Dreaming”, “Dramaturga hermética”, “Umas pernas grossas”, “Marília acorda”, “O coração precisa ser pego de surpresa para ser incriminado” e “Amora”. Neles, as personagens não se conformam à passividade imposta às suas significações corpóreas e deslocam-se para uma concepção realista agencial sobre si. Pensando nesse agenciamento do feminino e da lésbica sobre a materialização dos seus corpos, reflito sobre os movimentos que se apresentam como alternativa à objetificação que o gênero e a sexualidade abjetos foram (e ainda são, em

⁶ De acordo com o dicionário, a palavra “degenerado” significa algo que passou a possuir uma condição inferior, decadente. Utilizo a expressão “literatura degenerada” para ressignificá-la, deixando claro que não se trata de uma interpretação normativa dos gêneros nos textos literários.

alguns momentos) submetidos. Quando analiso a incorporação do discurso, quero deixar claro que não se trata de assimilação da norma, mas das práticas discursivas que contestam e subvertem a sua lógica excludente. Em virtude disso, a performatividade política desses corpos é apontada como promessa de transformação da inteligibilidade normativa.

Por fim, a terceira parte encarrega-se de ressignificar as sexualidades dissidentes. O protagonismo lésbico assume toda a sua força ao desafiar a norma opressora que quer nos invisibilizar. A cultura heterocentrada opera como um dispositivo de poder que relega as nossas existências à abjeção. Contudo, é o confronto a essa ordem simbólica que ameaça a organização epistêmica dos sujeitos. Os contos “Profanação”, “As tias”, “Flor, flores e ferro retorcido”, “Vó, a senhora é lésbica?”, “Como te extraño, Clara”, “Minha prima está na cidade” e “Diáspora lésbica” cumprem o papel de contestar os modelos de dominação sob os quais somos subordinadas ao passo que também impõem a desqualificação das lésbicas pelos termos da heteronormatividade. Todavia não é um rompimento com o discurso que nos circunscreve, mas a reivindicação de descentralizar as leituras de uma perspectiva coercitiva. A pluralidade de identificações lésbicas que transitam por entre corpos e gêneros impassíveis de definição, reverbera a incompetência do sistema heteronormativo em nos definir.

Minhas considerações finais, nesse sentido, aludem à multiplicidade de identificações que cabem em mim. Não pretendo resumi-las, mas interseccionalizar as suas potencialidades de acordo com uma nova partilha do sensível, no qual as lésbicas assumem condições de enunciação em busca de uma história não contada. Ainda que de forma breve, é preciso associar os objetivos de análise desta tese com a perspectiva de Jacques Rancière (2012) e, em especial, as considerações feitas acerca dos paradoxos da arte política. O filósofo discute sobre os modelos sedimentados de busca de eficácia de algumas proposições de artistas que se pretendem críticas desde o sistema econômico, os conflitos sociais e o próprio sistema da arte como instituição – nos interessa primeiramente a compreensão de política associada a uma noção de promover alterações no tecido do sensível, naquilo que estaria programado, predisposto, preservado:

A emancipação intelectual é a comprovação da igualdade das inteligências. Esta não significa igual valor de todas as manifestações da inteligência, mas igualdade em si da inteligência em todas as suas manifestações (RANCIÈRE, 2012, p. 14).

Além disso, nos interessa a dimensão política de produzir uma literatura que apresenta protagonistas que escapam às normas heteronormativas e às noções que se

movem junto com elas em relação ao artista e suas intenções, os espaços de exibição, as formas de visibilidade e esses trabalhos que são reapresentados e apresentados como uma categoria especial de coisas e proposições e que passamos a chamar de arte e teoria *queer*.

PARTE UM

TENSÕES

1.1. O meu gênero me define?

es.tranho adj. s.m. 1 que é esquisito, extraordinário 2 que é de fora, estrangeiro 3 desconhecido, novo 4 que foge aos padrões sociais 5 que não faz parte de algo 6 misterioso, enigmático 7 que foge ao convívio f. estranha (POLESSO, 2015, p. 241).

As minhas características anatômicas e biológicas vinculam-me ao gênero feminino. Essa condição foi imposta mesmo antes do meu nascimento, a partir da determinação do meu sexo biológico e, por conseguinte, ao relacioná-lo ao gênero socialmente correspondente. A partir da associação a este conceito, torno-me inteligível no espaço discursivo, porém não me restrinjo aos seus termos por me entender, muitas vezes, estranha a eles.

As percepções fixas de identidade não sustentam a multiplicidade de identificações que coabitam as existências individuais e as restrições binárias que atribuem humanidade aos sujeitos não dão conta de descrever tais possibilidades. Nesse sentido, uma simples associação entre sexo e gênero que superficialmente é vista como descritiva, na verdade, determina um contrato performativo que impõe um conjunto de práticas sociais as quais reiteram normas regulatórias.

Na maioria das vezes, normalizamos comportamentos que resultam de uma cultura heteronormativa e machista sem ao menos discutirmos os motivos implícitos que conduzem essas normas. Quando ainda era criança contestei a variabilidade de tratamento relacionado ao gênero porque percebi que os significados das minhas características anatômicas e biológicas conduziam a minha possibilidade de existência. Eu morava com os meus avós e adorava passar as tardes de verão acompanhando o meu avô no trabalho da horta. Íamos iguais – de enxada, pá (as minhas ferramentas eram de brinquedo), bermuda, sem camiseta e eu me comportava tentando imitar às atitudes dele. Mas quando eu estava começando a pré-escola não pude mais acompanhá-lo sem camiseta nas mesmas atividades porque esse hábito não era adequado para uma menina. Os meus argumentos limitavam-se em dizer que eu sempre me vestia daquela forma em casa no verão, e não entendia o porquê do meu avô poder ficar sem camiseta e eu não, sendo que ambos éramos iguais. No entanto, não éramos.

Entendo que os meus avós também tinham pouco entendimento sobre discussões de gênero e justificaram simplesmente dizendo que meninas têm seios e devem cobri-los.

Eu não tinha seios e por isso achava que era igual ao meu avô, uma vez que nossa estrutura física era semelhante, mas mesmo assim ganhei um sutiã para entender que naquela época pelo menos os meus mamilos deveriam ser cobertos.

Obviamente não foi uma discussão complexa, mas foi relevante na minha construção como sujeito. A partir do questionamento dos significados essencialistas aos quais os gêneros são subordinados e da incomodação que a permissividade com que nos associamos aos binarismos de sexo e de gênero, mesmo sem identificação com as suas definições, é que ainda me considero estranha dentro do meu processo de inteligibilidade subjetiva.

“Estranho” é um pequeno conto que também confronta as noções de significação quando descreve a interpretação do que é estranho com base naquilo que é posto como definições “reais” do significante. De forma geral, o verbete relaciona-se com o que é esquisito e foge do padrão, mas mesmo que entendamos que o padrão é construído socialmente e, por vezes, seja uma referência incomum, não estar de acordo com ele nos deixa à parte do todo. Portanto, os espaços de significação impõem um contrato que ativa os dispositivos de inteligibilidade dos sujeitos e nos faz questionar a fixidez normativa de quem é posto à margem pelo discurso.

No conto, uma personagem é entendida como estranha a partir da ligação entre os significados do verbete e os comportamentos designados a ela que correspondem a essa acepção. O esquisito é associado à descrição da personagem como feia, ou melhor, “extraordinariamente feia” (POLESSO, 2015, p. 241), assim como o desconhecido remete à uniformização da moda e à excentricidade imposta à personagem por não aderir ao uso de algo que ela considerava tão horrível, combinando a sua falta de entrosamento com os outros ao fato de não estabelecer relação com os padrões. Logo, não endossava àqueles significados que lhe eram impostos, ainda que se restringisse a eles e não conseguisse ultrapassá-los para ressignificar a sua existência.

Assim como a construção do conto em terceira pessoa, é o olhar do outro que define a personagem e cerceia a sua interpretação a uma linha quase intransponível de significação, uma vez que se submeteu ao discurso dominante quando “desistiu daquele ponto” (POLESSO, 2015, p. 242), de entender-se fora do estranho. O geral sobrepôs-se à sua individualidade, mesmo que não servisse de referência para a sua identificação pessoal. Contudo, mesmo que seja preciso estarmos inseridos no discurso binário para

nos tornarmos sujeitos inteligíveis, devemos entender e questionar a sua lógica. Para isso, é fundamental analisar criticamente o contrato social dominante e buscar estratégias que se oponham ao raciocínio hegemônico e subvertam os sistemas homogeneizadores que legitimam uma performatividade normativa pautada no ideal de natureza biológica, a qual inviabiliza outras possibilidades de existências. Não se trata, todavia, de desfazer as referências que determinam a nossa inteligibilidade, mas de transformar os significantes e dar novas possibilidades aos seus significados.

Embora seja extenuante a desconstrução contínua do discurso regente, faz-se necessário ao menos desestruturá-lo a partir das brechas que ele apresenta. O narrador do conto, por exemplo, descreve uma personagem que perde a confiança em si e desiste porque não se sente pertencente ao contexto em que está inserida; ao mesmo tempo em que rebate o discurso que a delinea quando exprime a sua opinião sobre o absurdo da correlação entre o desajuste com o novo – quando diz ser bizarro que todos usavam “aqueles tênis horríveis que pareciam sapatos, mas não eram nem uma coisa nem outra” (POLESSO, 2015, pp. 241-2), nega o padrão como algo positivo e dá valor ao ponto de vista da personagem de não se encaixar nele.

Na perspectiva da narrativa, as definições entendidas como “reais” para o verbete descrito estão relacionadas ao gênero feminino, uma vez que o narrador deixa evidente que esse estranho condiz com as identificações de uma personagem feminina – na estrutura do conto, a autora começa enumerando os significados da palavra de acordo com o dicionário para, em seguida, relacioná-los com a narrativa sobre a personagem, associando cada parágrafo a um significado elencado anteriormente:

4 que foge aos padrões sociais 5 que não faz parte de algo

[...]

4. Adolescente rebelde sem causa de calça rasgada, demorou a entender que precisava mesmo era tomar um banho para tirar aquela nhaca do corpo. A roupa até podia continuar a mesma.

5. Tentou se enturmar. Em casa, sozinha, sentia-se mais pertencente (POLESSO, 2015, pp. 241-42).

Entendo a aproximação que o feminino tem com o estranho ao perceber um discurso homogêneo que não dá conta da significação plural que o gênero proporciona.

A manipulação discursiva heteronormativa gera, por vezes, um sentimento de não pertencimento aos códigos significativos, tendo em vista que só aceita existir o que é nomeado pelos seus termos. O abjeto, inserido nessas condições de significação,

configura-se em um esvaziamento estrutural do ser, uma vez que constrói uma zona inabitável de inteligibilidade, na qual a sua vida não importa. A produção do abjeto, como teoriza Butler (2012), ocorre simultaneamente à produção do sujeito:

Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas "invivibles", "inhabitables" de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo "invivible" es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. Esta zona de inhabilitación constituirá el límite que defina el terreno del sujeto; constituirá ese sitio de identificaciones temidas contra las cuales - en virtud de las cuales - el terreno del sujeto circunscribirá su propia pretensión a la autonomía y a la vida (BUTLER, 2012, pp. 19-20).

“Botinas” explora a forma como sujeitos abjetos não se conformam ao discurso hegemônico e suplicam pelo reconhecimento inteligível das suas existências. Através da morte de K, tem-se a dimensão de quão tortuoso é estar inscrito no limbo da significação – K cometeu suicídio para dar fim ao seu sentimento de não pertencimento:

K chegou em casa dentro daquela tristeza espessa na qual há meses vivia. Sentou no sofá e esperou alguns segundos para ver se sentia alguma coisa. Não era nada, não era nada, diziam, bola para frente. No entanto, era um deslocamento, a sensação de não pertencer a lugar algum, de ter sido arrancada do mundo, golpeada para longe do que se entende por amor. Não era bonito. Era frio, feio e doloroso e sozinho sentir-se daquela maneira (POLESSO, 2015, pp. 66-7).

Nem a abjeção é capaz de definir K dentro das possibilidades de identificações viáveis. A sua subjetividade não tem espaço. É desfigurada. A resistência à subordinação às normas implica na recusa de ser um sujeito socialmente inteligível e essa recusa pode se traduzir em um suicídio social – o desejo de reconhecimento é vencido por uma incorporação psíquica do discurso normativo que não preenche a personagem. Dentro da normatividade, K não tem condição de enunciação e tampouco adequa-se aos dispositivos de poder que a oprimem – o sexo, o gênero e a sexualidade são cerceadores da sua subjetividade.

A personagem encontra nos sonhos um ponto de fuga para a expressão mais verossímil do seu eu. O diálogo entre o consciente e o inconsciente permite relacionar o exterior constitutivo que a perturba – e invalida a sua subjetividade – com o desejo de superá-lo, o qual manifesta-se através da raiva que a consome e da repulsa de si:

- Sonhei uma coisa esquisita.

- Conta.

- Eu tava num incêndio e ao invés de deixar o prédio, eu voltei para buscar o meu computador. Eu olhava a minha pele queimar. E vi bolhas brotarem, estourando uma depois da outra. A minha pele se dilacerando e eu ficando

exposta, tão exposta que se passasse qualquer brisa fresca, me rasgaria inteira.
[...]

- E sabe o quê, Fran? É assim que eu me sinto. Completamente desfigurada. Cheia de feridas pesadas, nojentas, que não vão curar. E vão causar sempre essa sensação de repulsa. Minha (POLESSO, 2015, p. 69).

Segundo Von Franz⁷ (2011), os sonhos indicam uma reação do inconsciente a uma situação consciente. A sua compreensão pode resultar em uma mudança na percepção consciente dos eventos vivenciados, como também pode ocasionar em uma mudança na percepção subjetiva dos sujeitos. Nas palavras da escritora:

Quando constantemente levamos os sonhos em consideração produz-se algo que remete a um contínuo diálogo do eu consciente com os antecedentes irracionais da personalidade, um diálogo por meio do qual o eu é constantemente revelado a partir do outro lado, como se houvesse um espelho, como se ele fosse um espelho, no qual o sonhador pode examinar a sua própria natureza (VON FRANZ, 2011, p. 16).

K não soube (ou não conseguiu) externar o seu eu, uma vez que força coercitiva do exterior que a significava se sobrepôs à sua significação individual. Dava indícios da inquietação que esse vazio interior lhe causava – quando sentia uma agonia que a impedia de sentir ou até mesmo ao refletir sobre o procedimento crematório, deixava evidente que não se sentia-se um sujeito inteligível. Compreendeu que não fazia parte daquele meio social e encontrou na morte o escape para a sua inquietude.

O suicídio, por sua vez, aparece como um movimento ambivalente que corrobora com a impossibilidade da personagem existir nos padrões heteronormativos, ao mesmo tempo que capta a insubordinação de K a eles:

A trajetória de K era um mistério. Não sabia que caminhos tinha feito ou em que ruas escuras tinha se embrenhado até então. Só sabia que era preciso inventar novas palavras para descrever sentimentos, essas que tinham não bastavam, ao menos não bastavam para K (POLESSO, 2015, p. 70).

A busca pelo reconhecimento de uma inteligibilidade social pode conferir máscaras sociais aos sujeitos sem, no entanto, reduzi-los a elas. O gênero está próximo à uma performatividade de identidade que pretende ser e é sempre um fazer construído por práticas discursivas que produzem aquilo que nomeiam. Consequentemente, comprova a ineficácia das normas e aproveita a sua debilidade para expor a incapacidade dos regimes dominantes de manter os seus próprios ideais.

⁷ Marie-Louise Von Franz foi uma importante estudiosa do trabalho de Carl Jung, tornando-se especialista em interpretação de sonhos. Contudo, não é meu intuito aprofundar em uma análise complexa deste estudo, cabendo somente citar qual a fonte que utilizo para fundamentar a minha interpretação.

Em vista disso, questiono se a minha inteligibilidade deriva da definição de um gênero. Se faz sentido fundamentar a minha existência a partir da ordem do visível. Donna Haraway (1995) compromete-se com a transformação da realidade e com a necessidade de problematizar os significados legítimos da objetividade, ao prescindir a estabilidade passiva do que é entendido como natureza.

O discurso sobre a natureza impõe um esquema dicotômico que produz uma ilusão de simetria distorcida, na qual uma posição apresenta-se como alternativa viável e a outra, sua variação excludente e antagônica. Ao ser compreendida como um objeto do conhecimento, a natureza efetiva-se como um “real” inquestionável e sua semântica consolida-se sob binarismos cartesianos. Nessa lógica, a tradição sobre os estudos da objetividade estabelece os seus conhecimentos sob o prisma de uma suposta universalidade que codifica o mundo a partir de uma epistemologia que desconsidera as subjetividades. Ainda assim, em uma análise crítica sobre o que é entendido como natureza, percebe-se que a sua significação é parcial em todas as suas facetas e, portanto, a sua propriedade irrefutável não se sustenta.

Haraway nega o caráter passivo da natureza, identificando que as suas fronteiras com a cultura não estão mais claras, uma vez que percebe a parcialidade no significado dado à natureza – a institucionalização da sua objetificação prevê um conhecimento fixo, codificado de acordo com interesses específicos de quem o construiu. A autora entende a natureza como um sujeito ativo, não podendo mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação da cultura:

A natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista. De modo análogo, o sexo é apenas a matéria do ato de gênero; a lógica da produção parece inescapável nas tradições dos binarismos ocidentais. Essa lógica narrativa analítica e histórica explica meu nervosismo a respeito da distinção sexo/gênero na história recente da teoria feminista. O sexo é “recuperado” para ser rerepresentado como gênero, que “nós” podemos controlar. Parece impossível evitar a cilada da lógica apropriação de dominação, inscrita no par binário natureza/cultura e na linhagem que ela gerou, incluindo a distinção sexo/gênero (HARAWAY, 1995, p. 36).

De forma similar, Paul Preciado (2017) explica que o conceito de natureza não é passivo e só tem valor ao assumir a sua condição social, ou seja, o significado de natural é construído socialmente e, no que tange ao sexo, ele próprio não tem significado, mas é usado para normatizar o gênero. O sexo é absorvido pelo gênero e seus discursos sustentam-se a partir de uma matriz heterocentrada que “reduz o corpo a zonas erógenas

em função de uma distribuição assimétrica de poder entre gêneros” (PRECIADO, 2017, p. 25).

Ao desestruturar o determinismo biológico acerca do sexo, surgem possibilidades de intervenção transformadoras que se aliam ao construcionismo social e conciliam interpretações antes subjugadas, as quais levam em consideração diferenças sociais, históricas e semioticamente situadas. É o que Haraway aponta como conhecimentos situados – perspectivas parciais que prometem uma visão, de fato, objetiva e que reconheçam de onde falamos, mas que tampouco excluam outros conhecimentos:

Mas a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento. A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia (HARAWAY, 1995, p. 23).

A interpretação a partir das subjetividades é plural e está em constante construção, sem reivindicar um significado original. Permite a extensão das conexões e a transformação dos sistemas de conhecimentos e as maneiras de olhar. Privilegia, portanto, a parcialidade e a situacionalização das experiências, entendendo as diferenças a partir de uma abordagem individual e localizada.

As relações entre sexo e gênero devem ser reformuladas, devendo ser assistidas todas as tensões de significações que inscrevem os sujeitos no âmbito das suas coerências subjetivas. Não quer dizer, porém, que esses novos modelos sejam verdadeiros ou inquestionáveis, mas garantem as suas inteligibilidades a partir dos conhecimentos situados em cada um dos níveis das suas articulações.

Para mim, só é problema identificar-me como mulher em termos relacionais, pois estando inserida em um contexto heteronormativo, o meu conhecimento está situado em uma posição subjugada em relação aos homens. Não problematizo a minha condição de mulher na minha singularidade, mas me asseguro de transitar em uma contrassexualidade, onde reconheço-me na “possibilidade de acender a todas as práticas significantes, assim como todas as posições de enunciação” (PRECIADO, 2017, p. 21), como um sujeito que se identifica na dualidade e além dela. Nesse sentido, vou ao encontro da luta de Haraway em desenvolver uma postura de contestação e desconstrução da objetificação do conhecimento, fazendo-o surgir como diálogos situados em cada um dos níveis de sua articulação. Nas práticas cotidianas, talvez seja possível afirmar que a minha identificação

se afaste do ideal de feminilidade e, mesmo dentro do engendramento feminino, reconheço que sou plural:

A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial (HARAWAY, 1995, p. 26).

Voltando um pouco à história da minha infância, indaguei sobre o motivo de não poder ficar sem camiseta assim como o meu avô e obtive a resposta naturalizada de que meninas e meninos são diferentes fisicamente e, portanto, devem se comportar de acordo com o seu gênero. Óbvio que não pensei sobre o assunto na época, mas de uma forma bem superficial é possível rebater esse argumento raso ao perceber que muitos homens têm mais seios do que mulheres. Outros pontos de vista são relevantes e aprofundam esse debate, como por exemplo, o caso da ativista carioca Indianara Siqueira que em 2013 foi presa e julgada por ultraje público ao pudor. Ela, uma mulher trans, protestava com os seios descobertos na Marcha das Vadias. Aqui a contradição foi estabelecida ao definir qual sexo atribuir à ativista: o visível, reconhecendo socialmente que ela é uma mulher e o que vale é a sua identificação de gênero, ou o sexo declarado nos documentos, reconhecendo-a como homem e aplicando as normas que lhe dão o direito de andar com o torso desnudo publicamente. Mesmo assim, como ela citou em uma declaração publicada nas redes sociais, qualquer que seja a decisão da justiça, explícita a diferença de tratamento dada aos gêneros binários e, também, o não reconhecimento do abjeto:

Dia 13 de junho às 10h30, local Rua Humberto de Campos 315/ 2º andar – Jecrim do Leblon, eu Indianara Siqueira serei julgada por Ultraje Público ao Pudor. Depois das “confusões” criadas na Marcha das Vadias e criar o protesto “Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito” onde algumas trans me seguiram, policiais ficaram atentos até conseguirem me deter. Após receber voz de prisão por desacato ao me negar a assinar o B. O. e liberada após pagamento de fiança feito por companheirxs Vadixs, recebi a intimação do julgamento. Independente do resultado do julgamento e mais que uma pessoa ou um coletivo, o que estará sendo julgado é o gênero, a imagem do feminino que não tem o mesmo direito que o masculino. A justiça criará também um dilema. Se me condenar estará reconhecendo legalmente que socialmente eu sou uma mulher e o que vale é a minha identidade de gênero e não o sexo declarado em meus documentos e isso então criará jurisprudência para todas xs pessoas trans serem respeitadxs pela sua identidade de gênero e não pelo sexo declarado ao nascer. Se reconhecer que sou homem como consta nos documentos estará me dando o direito de caminhar com os seios desnudos em qualquer lugar público

onde homens assim o façam, mas também estará dizendo que homens e mulheres não são iguais em direito. To be or no to be.⁸



IMAGEM 1

Eu com o meu primeiro sutiã



IMAGEM 2

A ativista Indianara Siqueira

Eu não tinha seios enquanto criança, mas fui obrigada a seguir uma regra que me fazia cobrir o torso para não “mostrá-los” porque sou mulher. Indianara tem seios e os expôs com o argumento de que essa mesma regra desobriga homens de resguardar o peito e, uma vez que o seu sexo biológico a identifica como homem, está amparada por este consenso cultural. No entanto, as suas características anatômicas a identificam como mulher, assim como as minhas me aproximavam a uma identificação masculina na minha infância. É uma divagação que me faz questionar a arbitrariedade das normas de sexo e de gênero em sua forma mais lacônica, mas que abre a possibilidade de aprofundamento teórico e refutação das identificações normativas.

Preciado diz que é preciso pensar o sexo como uma tecnologia biopolítica e reconhecer que os órgãos sexuais têm significados pautados em complexos sistemas reguladores com pretensão de dar coerência nos corpos como propriamente humanos, ou seja, o sexo qualifica um corpo dentro de um determinado contexto regulado. No entanto, o discurso normatizado de sexo e de gênero é tão oblíquo que sua estabilidade deve ser contestada e a viabilidade de sujeitos abjetos deve ser reconhecida. Os conceitos de sexo

⁸ Declaração publicada por Indianara nas redes sociais sobre o fato. Disponível em: <https://m.facebook.com/indi.siqueira/posts/439547626230051:0>. Acessado em: 01 de dezembro de 2018.

e de gênero contribuem para a construção de identidade, visto que já condicionam o indivíduo a seguir um modelo preestabelecido, podendo ser entendidos tanto como o produto quanto como o processo de sua representação, como bem analisa Teresa de Lauretis (1994):

O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (LAURETIS, 1994, p. 212).

A produção institucionalizada do conhecimento ignora o estranho. Entendo que a minha identificação já não atende às normas, uma vez que não transito em um conceito essencialista de existência e a minha identidade estabelece-se por meio de contextos espaço-temporais que podem ou não me definir. Essa percepção equivale, talvez, à incomodação que a norma causa nas protagonistas de “Estranho” e “Botinas” e as suas inadequações ao padrão de feminino instituído – a dissonância com o discurso totalizante critica a homogeneização semântica legitimada.

São muitas as possibilidades de discussão sobre os tratamentos dados às questões de gênero e nesse início de tese tudo ainda é um pouco sinuoso, mas o que quero é tentar esclarecer como me percebo dentro do gênero que me é atribuído. Se anteriormente considerava ser igual ao outro (perceber-me fisicamente semelhante ao meu avô, por exemplo), agora me interpreto na singularidade, ou seja, avalio que embora tenhamos que nos nomear de acordo com sistemas que regulam nossas existências, nossas identificações não se adequam às exigências das normas. Eu sou mulher, visivelmente, mas qual é o efeito dessa regulação em mim? Judith Butler (2012) afirma que o sexo não é somente uma norma, mas parte de um dispositivo de poder que produz os corpos que governa e, nesse sentido, a minha performatividade de gênero está em constante atrito com o meu saber e viver o gênero, pois ainda que eu entenda que as definições binárias são restritivas, arbitrarias e segregadoras, também não tenho outro modelo que me oriente em uma existência que não dialogue com as mesmas.

A cultura, segundo Butler, determina e condiciona tanto a definição de sexo quanto a de gênero, e, assim, ambos os conceitos podem ser livres ou fixos, já que dependem dos discursos que os legitimam, ou seja, a sua construção é determinada a partir de fatores culturais e não biológicos. Assim, diante da obrigatoriedade do binário, opto

por uma identificação híbrida e, sendo o gênero parte do que me determina como sujeito inteligível, sou viável atendendo a um desejo que aqui é desenvolvido como um esforço contínuo de superar diferenças externas que acabam se tornando formadoras do próprio sujeito:

Acredito que para pensar o gênero (homens e mulheres) de outra forma e para (re)construí-lo em termos outros que aqueles ditados pelo contrato patriarcal precisamos nos afastar do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re)produzidos pelo discurso da sexualidade masculina – ou, como tão bem escreveu Luce Irigaray, da homossexualidade (LAURETIS, 1994, p. 227).

Ao assumir a minha estranheza às normas de sexo e de gênero, contribuo com a comprovação da sua ineficácia e aproveito a sua debilidade para expor a incapacidade dos regimes dominantes de manter os seus próprios ideais. Expondo tal perspectiva, tento despir-me de máscaras. Revelar o que não é visível. Revelar aquilo que é oprimido por sistemas pautados por discursos heterocentrados que tolhem as mulheres da expressão de suas intimidades. Os sujeitos femininos estão condicionados a uma suposta unidade e regulados por estruturas que os formam de acordo suas exigências. Ao desafiar essa substância fictícia não somente dá-se visibilidade às mulheres como também à existência de múltiplas identificações do feminino que se reconhecem nas configurações do gênero, as quais contestam a fixidez da identidade.

Ao tornar visível, ao distanciar da norma, ao desmistificar o estranho, o feminino afirma-se como protagonista desse capítulo diante de indagações que somam à possibilidade de fazê-lo existir além do padrão. Portanto, a partir daqui, talvez a minha resposta à pergunta que nomeia esse capítulo seja que simplesmente não quero me definir pelo meu gênero.

1.2. Vulnerabilidade social dos gêneros

Entendendo que gênero é um dos conceitos estabilizadores dos sujeitos culturalmente coerentes e a sua expressão se manifesta a partir de normas impostas para identidades possíveis, creio ser pertinente introduzir um questionamento que Butler (2013) faz ao problematizar as noções de gênero e denunciar a regulação binária que torna inteligíveis sujeitos que se enquadram nos padrões de sexo e de gênero. Nele, a autora discute “em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo ao invés de uma

característica descritiva de experiência” (BUTLER, 2013, p. 38), uma vez que esse modelo identitário estabelece-se como uma unidade excludente que dá poder a um discurso heterocentrado que se pauta na descrição das características particulares visíveis dos indivíduos e estabelece comportamentos que julga adequados. Sendo assim, a identidade associa-se à reconhecibilidade dos sujeitos em sociedade e nada tem a ver com a percepção de subjetividades e as identificações possíveis que superam a dualidade normativa.

A coerência binária só se dá pela reiteração de práticas sociais que regularizam normas. Estas podem ser explícitas, mas nem sempre são decifradas porque funcionam como padrões implícitos e os efeitos produzidos norteiam a reconhecibilidade dos sujeitos. Nesse sentido, a própria norma gera uma contradição porque se ela promove a inteligibilidade social, estar fora da norma é ser definido a partir dos seus termos, ou seja, os sujeitos abjetos formam o exterior constitutivo que define a esfera da sua significação. Não são negadas as suas existências, apenas não são inteligíveis dentro de um sistema sociolinguístico:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2013, p. 38).

A norma está condicionada ao seu contexto e é assimilada por atos frequentes que lhe garantem uma valoração idealizada. Portanto, é a reprodução e, principalmente, a naturalização das normas de gênero que permitem a sua constância no campo da assimilação. “Tia Marga” é um conto que elucida as práticas normativas que são intrínsecas no cotidiano e desenvolve uma narrativa que observa os seus efeitos nos sujeitos.

Daniela é a protagonista do conto. Tem quarenta anos e nunca casou. Não casou, segundo a perspectiva de sua família que se pauta em um discurso heterocentrado, porém foi casada durante oito anos com Tereza. O pai credita a condição sexual da filha a uma fase – longa, dos dezoito aos quarenta, como bem pontuou na narrativa –, já a mãe envergonha-se de ter uma filha lésbica e finge desconhecer essa informação, planejando

incansavelmente o seu casamento com “um homem paciente que possa aguentar o gênio dela” (POLESSO, 2015, p. 211).

O fato é que Daniela é, entre muitas coisas, uma mulher de quarenta anos, lésbica e resignada ao discurso que lhe é atribuído. Não consegue desprender-se desse nicho que invisibiliza a sua condição sexual e inviabiliza outras formas de identificação com o seu gênero que não esteja de acordo com a norma. Butler elucida que o gênero é uma norma, uma forma de poder social que (re)produz o sistema binário e como norma, só persiste na medida em que se reconstrói e reidealiza no cotidiano. O gênero é entendido como um conjunto de relações e não um atributo individual; e, ainda que seja distinguido como uma norma regulatória, também pode ser interpretado como uma prática que produzida a serviço de outros tipos de regimentos. É assim, então, que a heterossexualidade compulsória⁹ afirma-se como norma, uma vez que articula regimes de produção de identidades estáveis, as quais validam uma falsa coerência que liga sexos biologicamente adequados a gêneros supostamente correspondentes, resultando em relações assimétricas de poder.

No conto, a reprodução da norma prevalece quando Daniela não contesta ser oferecida como “mercadoria enalhada promocional” (POLESSO, 2015, p. 211) e conforma-se com essa situação. Embora ache graça das preces da mãe para casá-la com um homem calmo e rico, resente-se com o fato da família sequer condescender com a sua relação com outra mulher:

Eu passei a achar engraçado, coitada da Virgem com essa tarefa. O que eu achava bem menos divertido é que minha mãe conversaria com um assassino, mas não conversaria com a Tereza (POLESSO, 2015, p. 211).

Não falar sobre conceitos que destoam da norma é uma das formas mais potentes de firmar o seu poder. A lesbianidade da protagonista jamais é citada explicitamente na narrativa e tampouco no contexto em que se desenvolve. A configuração familiar narrada aclara as formas como as práticas sociais estabilizam as normas regulatórias dos sujeitos inteligíveis – a personagem cujo nome intitula o conto, por exemplo, salienta a tensão que o tema promove e o seu discurso se pauta em uma retórica que invalida possibilidades de existências além da norma.

⁹ A heterossexualidade compulsória é discutida por Adrienne Rich (2010) em um artigo que examina a heterossexualidade como uma instituição que oprime às mulheres e anula as lésbicas. Discutirei mais sobre esse texto ao longo da tese.

Tia Marga tinha opinião sobre tudo e sobre todos. É descrita como uma personagem centralizadora da família e a narrativa desenvolve-se no seu funeral. Para falar sobre ela, Daniela a caracteriza como purgante – da mesma forma que a própria tia qualificava a todos – e relembra comentários maldosos que a mesma proferia em diferentes momentos. Em determinada ocasião, a tia questionou a solteirice da sobrinha para outro parente e sugeriu que essa situação gerava falatórios sobre a sua sexualidade:

Mas quando a Daniela vai casar, é? Tão dizendo que ela é ó – e apontava com as duas mãos para os pés, fazendo um grande espaço entre elas. – Quando ela vai ficar noiva? Tem que falar com ela, Marcos, que tu dá o exemplo. Daqui a pouco, não pode mais ter filho e ninguém vai querer... (POLESSO, 2015, p. 212).

A falácia de que a mulher só é plena na maternidade é mais uma exigência culturalmente determinada. Cria-se um discurso naturalista de “instinto” materno que sobrecarrega às mulheres, relegando as suas necessidades, interesses e controle dos seus corpos ao segundo plano em prol de argumentos fundamentados em discursos paternalistas. Badinter (1985) refuta tal concepção e explica que a maternidade não pode ser definida como uma criação instintiva e intrínseca ao gênero feminino e tampouco revela-se em todas as mulheres, sendo uma escolha racional que diz respeito tão somente a nós:

Hoje as mulheres não só já não desejam ter filhos para merecer o título de “mulher realizada”, como exigem para aceitar procriar, que se partilhem com elas todos os encargos da maternagem e da educação (BADINTER, 1985, p. 356).

A narrativa não problematiza o desejo de Daniela querer ou não ser mãe, mas constrói-se um discurso que justifica esse “defeito” da protagonista quando o seu primo responde à provocação da tia com a mentira de que ela não tinha filhos devido a um câncer no útero. Além de tirar o foco da possível homossexualidade da prima, também a livrou da cobrança da maternidade – é mais aceitável ter um câncer do que ser lésbica.

A insinuação da homossexualidade de Daniela fica clara na forma dissimulada como a tia repercute o que estão falando sobre a sobrinha. Não diz, mas faz-se entender. Não gostava de reproduzir definições que considerava pejorativas e esse comportamento não se configurava ofensivo no contexto em que estava inserida. Aliás, as suas atitudes continuamente foram relevadas pela família e a sua reiteração foi promovida a um padrão a ser seguido.

Ainda que tangencie o assunto principal que desenvolvo neste capítulo, o conto em questão apresenta-se como um exemplo da agência dos mecanismos estabilizadores de inteligibilidade dos sujeitos. O contexto pronuncia-se como cerceador de identificações desviantes do padrão estabelecido culturalmente e o discurso de ódio dilui-se em uma pretensa naturalização dos sujeitos coerentes dentro do sistema heterocentrado.

A ordem compulsória de sexo e de gênero institui um discurso culturalmente determinado, no qual a estabilidade da estrutura binária está assegurada, legitimando, portanto, a heterossexualidade compulsória e, conseqüentemente, excluindo os modelos que divergem e não se encaixam na padronização estabelecida. A unidade proposta ao conceito de identidade reitera a determinação dos binarismos de sexo e de gênero e legitima o poder heteronormativo.

A heteronormatividade pode ser considerada, segundo Rich (2010), como a imposição arbitrária da heterossexualidade como norma de conduta, de desejo e de afeto. A autora enfatiza que o conceito de heterossexualidade compulsória “não foi escrito afim de ampliar ainda mais as divisões, mas, sim, para encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto, mudá-la” (RICH, 2010, p. 20).

Butler, por sua vez, sinaliza a desconstrução das identidades fixas, propondo uma ressignificação delas a partir da crítica ao anacronismo identitário, o qual aprisiona o conceito de sexo em uma natureza questionável, argumentando que o gênero é performativo e múltiplo, identificando-se mais com ações sociais e não com identidades totalitárias e permitindo, portanto, a desconstrução da ilusória evidência do sexo biológico como demarcador dos limites identitários. Segundo a concepção da autora, o sujeito construído legitima ou exclui determinadas ações, as quais passam a servir de modelos positivos ou negativos para o meio social em que está inserido, isto é, o indivíduo está condicionado a desenvolver uma performance estabelecida socialmente para se adequar aos padrões vigentes e, assim, perde a sua identidade subjetiva. A identidade intersecciona-se com os dispositivos de poder que manipulam as configurações de sujeitos inteligíveis. Ela tende a se adequar às normas, às práticas, às condições que se convertem em pressuposições do que é ser humano; e, nesse sentido, a identidade apresenta-se como uma prática significativa que cria uma ilusão de um núcleo organizador de gênero mantida discursivamente com o intuito de regular indivíduos sob os

pressupostos da heterossexualidade compulsória. “O gênero é um ato que faz existir aquilo que nomeia” (SALIH, 2012, p. 91), e ao instituir uma nomeação arbitrária, estabelece parâmetros socioculturais pela exigência de uma construção discursiva e idealizada dos corpos, segundo princípios da diferença sexual.

Para existir dentro da configuração narrativa descrita, a protagonista do conto cede a um discurso que não se identifica. Embora narre o seu descontentamento e a absurdidade daquelas relações, reitera-as ao repetir a narrativa construída pela tia anteriormente. A sua inteligibilidade só foi legitimada ao assimilar a estruturação sócio-discursiva que a circundava – o primo Marcos inventou que Daniela tinha câncer no útero para que o interrogatório sobre a sua vida conjugal acabasse. A tia, por sua vez, compadeceu-se da enfermidade e a mãe aceitou manter a mentira porque, na sua opinião, era mais aceitável ter uma filha doente:

O que foi que vocês fizeram? São uns monstros sem coração! Eu não vou mentir pra tia de vocês! Só que ela acabou mentindo, porque para ela o casamento e o câncer eram melhor do que eu transar com uma mulher negra e o Marcos dar a bunda (POLESSO, 2015, p. 213).

O fato de ser mulher dentro de uma estrutura heterocentrada cerceia a agência de Daniela sobre o próprio discurso. O combate à homofobia, racismo¹⁰ e ao machismo pungentes é irrisório ante o enraizamento da norma institucionalizada. É a sua narrativa que indica a sua contrariedade àquele discurso. Contudo, mesmo diante da adversidade, Polesso contrasta nesse conto duas perspectivas do mesmo sujeito, uma vez que a narradora descreve o incômodo que os fatos narrados provocam nela mesma enquanto protagonista passiva de uma história que pouco a representa, mas que, em grande parte, a define.

A noção essencialista de sexo, atrelada a um gênero determinado, culmina na estabilidade da construção identitária, padronizando-a, de modo a condicionar, também,

¹⁰ De modo geral, as personagens construídas nos contos de *Amora* não têm marcação de cor ou raça. No entanto, quando Tereza é descrita como negra, serve para grifar ainda mais o preconceito relatado na narrativa. Ainda que não seja meu objetivo na tese discutir questões de raça, não posso passar despercebida por esta informação. Audre Lorde explica que as vivências de mulheres negras são distintas das brancas, uma vez que sofrem as mesmas opressões derivadas do seu gênero discriminado somadas ao racismo estrutural que vigora há tempos em nossa sociedade: “Assim, em um sistema de poder patriarcal, onde o privilégio branco é um grande suporte, as armadilhas utilizadas para neutralizar as mulheres negras e as mulheres brancas não são as mesmas. Por exemplo, facilmente as mulheres negras são usadas pela estrutura de poder contra os homens negros, não porque eles são homens, mas porque eles são negros. Portanto, para as mulheres negras, é necessário em todos os momentos separar as necessidades do opressor dos seus próprios conflitos legítimos dentro de nossas comunidades. Este mesmo problema não existe para as mulheres brancas” (LORDE apud SOUSA, 2017, pp. 29-30).

as identidades consideradas desviantes, instaurando uma normatização e coibindo as identificações subjetivas dos sujeitos. Butler acredita que pensar as minorias sexuais a partir de identidades estáveis cria ficções fundacionais, as quais só reiteram o discurso heteronormativo:

Neste sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é (BUTLER, 2013, p. 48).

As noções de sujeitos metafísicos preexistentes são confrontadas pelo pensamento estruturalista quando se discute que os sujeitos são construídos no discurso, em um constante processo performativo que acaba se tornando formador dos próprios sujeitos. São, portanto, um constructo performativo estruturado no interior da linguagem e do discurso. Baseado nisso, é possível compreender que dentro de uma cadeia significativa, os signos não possuem significados isolados, mas os adquirem nas suas relações com os outros signos e, desse modo, não há um referente que preexista à linguagem e às relações de poder que a constroem. Assim, se os sujeitos são construídos dentro da linguagem, eles são caracterizados a partir dos seus termos e associados aos seus contextos.

Sob essa perspectiva, as personagens femininas de “Tia Marga” são desenvolvidas através da aparente naturalização que a definição do gênero pretende demonstrar. Subordinam-se aos discursos da tia e após o seu funeral, sem ter os seus comentários vis, não têm um referente para se basearem, sendo necessário que a protagonista reinstale o discurso que as unia para que tudo volte a ser como devia. O modelo feminino narrado é elaborado a partir de um viés cultural patriarcal, revelando-se discursivamente construído de acordo com um sistema que determina a inteligibilidade de gênero conforme uma perspectiva relacional de dominação. Tal construção, portanto, unifica a identidade feminina sem levar em consideração as especificidades de sexo, de gênero e de sexualidade – além de outros dispositivos que estão agregados às relações de poder – e desqualifica os indivíduos como produtores de identidades subjetivas.

Ainda que por vezes seja impraticável desvincular-se da norma, as reflexões sobre gênero, devido à sua complexidade, não devem reduzir-se a essa normatização impositiva, visto que:

Se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido

como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação interessante e repetida de algum tipo. Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural corporal que exige novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos, categorias re-significáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (BUTLER, 2013, pp. 163-4).

O gênero não está, necessariamente, conforme às normas, uma vez que pode atuar como mecanismo de produção e naturalização do masculino e feminino; mas, em contrapartida, também pode ser o referente através do qual tais termos desconstroem-se e desnaturalizam-se. Trago, nesse sentido, outra indagação de Butler (2015) em que a autora pergunta se “hay otros recursos por los cuales podamos ser reconocibles o movilizarnos para desafiar los regímenes existentes dentro de los cuales tiene lugar el reconocimiento?” (BUTLER, 2015, p. 167). Ela disserta sobre as possibilidades de desfazer os restritivos conceitos normativos da vida sexual e de gênero e quais as implicações que a revogação desses códigos provocaria no reconhecimento da humanidade dos sujeitos:

Si hay normas de reconocimineto por las cuales se constituye lo “humano”, y esas normas son códigos de operaciones de poder, entonces puede concluirse que la disputa sobre el futuro de lo “humano” será una contenda sobre el poder que funciona en y a través de dichas normas. Este poder emerge en la lenguaje de una forma restrictiva o, de hecho, en otras formas de articulación como aquello que intenta frenar la articulación que, sin embargo, se mueve hacia delante. Este doble movimiento se habla en la elocución, la imagen, la acción que articula la lucha con la norma. Los que se consideran indecifrables, irreconocibles o imposibles hablan, no obstante, en términos de lo “humano” abriendo así el término a una historia que no se halla totalmente restringida por los diferenciales de poder existentes (BUTLER, 2015, p. 30).

Ao assumir que o gênero está ligado unicamente à matriz de inteligibilidade binária, desconsidera-se o caráter circunstancial que a própria norma produz. A cultura determina e condiciona tanto a definição de sexo quanto a de gênero, e, assim, ambos os conceitos dependem dos discursos que os legitimam, ou seja, a sua construção é determinada a partir de fatores culturais e não biológicos. Desse modo, os conceitos de sexo e de gênero contribuem para a construção de identidade, visto que já condicionam o indivíduo a seguir um modelo preestabelecido, podendo ser entendido tanto como produto quanto como o processo de sua representação.

A identidade de gênero também é interpretada como uma identidade performativamente construída, produzida pelo efeito dos discursos que constroem. Portanto, ainda que haja a consciência da necessidade de nomeação do sujeito feminino

para torná-lo visível e legitimar o seu discurso, vê-se que essa suposta universalidade serve como dispositivo de regulação das relações de gênero em benefício do sistema heteronormativo. Por isso, embora a definição do conceito “mulher” seja um ato político, deve seguir os pressupostos butlerianos de significação, a qual considera que “*mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações” (BUTLER, 2013, pp. 58-9).

É preciso romper com os conceitos que estão estrategicamente desenvolvidos por um sistema léxico de opressão, os quais conduzem o pensamento heterocentrado em um essencialismo ontológico e reestruturá-los sob uma ordem que remeta aos sujeitos como subjetividade e as suas relações com a sociedade. No caso das mulheres, é imperativo desconstruir a assimetria binária que justifica a opressão e percebê-las na sua multiplicidade, ou como pontuam Regina Dalcastagnè e Virgínia Maria Vasconcelos Leal, na apresentação do livro *Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea* (2015):

“Mulheres” entendidas, é claro, como um grupo heterogêneo e complexo, formado por identidades múltiplas e contraditórias, que não se esgotam no sexo biológico ou no gênero, mas que, em grande medida, partilham pressões e expectativas impostas por uma sociedade que continua marcada pela dominação masculina (DALCASTAGNÈ; LEAL, 2015, p. 9).

As identificações são plurais e desafiadoras, permitindo aos sujeitos substituições e simultaneidades nas suas vivências. Porém, não equivale sugerir que todos estejam obrigados a experimentar tal fluidez identificatória, sendo que em algumas situações, certas associações servem mais como processos de desidentificações, ou então, gatilhos potencializadores de traumas oriundos de identificações marginalizadas.

Embora sejam voláteis e estejam em processo evolutivo, os regimes identificatórios dos sujeitos inteligíveis socialmente ainda perpassam pela assunção do sexo e conseqüente assimilação de gênero. A linguagem emerge para cumprir essa função estabilizadora de fixar as posições sexuadas e é a partir dela que se deve rearticular as estratégias que dão significação política aos gêneros binários. No conto analisado neste capítulo, Daniela esboça circular por diferentes identificações, mesmo que a norma regulatória geralmente reprima os seus atos. Talvez seja uma resignação ao padrão instituído, ou então, uma crítica ao discurso opressivo que a conduz; mas o que importa, de fato, é que a sua construção se caracteriza por descrever a sua experiência dentro de

um ideal regulatório, através de um discurso que renuncia uma identidade fixa à protagonista-narradora. Dentro do próprio discurso normativo, o significante “mulher” não dá conta de toda a sua complexidade. Não se trata, todavia, de um referente vazio, mas deve ser pensado na sua interseccionalidade contextual, sendo o produto de relações e conexões que estabelece, ou seja, “la inestabilidad constitutiva del término, su incapacidad de describir siquiera lo que nombra, se produce precisamente em virtud de lo que queda excluído para que pueda darse la determinación” (BUTLER, 2012, p. 307).

1.2.1. Lute como uma garota¹¹

A sociedade tem evoluído rumo a um pensamento crítico sobre a equidade de gênero. Embora uma onda conservadora esteja ameaçando o âmbito político, nunca se discutiu tanto questões sobre feminismo e os problemas que os conceitos de sexo e gênero trazem consigo. Os espaços das mulheres, nas suas pluralidades, estão sendo reivindicados cada vez mais e tendo relevância, inclusive, em momentos decisivos na sociedade democrática. A Marcha das Mulheres reuniu, nos EUA, milhares de mulheres e simpatizantes para protestar contra o sistema misógino implantado pelo presidente Donald Trump e incentivar o voto feminino nas eleições legislativas, o qual poderia desestabilizar o controle republicano no congresso nacional. Já no Brasil, com a iminência de eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, ocorreu uma resistência feminina massiva nas redes sociais através dos grupos “Mulheres unidas contra Bolsonaro”, das *hashtags* #elenão e #elenunca e dos protestos marcados no país – e também em outras capitais nacionais como Alemanha, Argentina, Canadá, França, Holanda, etc. –, com o intuito de conscientizar o público eleitor feminino a não votar em um candidato que inúmeras vezes proferiu discursos discriminatórios às minorias e cujas propostas de governo ameaçam às suas existências¹².

¹¹ Provocação criada por Karina Gallon, da marca feminista *Peita*, que estampa diversas peças de vestuário. Após acompanhar a Marcha das Mulheres contra Trump, a criadora inspirou-se nos cartazes erguidos nas manifestações e teve a ideia de transformá-los em roupas e acessórios, com o intuito de torná-los legíveis a todos e ocupar todos os espaços possíveis.

¹² Ainda assim, segundo pesquisa IBOPE, o presidente eleito obteve a maioria dos votos femininos, com 52% no segundo turno. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225>. Acessado em: 02 de janeiro de 2019.



IMAGEM 3

Marcha das Mulheres em Washington, DC.



IMAGEM 4

Manifestação Mulheres contra Bolsonaro em São Paulo, SP.

Além disso, cabe lembrar os diversos movimentos criados virtualmente e que tiveram grande importância na expressão de mulheres contra o abuso e sujeição aos quais são submetidas, tais como #meuamigosecreto, #meuprofessorabusador, #eutambém, entre outros. Este último foi uma mobilização internacional – #metoo – que repercutiu em diversas áreas de atuação e conseguiu resultados significativos contra o machismo institucionalizado socialmente. Ou seja, há uma busca pela mudança no comportamento social relacionado ao gênero, porém ainda é muito precária a discussão sobre o entendimento do gênero além do binário.

A regulamentação de gênero sempre foi parte de uma normatização heterossexista e, portanto, espaço de luta das lésbicas para tornarem-se visíveis. As vivências e as violências sofridas por lésbicas estão intimamente atreladas ao fato de serem mulheres, e ao assumirem a sua condição sexual, são discriminadas duplamente. Por isso, há a necessidade de um conceito diferente do da homofobia para designar a discriminação contra mulheres lésbicas – as mulheres lésbicas acabam vivenciando situações ampliadas de preconceito tanto por serem mulheres quanto por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo. A lesbofobia ainda é pungente no contexto social. Trata-se de uma violência sistemática e potencial que legitima o silenciamento das lésbicas como sujeitos inteligíveis.

Até mesmo dentro dos debates feministas, questões relacionadas às lesbianidades¹³ eram (ainda são?) tangenciais, por serem consideradas menos relevantes

¹³ Adotarei este termo em detrimento de lesbianismo porque o sufixo –ismo carrega consigo um significado pejorativo que não quero atribuir ao significante. Assim como homossexualismo foi substituído por homossexualidade para destituir o caráter de estado patológico, penso na necessidade de afirmação de um termo que configure uma ideia de neutralidade e possibilidade de identificação.

do que as problemáticas envolvendo o feminino heteronormatizado, o qual tende a hierarquizar opressões, sendo esta, também, uma forma de legitimar o poder que se condena. Não há muitas políticas públicas para mulheres lésbicas, pois ainda não existem dados suficientes para os levantamentos necessários. A falta de informações específicas e a inexistência de um sistema seguro e não-hostil para que lésbicas possam discutir as suas necessidades e violências garantem que a sua invisibilidade sistemática se sustente.

As lésbicas têm grande influência na resistência ao patriarcado porque rompem com o seu sistema opressivo, sendo alvos de preconceito, uma vez que suportam as experiências discriminatórias atreladas ao gênero e à orientação sexual. São um significativo abjeto na lógica normativa e ainda têm a sua inteligibilidade reivindicada em várias operações da vida social por atuarem de forma autônoma na norma relacional que a heteronormatividade impõe; e, por isso, muitas vezes reiteram os processos que garantem a sua reconhecibilidade como sujeitos possíveis, mas modificam as posições de enunciação hegemônicas.

Quando discuti que a lesbianidade da protagonista do conto “Tia Marga” foi apagada por um discurso que oprimia a sua existência através de renúncia e abjeção, defendi a proposta de contestação à invisibilidade da sua sexualidade através do ato de narrar em primeira pessoa a sua insatisfação perante ao preconceito que sofria – senão pela ação desenvolvida na narrativa, a forma como manifestou a contrariedade àquele sistema coercitivo deu-se pela sua interpretação dos fatos. Outras estratégias discursivas endossam essa fuga que as lésbicas intencionam das normas que legitimam as suas existências. Há momentos em que aliar-se ao discurso hegemônico configura uma resistência a ele – “Deus me livre” percorre esse caminho quando combina o espaço religioso com a aceitação da homoafetividade feminina.

Em um sermão, Vera prega sobre o encontro que teve com o anjo que Jesus colocou em sua vida. Através da metáfora do anjo que a salvou no plano terreno, é que pode externar a sua relação com outra mulher para aquele contexto em que estava inserida:

Porque hoje eu estou aqui para dar o meu testemunho para vocês de que o sangue de Jesus tem poder, tem poder sim, tem poder! Quando eu menos esperava, ele me acudiu, ele não me deixou sozinha, ele cuidou de mim e me botou nas mãos de um anjo. De um anjo! E eu voei, eu voei e vi tudo o que até então eu não tinha visto, porque o voo era alto e, aleluia, era tão bonito lá de cima, fora do chão, por cima das árvores, por cima dos telhados (POLESSO, 2015, p. 170).

Embora não deixe explícito já no seu início, a protagonista constrói o seu sermão dando indícios de quem seria esse anjo enviado por Jesus e a necessidade de aceitação dele. Em seguida da apresentação, ela foca na sua vida anterior a esse encontro divino, sobre a qual ela associa a perversão com o seu comportamento “sem rumo, aqui mesmo no chão, bem perto de tudo o que é mundano, tudo o que devemos amar” (POLESSO, 2015, p. 171) e demonstra arrependimento das suas atitudes. Para ela, foi a sua crença em Deus que a salvou dos caminhos tortuosos – o Deus, pregado por ela e assentido por todos que a ouviam, “criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis” (POLESSO, 2015, p. 171). Enfatiza, portanto, que tudo é produto da criação divina – tanto as coisas visíveis quanto as invisíveis. É uma forma de equalizar a significação de todos sob o aval de Deus, uma vez que segundo a sua crença, todos foram feitos por ele. Assim, deslegitimada uma hierarquia de existências pelo discurso religioso, Vera passa a justificar a sua relação com o anjo a partir de uma analogia com o seio da Virgem Maria:

O seio é símbolo da fé, é símbolo do amor, é símbolo da devoção, do cuidado. É claro que Jesus morreu para nos salvar, mas procuremos entender, meus amigos e amigas, que, às vezes, precisamos de um seio para nos confortar, para sermos protegidos como a virgem protegeu Jesus (POLESSO, 2015, p. 172).

O pedido de compreensão é indício de que a relação que vive com esse anjo não é natural aos olhos da sociedade, mas é reconhecida pela religião. O seio é um dos símbolos mais fortes de feminilidade e tanto podem significar a fonte da vida e do alimento como instrumento de prazer e afeto. Parece que esta passagem do texto tenta traçar um paralelo que valida as duas significações para esse significante – fé/amor; devoção/cuidado – e sustenta o discurso da protagonista-narradora.

A narrativa se desenvolve transitando entre a magnitude desse enviado divino e entendimento do seu significado na vida de Vera. Ela explica que os anjos nem sempre vêm na forma que queremos e que quando conheceu não queria aceitá-lo, preferindo não contar para ninguém sobre a sua existência. No entanto, a inadmissão fica submersa nesse discurso redentor e passa despercebida por aqueles que a escutam, mas já é um caminho para ilustrar a sua afetividade:

Pois bem. Eu estava numa rua escura aqui da cidade, uma rua conhecida por todos por ser a rua dos drogados, das prostitutas e dos invertidos. Eu estava lá porque era lá que eu consumia minha vida. E sentada na calçada eu pedi que Deus interviesse por mim, porque eu já não tinha mais forças, eu não tinha força nenhuma (POLESSO, 2015, p. 173).

Antes de nomear o seu anjo, Vera ainda discursa sobre as benesses de tê-lo em sua vida e que, mesmo em princípio não se considerando merecedora, recebeu esse

presente divino com amor. O anjo torna-se acolhedor quando a protagonista compreende a si – e aos seus desejos – como possibilidade de existência viável.

Assim, com o consentimento daqueles que a ouviam, apresentou Leila, seu anjo e esposa, e, juntas, entoaram cantos de louvor. O anjo é uma figuração de alteridade e capacita Vera de interpretar e experienciar a sua subjetividade. A protagonista aprende a viver fora do conservadorismo social e ressignifica o discurso religioso, transformando aquele sentimento antes entendido como inferior em algo superior e sublime. Os contrários antagônicos convertem-se em contrários complementares, confirmando que não há um padrão identitário calcado no binarismo, permitindo aos sujeitos gozar de suas subjetividades e transitar em vivências que destituem o caráter unívoco dos gêneros – Leila, por exemplo, é descrita com características que tanto denotam o masculino viril quanto o feminino frágil e, ao ser definida como um anjo (aquele que não tem sexo aparente), refuta a padronização de gênero:

O meu anjo tem as mãos macias, porém fortes. Pode me acariciar e pode me levar segura para não conhecer mais a queda. O meu anjo tem um olhar doce quando me olha e um olhar feroz quando encara os perigos do demônio (POLESSO, 2015, p. 174).

A cultura da heterossexualidade é vista como uma instituição política que retira o poder das mulheres e seus corpos são pensados como uma superfície politicamente regulada. Nesse sentido, há a possibilidade de transgredir esses conceitos fixos que validam a supremacia da heteronormatividade, rejeitando a sua compulsoriedade e rompendo, portanto, com a subalternidade da mulher e com o silenciamento condicionado à existência lésbica ao entender, de fato, a potência política do seu conceito.

Tanto como conhece-se os dispositivos que impõem a afirmação identitária do sujeito feminino, assumir-se lésbica é requerer a visibilidade, em uma atitude de agenciamento que visa abrir caminho para uma “construção variável da identidade” (BUTLER, 2012, p. 23):

En este sentido, debemos ser deshechos con el fin de hacernos a nosotros mismos: debemos formar parte de una existencia más amplia en el tejido social para crear lo que somos. Sin duda ésta es una paradoja de la autonomía, una paradoja que se incrementa cuando las regulaciones de género se ocupan de paralizar la agencia del género a diversos niveles. [...] Si el mundo social – un signo de nuestra heteronímia constitutiva – debe cambiar para que sea posible la autonomía, entonces se demostrará que la elección individual depende desde el principio de condiciones que ninguno de nosotros há creado de una forma voluntaria, y que ningún individuo será capaz de escoger fuera del contexto de un mundo social radicalmente alterado. Esa alteración proviene de un incremento de los actos, colectivos y difusos, que no pertenecen sólo a un sujeto y, aún así, una de las consecuencias de estas alteraciones es hacer posible la actuación como sujeto (BUTLER, 2015, p. 148).

Nem sempre as estratégias que visibilizam a lesbianidade e dão protagonismo às mulheres romperão em absoluto com sistema discursivo que as oprimem. Porém, há um avanço significativo na construção de narrativas que discutem o tema e, também, uma heterogeneidade de perspectivas para abordá-lo, preservando a sua reconhecibilidade em diferentes espaços.

1.2.2. Literatura degenerada

Os espaços de reivindicação de identificações inteligíveis que não se restrinjam à norma vão além da teoria. Além da academia. Além desta tese. Eu, no cotidiano, aproprio-me de identificações, tento desvincular-me de outras – assimilo um exterior constitutivo que às vezes sobrepõe-se à minha subjetividade e, em outros momentos, é a minha sustentação política de fala e existência. Ser mulher e lésbica no espectro da inteligibilidade é o equivalente a contestar as definições de humanidade além dos limites convencionais, mas também ter que guiar-se por elas para (sobre)viver.

A literatura é um espaço de resistência a esses padrões normativos. É onde pode-se pensar em uma resignificação performativa daquilo que se quer contestar. O espaço é constituinte de identidade, o qual pode ser visto como um produto das inter-relações, como uma esfera da multiplicidade, como algo em constante construção; e, é a partir dessa concepção que quero interpretar a relação conflitiva entre identidades de gênero e sexuais, uma vez que os padrões estereotipados e arbitrários de identidade não dão mais conta das novas configurações de identificações possíveis nas construções de personagens lésbicas na literatura contemporânea.

Entendendo os problemas embutidos nas definições de sexo e de gênero, também noto a dificuldade de indivíduos inclinados homossexualmente de inserirem-se nessas classificações. Em um estudo sobre o discurso da lésbica na literatura, Angie Simonis (2007) percebe que um dos problemas da sua invisibilidade está na nomeação, isto é, em estabelecer um padrão de nomeação, um conceito, uma definição. Os contos analisados até agora valem-se dessa problemática ao eleger discursos que não delimitam a lesbianidade de suas protagonistas – a definição parece redutora nos contextos em que estão inseridas e causam um estranhamento no entendimento que elas têm de si em relação às suas identificações.

Quando representadas sob a interpretação de uma voz que não respeite as suas subjetividades, as lésbicas são sujeitadas a um discurso que privilegia os estereótipos que limitam e enfraquecem a expressão da diversidade de subjetividades, próprias de uma cultura diferenciada e diferente. Todavia, novos discursos estão sendo criados para pensar a homossexualidade feminina, redirecionando o conceito a partir da subversão à matriz heterossexual, a fim de englobar quaisquer indivíduos sob os novos paradigmas da sociedade contemporânea, a qual, ainda que estabeleça padrões normativos, assimila a inserção de identidades subjetivas. É preciso pensar que as identidades sexuais são moldadas por discursos reguladores e, portanto, “gênero e sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural” (LOURO, 2013, p. 17). Ainda citando o argumento de Guacira Louro, é possível questionar essas relações de poder:

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É uma referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem (LOURO, 2013, p. 17).

No caso do livro de contos que analiso ao longo deste estudo, percebo a preocupação da autora na transformação desses significantes e na reivindicação de espaços de fala, expondo as vulnerabilidades do conceito de gênero e evidenciando a incomodação que essa dualidade provoca. Essa perspectiva não é inocente em desligar-se dos sistemas culturais e as suas padronizações, mas possibilita que os sujeitos transitem entre identidades possíveis, com as quais identificam-se, mesmo que transitoriamente, entendendo, assim, os seus processos de fragmentação. Butler aponta que através da desnaturalização dos conceitos binários que subescrivem a definição de identidade é possível problematizar a heterossexualidade – e a dominação masculina – que é sustentada pelos conceitos fundantes que atuam sobre os corpos sexuados. Desse modo, a autora nota a incoerência que a heteronormatização implica na construção de identidade:

A “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato de regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida – mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2013, p. 57)

Quando se narra a partir dos termos que a cultura hegemônica dispõe sem a necessidade de problematizar os tabus que a mesma impõe, já se está subvertendo essa ordem que regula os sujeitos femininos. O discurso das lésbicas, por sua vez, alicerça-se na desconstrução e reconstrução de outra forma de dizer que não está sujeita aos pressupostos universais e que não reivindica e nem nega o gênero, mas que o transforma – distante da passividade da objetificação sob a qual era submetida, torna-se sujeito agente da sua narrativa.

Em “Primeiras vezes”, a protagonista vai se descobrindo através de uma narrativa simples sobre situações corriqueiras que desafiam tabus. Reflete sobre comportamentos, sobre existências. Narrado em terceira pessoa, a interpretação sobre uma adolescente de dezessete anos desenvolve-se a partir da sua inquietação sobre a sua virgindade:

Não aguentava mais aquilo de ser virgem. Dezessete anos e parecia um pecado. Estava cansada de mentir para as colegas sobre como tinha sido sua primeira vez. Cansada. Já não lembrava qual era a verdade da mentira que tinha contado e agora adicionava fatos aleatórios (POLESSO, 2015, p. 14).

A protagonista conversa com o binário, mas não se condiciona a ele e a sua identificação com o feminino sequer é contestada. Ainda assim, carrega consigo paradigmas intrínsecos ao gênero que por serem naturalizados na cultura heterocentrada, diluem-se nos processos de formação da identidade. A virgindade é um tema tratado de forma desigual entre os gêneros, uma vez que, inserida em uma forte tradição cultural, a sexualidade e o prazer feminino não são incentivados e por muito tempo as mulheres foram consideradas objetos do prazer masculino. Embora essa perspectiva venha se transformando ao longo dos anos, é preciso deixar claro que a história narrada se passa nos anos noventa – em 1998, quando foi transmitida a “explosão das lésbicas da novela¹⁴ no shopping” (POLESSO, 2015, p. 16); e, portanto, quando a protagonista problematiza ser ainda virgem aos dezessete anos, está circunscrita em um sistema regulatório que tenta a sujeitar. As regulações, nesse sentido, atuam como indicadores de identidade a partir de normas abstratas que condicionam implicitamente os sujeitos, mas não são apresentadas como uma verdade ontológica.

A narrativa vai sendo construída na experiência e na busca da identidade, por aproximações e distanciamentos que motivam a protagonista a seguir mentindo sobre ter

¹⁴ Na novela *Torre de Babel*, transmitida pela Rede Globo em 1998, as personagens Rafaela (Christiane Torloni) e Leila (Sílvia Pfeifer) eram um casal, mas em decorrência da grande rejeição dos expectadores, o escritor Sílvio de Abreu precisou retirá-las da trama, tornando-as vítimas da explosão do shopping.

perdido a virgindade. Mentia para Luís Augusto, seu namorado, sobre a não virgindade e sobre Letícia, a colega fumante pela qual sentia-se atraída. No entanto, essa mentira não se configura como uma tentativa de sublimar o desejo lésbico, mas é envolta por uma ansiedade comum às experimentações da fase adolescente:

Oito sextas-feiras antes em daquela em que conhecera Luís Augusto Marcelo Dias Prado, estivera com Letícia, sua colega fumante, e, meio bêbadas no sofá da casa dela, comentaram sobre Mandala, a bichinha do terceiro ano; e depois sobre o lugar em que ela fazia shows; e depois sobre a possibilidade de um dia ir até lá; e depois sobre a explosão das lésbicas da novela no shopping; e depois sobre como o mundo era bizarro; e depois sobre como não podiam controlar esses sentimentos; e depois sobre como ela tinha vontade de beijar a boca vermelha de Letícia; e depois sobre como Letícia gostaria que aquilo acontecesse desde que o Vitor estivesse junto; e depois sobre como precisava estudar um pouco mais para a prova de física (POLESSO, 2015, p. 16).

Ainda que admitisse que “nunca tinha confessado aquelas coisas a ninguém” (POLESSO, 2015, p. 17), não foi o receio do preconceito que preocupou a protagonista, mas uma ansiedade pelas descobertas. As primeiras vezes fazem parte da sua formação – a primeira, com Luís Augusto; e a segunda primeira vez, com Letícia. Enquanto vai identificando-se como mulher e lésbica, também empodera-se da agência desses significantes, moldando-os para que a sua vida seja possível dentro do discurso da inteligibilidade dos sujeitos.

A percepção do desejo por outra mulher dilui-se em meio às sensações vivenciadas pela primeira vez, porém distante de uma lógica conflituosa. A transgressão é tecida em meio a um ambiente de rebeldia adolescente, o qual apresenta-se, de forma astuciosa, como um espaço de quebra de normas:

Todos entraram, todos sentaram, todos beberam, todos comeram, todos beberam novamente, todos levantaram para dançar, todos beberam mais, como um cardume, não se separavam. Até que Letícia a puxou pela mão para fumarem um cigarro. Ela arrastava os pés no cascalho, enquanto Letícia procurava, nos bolsos da jaqueta, a carteira de cigarro mentolado. Letícia sacudiu alguma coisa na frente de seus olhos. Era uma chave. No chaveiro estava escrito *voyage verde musgo*. Encontraram. Letícia abriu a porta e foi para o banco de trás. Ela seguiu, procurando não ser enganada por uma expectativa que seria apenas sua. Não tinham carro nem idade para dirigir. O *voyage* não tinha rádio, portanto não tocava *4 Non Blondes*. A calcinha de Letícia era roxa e tinha uma renda, a dela era cinza e o algodão estava esgarçado para além dos limites do bom senso. Nenhuma das duas teve tempo de tirar o sutiã. Foi tudo desajeitado, como são geralmente as primeiras vezes (POLESSO, 2015, p. 19).

Cabe aqui notar a despretensão narrativa com que a relação entre as duas personagens é apresentada. O foco não cai sobre o ato, mas na composição formativa da

protagonista a partir das suas experiências. Embora o exterior constitutivo organize a sua narrativa, não a cerceia.

O que conduz a história é esse encontro da protagonista com ela mesma, a partir das suas descobertas. Ao versar sobre virgindade e o desejo entre mulheres, a autora preocupa-se em dialogar com o maravilhamento e o medo que tais temas repercutem na adolescência. A tensão volta-se mais para o gênero do que para a sexualidade, uma vez que a inquietação relacionada à perda da virgindade coordena as ações da protagonista.

Até agora os textos alinham-se em processo de autoconhecimento das protagonistas. Dentro das possibilidades de agência das suas narrativas, elas desenvolvem condições mais incluídas de vivências que resistem aos modelos de assimilação. Se interpretadas sob um viés discursivo normativo, as protagonistas são sujeitos “sem identificação”. Explico: para enquadrarem-se em um perfil imposto ao feminino, o qual é baseado no entendimento de um gênero derivado de um sexo biológico, sendo este estabelecido somente em relação binária com o homem e heterossexual, a construção das personagens deve adequar-se a uma linguagem e um discurso nos termos da cultura vigente. Não é o que acontece. As protagonistas valem-se de estratégias narrativas para desconstruir os dispositivos de poder que operam sobre os gêneros e na construção das identidades – seja pelo confronto à norma, ou então, pela não incorporação da norma, no seu caráter rígido, explorando possibilidades alternativas de existência dentro do espectro do inteligível.

Polessio propõe um rompimento com o discurso normativo e desestabiliza os conceitos fixos de identidade, pois viabiliza identificações que não se restringem aos binarismos impostos. Ainda que sejam narrados por um discurso dominante, os contos pressupõem uma ressignificação de conceitos normatizados pela cultura, quebrando o contrato heteronormativo¹⁵. A possibilidade de identificações múltiplas amplia o campo do dizível e confirma o quão vulnerável é a norma e como por si só ela não se sustenta.

Quando Butler pergunta que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora de identidade, as protagonistas demonstram que os processos

¹⁵ Monique Wittig trabalha com conceito “contrato heterossexual” em seu livro *El pensamiento heterosexual* (2010). Para a autora, a matriz de dominação que busca ordenar uma cultura com base na universalização de todos os seus conceitos é a heterossexualidade. Discutirei mais sobre esse texto ao longo da tese.

identificatórios deixam de ser pensados de acordo com definições universalizantes e arbitrárias e são substituídas pela figuração das experiências pessoais com o cotidiano, das reflexões de si mesmas ou das vivências individuais; interpretando as identificações como constructos variáveis e contingentes.

1.3. Sujeitos do desejo

A partir de uma visão butleriana, direcionei o meu estudo considerando as regulações de gênero como uma forma específica de normatização que tem efeitos constitutivos sobre as subjetividades. Apoiados nas designações de gênero, os sujeitos são inteligíveis dentro dos domínios discursivos, através da determinação de seus sexos. Trata-se de atos performativos de dominação e opressão instaurados socialmente que se apossam de uma falsa ideia de “referente puro”, afim de impor um significado único para os significantes que regula.

Não é, portanto, uma prática viável. Ainda que as significações sejam preestabelecidas no âmbito social, os significantes adquirem diferentes significados em uma esfera relacional. Por isso que pensar as identificações dos sujeitos em uma perspectiva binária é uma forma muito redutora de definição, uma vez que não condiz com a cadeia significante interpretativa possível.

A multiplicidade de identificações ultrapassa o binário, visto que as práticas performativas não reiteram mais a norma instituída. O sujeito coerente é desintegrado após a sua unidade ter sido dissolvida. Não equivale sugerir que todos sintam-se coagidos a ser ou ter tal fluidez identificatória, mas permite o trânsito dos sujeitos em identidades viáveis, inserindo-os no espectro da reconhecibilidade. Logo, essa busca de reconhecimento está relacionada ao desejo de transformar o exterior constitutivo para que os sujeitos possam reconhecer a si mesmos.

Ao associar o desejo ao reconhecimento, Butler (2012) também questiona o processo dialético que o reconhecimento acarreta. Nesse sentido, pondera se os sujeitos só podem conhecer a si mesmos através de um outro e se mediante essa prática não estaríamos reforçando as normas regulatórias que buscamos ultrapassar. Para a autora, as subjetividades desenvolvem-se em comunidades que estabelecem um reconhecimento

contínuo porque é através do mútuo reconhecimento que os sujeitos confirmam as suas inteligibilidades.

El deseo siempre está vinculado com el problema del reconocimiento de yo por otra autoconciencia, pero además es siempre un esfuerzo orientado a negar o transformar el mundo natural. El reino de la realidad sensible y perceptible, que fue abandonada al descubrir al Otro como una independencia que se niega a sí misma, resucita aquí en una nueva forma. El reconocimiento mutuo sólo deviene posible en el contexto de una orientación compartida hacia *el mundo material*. La autoconciencia no es mediada sólo a través de otra autoconciencia, sino que cada una de ellas reconoce a la outra en virtud de la forma que cada una le da al mundo. Por lo tanto, no se nos reconoce meramente por la forma en que habitamos el mundo (nuestras corporeizaciones), sino por las formas que creamos a partir del mundo (nuestros trabajos); nuestro cuerpo es expresión fugaz de nuestra libertad, mientras que nuestros trabajos protegen la estructura misma de nuestra libertad (BUTLER, 2012, pp. 101-2).

Em vista disso, o desejo está relacionado à capacidade dos sujeitos de autoconhecimento, através da assimilação do outro. Porém, esse mesmo processo de autoconsciência reivindica a ressignificação da história dos corpos que não reduza a cultura à imposição de normas binárias sobre eles. O desejo enquanto transformação do seu exterior constitutivo é, ao mesmo tempo, a transformação do próprio eu em uma liberdade corporizada, quando interpretado em uma conjuntura cultural caracterizada pelo deslocamento.

Os corpos não se adequam às normas pelas quais suas materializações são engendradas. As identidades são fundamentalmente performativas, ou seja, não basta nomear, mas é preciso, também, levar em consideração os atos concretos – não somente sexuais, mas corporais de modo geral – que auxiliam nos processos de definição. Dentro de cada um há identidades contraditórias, as quais movimentam-se em diferentes direções, provocando identificações fragmentadas e continuamente deslocadas, que são incorporadas e produzem significados aos sujeitos. Nesse sentido, Butler (2013) aponta que o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável inserida dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, na qual a história escreve ou imprime os valores socioculturais. Porém, não deve ter a sua significação estável, podendo ser interpretado como uma prática significativa:

O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial de identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída (BUTLER, 2013, p. 200).

Nós não nos portamos de certas formas devido às nossas identidades de gênero, mas aderimos a essas identidades através de padrões comportamentais que sustentam as normas. Eu, na verdade, sou uma ficção construída socialmente, produzida por discursos específicos que condicionam a minha inteligibilidade. Contudo, não me restrinjo a uma única identificação. Ao entender que a linguagem não é um instrumento externo que dá significação ao eu, é possível se distanciar de uma explicação epistemológica da identidade, situando-a como prática significativa possível e contingente:

Aliás, compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. Abstratamente considerada, a linguagem se refere a um sistema aberto de sinais, por meio dos quais a inteligibilidade é insistentemente criada e contestada. Como organizações historicamente específicas da linguagem, os discursos se apresentam no plural, coexistindo em contextos temporais e instituindo convergências imprevisíveis e inadvertidas, a partir das quais são geradas modalidades específicas de possibilidades discursivas (BUTLER, 2013. p. 208).

Sendo a linguagem incompleta e aberta a múltiplas interpretações, o próprio sujeito beneficia-se dessa incompletude e tem a possibilidade de afirmar-se em campos alternativos de inteligibilidades, contestando a arbitrariedade dos códigos binários. É no processo de autoconhecimento que admitimos ser mais limitados e menos autônomos do que imaginávamos ser. Assim, essa descoberta impulsiona uma relação idiossincrática dos sujeitos, motivando um questionamento corporal da identidade e do lugar.

Nesse sentido, o desejo associa-se a uma busca implícita por identidade. É o desejo de escrever o eu, em uma troca com o outro, que não é necessariamente excludente. Sob essa perspectiva, vejo a lésbica fora da nossa inteligibilidade cultural normativa, sendo um sujeito em processo que somente pode simbolizar a si mesmo a partir de estratégias políticas de sedimentação do campo social. Ratifica “de maneira muito precisa como o ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (ARÁN; PEIXOTO JR, 2007, p. 134). Assim, ao levar em consideração a historicidade da nomeação, permite-se o reconhecimento do que é abjeto, através de uma troca ambivalente, onde o eu e o outro afirmam a autonomia e a alienação relacional que os circunscrevem.

A contextualização histórico e política da semântica contribui na promoção de deslocamentos subjetivos, ampliando as possibilidades existenciais. Ao explorar o desejo de reconhecimento e de autoconsciência, é possível ampliar as possibilidades de subjetivação, subvertendo os registros simbólicos que articulam as identificações.

Há diferentes estratégias para desconstruir os dispositivos de poder que operam sobre os gêneros e na construção das identidades. Seja pelo confronto à norma, mostrando as propriedades antitéticas que o binário impõe e não se subjugando a elas, como em “Estranho”, em que as variações de significado do mesmo significante são questionadas com o intuito de expor as assimetrias de gênero impostas pelo discurso hegemônico. Ou então, se dá através do combate à normatização, construindo modos alternativos de existência dentro do espectro do inteligível, como é narrado em “Tia Marga” e “Deus me livre”, quando as protagonistas tangenciam os conceitos normativos sem associarem-se estaticamente a eles – no caso de “Botinas”, não há alternativa de inteligibilidade além da normativa. No entanto, há momentos em que não é o exterior constitutivo que intervém na identificação subjetiva, mas a organização interior é que não faz (ou deixa de fazer) sentido.

No conto “O interior selvagem”, é a interioridade da protagonista que se liquefaz dentro do próprio “sem sentido”. A história se passa quando ela – sem nome – é abandonada pela companheira, Luiza. A separação desencadeou a reflexão de como a protagonista não era agente da sua existência e a fez perceber que desconhecia a si própria:

- Minha vida toda. Eu não tenho casa, não tenho amigos, não tenho nada, a Luiza foi embora, porque ela é uma puta sem caráter, sem humanidade, que me deixou desse jeito, como é que ela pôde? O que eu fiz de errado dessa vez? Eu não fiz nada de errado dessa vez! Será que foi por causa daquela merda de álbum? Será que foi porque não voltei para casa antes? Não pode ter sido (POLESSO, 2015, p. 47).

A questão não é problematizar as práticas regulatórias de gênero. Para além da norma há uma subjetividade, uma particularidade que muitas vezes é deixada de lado em nome de uma discussão que se pretende superior. É certo que a norma opera dentro das práticas sociais como um padrão implícito de naturalização e, embora possa se distanciar das aplicações as quais está associada, também pode resistir e descontextualizar a sua operação. No contexto do conto, não há mecanismos de opressão ligados aos binarismos de gênero, mas não significa que a reconhecibilidade da protagonista não esteja condicionada ao olhar do outro, em como ela precisa da aceitação do outro para legitimar a sua existência.

Durante as sessões de terapia, a protagonista discorre sobre o seu desalento de ter sido abandonada e como aquela falta preenche a sua vida – o vazio é substancial no seu

cotidiano e articulador das suas ações, uma vez que precisa daquele outro para concatenar tudo o que faz. Parece que nada mais fazia sentido sem Luiza.

De certa forma, a narrativa propõe-se a explorar essa necessidade de legitimação que os sujeitos têm em relação ao olhar do outro. Devido à partida da companheira, a protagonista retorna ao tratamento psiquiátrico para que Caetano (o psiquiatra) assumira esse papel legitimador. É ele que a conduz no processo de autoconsciência e propõe uma reflexão de autoconhecimento. Na tentativa de organizar as próprias ideias, ela encena um controle que não tem. Insiste em validar o seu pensamento de acordo com uma suposta expectativa de seu interlocutor:

Como se fosse fácil, leve e ordinário trazer os nós para fora de nós. Fazer com que as palavras atravessassem a garganta e viessem assim de forma ordenada com todo o sentido preciso ou dúbio. Antes de falar, antes de abrir a boca, eu tentava realmente me ordenar, organizar minhas ideias, eu passava a semana toda ensaiando a minha parte da cena, a minha parte do diálogo, porém, quando ele abria a porta, meus pensamentos eram tragados para o vácuo sem fim daquela sala onde tudo parecia querer me ferir (POLESSO, 2015, p. 46).

A protagonista só consegue conhecer a si mesma através do olhar do outro. A constatação de que não entende o que sente, ou melhor, por em palavras esse consciente abstrato que ainda é selvagem, é confrontada por uma perspectiva de que esse caos é parte constituinte da sua significação. Ao querer racionalizar tudo, ela automatiza os processos de reconhecer a si mesma e constituir a sua própria autoconsciência. Esquece que os impulsos contribuem para as nossas identificações e essa idealização de um sujeito coerente é insustentável.

Ao longo da narrativa fica evidente o antagonismo que unidade e fragmentação provocam. Se por um lado, a protagonista está em constante busca de concatenação de seus sentimentos; é quando “as palavras começam a jorrar desordenadas, contíguas, faustosas” (POLESSO, 2015, p 47) que consegue fazer mais sentido para si mesma porque supera o outro – ultrapassa a fronteira daquilo que é esperado que ela diga ou sinta.

A partir de então, o seu processo de reconhecibilidade reconfigura-se na consumação do outro – a consumação é um meio de encontrar o outro e absorvê-lo ao eu. Se o conto começara em uma espécie de confusão e caos emocionais em que a personagem submerge; é a partir de um evento aparentemente cotidiano que ela se harmoniza consigo e reorganiza-se de modo a equilibrar as suas identificações em uma existência possível. Em um *déjà vu* – ao ver um casal heterossexual trocar o pneu de um

carro, rememora um acontecimento semelhante que viveu com uma amiga – percebe que há formas distintas de interpretar as situações. Nada é em si mesmo. Tudo existe em um processo de diferenciação que estabelece relações com o contexto em que está inserido:

Eu acho que fiquei uns minutos ali parada, olhando o senhor que suava, girando a chave de roda, e sua mulher segurava o estepe, o macaco e a camisa dele. Minha boca se abriu um pouco mais e notei que o casal me olhava meio estranho. Eu não gostava de ter aquele tipo de reação. Era como se as portas para o mundo exterior se fechassem enquanto outras muitas portas dentro e cada vez mais fundo em mim se abrissem e mesmo que eu soubesse que estava na rua, parada, com cara de idiota, encarando pessoas desconhecidas, eu não conseguia evitar (POLESSO, 2015, pp. 51-2).

A narrativa vai ao encontro da perspectiva defendida por Butler de que a identidade não é algo, mas é efeito que se manifesta em um regime de diferenças, em um jogo de referências. Significa, então, que “ela não é nem inevitavelmente determinada nem totalmente artificial e arbitrária” (BUTLER, 2013, p. 211). O fio condutor da narrativa é organizar-se em si mesma. Reconhecer-se a partir da sua subjetividade.

“Morder a língua” segue um percurso similar na construção da protagonista. Em um jantar no restaurante, um casal de lésbicas discute sobre o desgaste do seu relacionamento. A partir de uma narrativa em terceira pessoa, sabe-se a perspectiva da protagonista – também sem nome – sobre como se sente naquela situação:

Era a oitava briga do fim de semana. Naquela, falavam sobre como não tinham mais tempo para ficar juntas e que precisavam se organizar para tanto. Isso logo descambou para sobre como aquele ano estava infeliz, sobre como estavam sendo uma piada para os amigos e não havia nada que pudesse ser feito, a não ser. E mordeu a língua tão forte que imediatamente esqueceu-se do que falava (POLESSO, 2015, p. 194).

Não terminou a frase. Não conseguiu mais falar. O incômodo da mordida a fez lembrar de que uma vez a mãe dela havia dito que “as pessoas inconscientemente se machucam quando estão fazendo algo errado” (POLESSO, 2015, p. 195). Então o que era? Em uma retrospectiva da própria vida, se reconheceu como uma fraude porque não se identificava com a vida que construía. Era uma vida com o propósito de satisfazer uma normatividade que não a satisfazia – comprar apartamento, vontade de ter filhos, nada mais a atraía-la –, para inserí-la em um discurso que só a aceitava se performativizasse uma identificação próxima da heteronormatividade.

O raciocínio produziu uma falência pessoal porque não queria mais obrigar-se a uma vida que só constitui estabilidade a sujeitos que subordinam as suas subjetividades a ela. Esse reconhecimento do outro foi repudiado – “queria correr na direção contrária, fugir, acovardar-se, sem se cobrar uma vida estável, monótona e feliz” (POLESSO, 2015,

p. 196). Ainda que escape de uma inteligibilidade normativa, por não se adequar a uma sexualidade heterossexual, dentro de uma identificação abjeta, a protagonista reproduz um discurso que não a atende, ou como explica Butler:

Permanecer por debajo de la inteligibilidad tiene ciertas ventajas, si se entiende la inteligibilidad como aquello que se produce como consecuencia del reconocimiento de acuerdo con las normas sociales vigentes. Ciertamente, si mis opciones son repugnantes y no deseo ser reconocido dentro de un cierto tipo de normas, entonces resulta que mi sentido de supervivencia depende de la posibilidad de escapar de las garras de dichas normas a través de las cuales se confiere el reconocimiento (BUTLER, 2015, p. 15).

Se a inteligibilidade exige um reconhecimento à luz de normas guiadas pela cultura heterocentrada, por outro lado, viver à margem da normatização implica em um considerável sofrimento com consequências psíquicas, culturais e materiais. É como movimenta-se a protagonista ao longo da narrativa – age de acordo com padrões que não atribuem inteligibilidade à sua existência. Queria sair dali, dos espaços que habitava, porque só transitava neles para adequar-se a uma vida na qual não se reconhecia. E nessa incompreensão sobre si, buscando encontrar uma explicação plausível para si mesma, também erra ao trair Manuela, sua companheira – “não tinha desculpas para a traição. Não era amor, não era nem interesse. Foi só uma vontade de conhecer outro corpo” (POLESSO, 2015, p. 197).

A traição é mais um fator que justifica essa necessidade inconsciente de se machucar. É mascarada por toda a reflexão que a identificação repudiada suscita, pelo desejo de ser alguém que nem sabe que é. O sexo é um modo encontrado pela personagem de se sentir viva, de saber que o outro a percebe – o flerte, a perseguição consentida, o ato, são recursos para confirmar a materialidade da sua existência no espaço social, uma vez que através dos processos de inteligibilidade internos não sabe se definir.

As relações entre sexo e gênero, sob essa perspectiva, precisam ser reformuladas, devendo ser assistidas todas as tensões de significações que inscrevem os sujeitos no âmbito das suas coerências subjetivas. Não quer dizer, porém, que esses novos modelos sejam verdadeiros ou inquestionáveis, mas garantem as suas inteligibilidades a partir dos conhecimentos situados em cada um dos níveis das suas articulações:

La capacidad de desarrollar una relación crítica con estas normas presupone distanciarse de ellas, poseer la habilidad de suspender o diferir la necesidad de ellas, aun cuando se deseen normas que permitan la vida. La relación crítica depende también de la capacidad, invariablemente colectiva, de articular una alternativa, una versión minoritaria de normas o ideales que sostengan y permitan actuar al individuo [...] Como resultado, el «yo» que soy se encuentra constituido por normas y depende de ellas, pero también aspira a vivir de

maneras que mantengan con ellas una relación crítica y transformadora. Esto no es fácil porque, en cierta medida, el «yo» se convierte en algo que no puede conocerse, amenazado por su inviabilidad, con ser deshecho completamente en cuanto deje de incorporar la norma mediante la cual este «yo» se convierte en totalmente reconocible (BUTLER, 2015, pp. 15-6).

Ambos os textos têm em comum um momento epifânico – *deja vu* ou *insight* – para evidenciar a autoanálise que as protagonistas fazem sobre si. Não foi na sala do psiquiatra, mas em situações que não faziam sentido pensar na própria existência que elas se reconheceram para além do olhar do outro. A epifania configura-se como um breve instante que pode acontecer em de quaisquer situações corriqueiras e resultar em mudanças significativas a partir de tal ocasião. Érick Nascimento (2016) discorre sobre o pensamento de Joyce sobre o tema:

Joyce entendia uma epifania como uma manifestação transcendental e repentina por meio da trivialidade de alguma palavra ou do gesto de alguém ou mesmo em uma lembrança ocasional. Essas considerações, quando se analisa a epifania em personagens literários, ponderam-na como uma revelação que ocorre na vida cotidiana e que se transforma em um momento de inusitada revelação, podendo levar ao entendimento de 40 uma questão reprimida no mais íntimo do ser. Esse momento de revelação geralmente é intenso, a ponto de modificar radicalmente determinada atitude que a personagem vinha tomando, com reflexos em outras áreas da vida dela (NASCIMENTO, 2016, pp. 39-40).

Se em *O interior selvagem* a protagonista interpreta situação como “se as portas para o mundo exterior se fechassem enquanto outras muitas portas dentro e cada mais fundo em mim se abrissem” (POLESSO, 2015, p. 51); em *Morder a língua*, foi a mordida o estopim que desencadeou “o raciocínio que a tinha levado à conclusão da sua própria fraude” (POLESSO, 2015, p. 195).

Polesso discorre sobre questões intimistas e universais sem apoiar-se em paradigmas e clichês. Sem apoiar-se em um significante preestabelecido que engesse as identificações descobertas pela protagonista ao longo do seu reconhecimento autoconsciente. Expande, portanto, as fronteiras rígidas da identificação e do desejo, dando protagonismo a construções identitárias abjetas no discurso hegemônico. Estimula as interpretações de gênero, descondicionando-as, isto é, retirando-as de uma ordem compulsória e sugerindo ampliadas possibilidades de viver e de se organizar no mundo.

PARTE DOIS

SUBVERSÕES

2.1. O meu corpo me define?

Às vezes me dá vontade de não escrever. Vontade de não me dar às palavras ou ao significado torto de calcar ou calcanhares. E eu fico ressentida de papel e lápis, e de teclado também às vezes (POLESSO, 2015, p. 231).

Entendo o corpo como situação. Como um lugar de interpretação cultural, onde os discursos formados sobre ele condicionam que a minha existência esteja atrelada ao gênero feminino. São as repetições de atos corporais, gestos e comportamentos que padronizam a minha identificação.

O meu corpo é o registro mais verossímil da minha significação. Nele são visíveis superações às normas, estão incutidos tabus remanescentes, dividem espaço as inquietações geradas pelo embate entre o que é socialmente aceito e a minha subjetividade. O meu corpo é a minha existência materializada e entendida a partir de determinados parâmetros estéticos. Eu sou o meu corpo. Entretanto, há uma materialidade que a língua não dá conta e os corpos não podem ser entendidos como simples objetos descritos por um léxico arbitrário, uma vez que tendem a indicar uma dimensão maior que a sua própria significação.

Butler (2012) afirma que tudo que importa é um significante que está dentro de um discurso e tem um significado. Até mesmo o abjeto importa, uma vez que seu significado é postulado a partir da necessidade de elevar um em detrimento de outro. Não quer dizer que a materialidade dos corpos é somente efeito da linguagem, mas compreende-se o corpo significado como anterior à significação, o qual se ajusta às práticas performativas de significação.

No entanto, a linguagem nem sempre representa com precisão o seu referente. Há vivências que não cabem no âmbito da linguagem. Barad (2017) desafia o pensamento estruturalista e posiciona-se dizendo que a performatividade não é um convite a transformar tudo em palavras, separando a matéria do discurso, ao pontuar que, mesmo que fundamentalmente indeterminada, a matéria é contextualmente performativa e os corpos performativam-se enquanto exterior e pelas intra-ações que os constituem. A materialidade torna-se um fator ativo no processo de materialização e a performatividade sugere uma contestação do poder excessivo dado à palavra. É preciso, porém, entender e se situar dentro do discurso que nos circunscreve para poder contestá-lo ou reivindicar

agência dentro dele e, por isso, os dois processos teóricos complementam-se no meu entendimento subjetivo corporal.

Não convivo bem com o meu corpo e sei que os meus conflitos decorrem de um discurso que é atrelado a ele e que se fixam às definições de gênero. Minhas frustrações são comuns à maioria das mulheres, mas de modo geral são vistas como ordinárias, banais; e são desprezadas (até por mim mesma) no cotidiano, ainda que tenham um peso imensurável no que me define.

Sempre fui gorda. Até quando não era. Na época em que fazia balé clássico eu tinha o peso adequado aos padrões estabelecidos pelo cálculo do índice de massa corporal e ainda assim não me enquadrava no biotipo exigido por ter coxas grossas. Para enquadrar-me nos padrões que supostamente definiriam a minha feminilidade, fiz dietas e jejuns absurdos, usei medicamentos redutores de apetite e de gordura, porém nunca estive satisfeita com a minha aparência. Contudo, essa relação com o corpo é esperada da mulher. É imposta a ela. É o efeito da corponormatividade, com o objetivo de gerar lucros, impulsionando o consumo como caminho para alcançar a satisfação e o bem-estar.

A relação entre o sujeito feminino e o corpo é culturalmente marcada em diversas ocasiões e em diferentes culturas. Na Ocidental, o sistema opressivo essencializa a história de deformação do corpo feminino. Algumas partes do corpo chegam a ser sinais da função centralizadora e controladora da imagem corporal – em diversas mídias vemos discussões sobre esse ideal feminino que provavelmente nem exista e sempre se pede, se critica, se espera mais de uma mulher, dificultando que ela se satisfaça com as suas características. Nem cabe citar aqui o que uma busca rápida no Google demonstra sobre o ataque que as mulheres sofrem por serem gordas ou magras demais. Não é o mesmo tratamento dado aos homens e não causa o mesmo impacto a eles – com argumento semelhante à primeira parte, vejo homens gordos sem camisa sem pudor de julgamento, enquanto as mulheres são orientadas a cobrirem-se para não expor publicamente uma parte “feia” de seus corpos. Ao estabelecer essa intersecção entre gordura e gênero, é possível identificar que a opressão começa na rejeição do feminino, visto que os homens gordos não performatizam uma masculinidade hegemônica¹⁶, desenvolvendo

¹⁶ O termo “masculinidade hegemônica” é definido por Connell e Messerschmidt (2013) da seguinte forma: “A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima

características consideradas femininas – como peitos. São corpos repudiados pela heteronormatividade, ainda que a abjeção os atravesse de formas distintas, em virtude dos papéis de gênero que desempenham.

A relação narcisista imposta por uma cultura misógina e heterocentrada apossa-se dos corpos e as suas anatomias transformam-se em estrutura. A idealização do corpo como uma totalidade espacialmente limitada, determinada por um controle exercido pelo reconhecimento e aceitação dele pelo olhar do outro, lhe dá uma noção de autocontrole porque absorve uma falsa noção de natureza constitutiva. O nosso corpo é manipulado a tal ponto que se entende por natural aquilo que foi imposto por um sistema opressivo, fazendo-nos assimilar que a violência que sofremos é consequência dessa natureza que está essencializada em nós.

Tenho muitas dificuldades em aceitar o meu corpo gordo. Desenvolvi problemas em relação a ele que ultrapassam o dizível, uma vez que a minha condição de mulher o marca de uma forma feroz, impondo um ideal que duvido que um dia alcance. O sistema opressivo está enraizado na minha reconhecibilidade, sendo alimentado pela contínua busca de inteligibilidade no espaço social. Com isso, reitero a norma ao experenciar que o meu corpo não merece ser vivido. Jussara Belchior, por sua vez, deslegitima a fronteira do corpo padrão – bailarina gorda (como gosta de se descrever), produziu e protagonizou o espetáculo *Peso Bruto*¹⁷, onde põe em foco essa questão específica, questionando os padrões através dos movimentos e das marcas que os julgamentos alheios acarretam. Motivada em explorar a materialidade do próprio corpo na promoção de afirmação e agenciamento, propõe pensar as noções do corpo gordo como constitutivas da sua trajetória e subjetividade, desvinculando-se da interpretação equivocada de que o mesmo está errado – a significação do controle é importante na apresentação porque desassocia-se da interpretação de descontrole (dos limites do peso e do espaço), geralmente atrelada às pessoas gordas. Para a bailarina, gordo é só uma forma. Ela compreende que pode dançar a partir das possibilidades do seu corpo, sem a exigência de primeiro modificá-lo para atender o padrão estético vigente.

ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

¹⁷ Para saber mais sobre o espetáculo, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=Mpgtupa2Tpg>.



IMAGEM 5

Quando o balé já me via gorda



IMAGEM 6

Jussara Belchior durante apresentação de *Peso Bruto*

Há certas convenções que estipulam as maneiras pelas quais devemos nos definir. Ainda que mudem ao longo dos anos, funcionam como critério normativo que controla a aparência e o conhecimento do gênero. Encontrar o equilíbrio dentro de uma corponormatividade tão repressora é matéria árdua e muitas vezes incompreendida por nós mulheres – eu, ainda criança, já tentava me enquadrar em um padrão que as minhas medidas corpóreas jamais atenderiam; ao contrário de Jussara que, também bailarina, os desafia e propõe a ressignificação da possibilidade de mulheres gordas expressarem-se através da dança.

Butler (2016) aponta que a representação do corpo encontra seu limite em uma materialidade que não pode ser capturada pela linguagem, ou seja, “el lenguaje a través del cual emerge el cuerpo ayuda a formar y establecer ese cuerpo en su cognoscibilidad, pero el lenguaje no es lo único que lo conforma” (BUTLER, 2016, p. 36).

O corpo é interpretado através da linguagem, mas não quer dizer que pode ser reduzido a ela. Embora haja marcas e expectativas que passam a sugerir um conteúdo cultural, não é possível compreendê-lo, porém, como algo passivo à espera de significação, um efeito do discurso. Da mesma forma o sexo não pode ser entendido como uma descrição estática do que alguém é, mas uma das normas que viabiliza e qualifica esse corpo dentro da esfera da inteligibilidade cultural.

As tecnologias de escritura de sexo e de gênero articulam-se para engendrar e policiar os corpos, afim de que atuem de acordo com as suas normas. As práticas normativas pressupõem o feminino como um conjunto de funções representativas que forma e deforma seus corpos através de uma série de critérios de inteligibilidade. De acordo com elas, identifico-me como abjeto porque, além do sexo biológico que me aproxima do gênero, não possuo outras características que denotam feminilidade às mulheres, no seu sentido restrito. Talvez não seja esse o viés adotado em “Saliva”, mas o conto vincula-se ao debate proposto aqui quando reflete sobre a incompletude que o discurso produz em corpos que ultrapassam os limites do dizível.

A narradora não está problematizando a matéria ou a relação mimética representacional atribuída à linguagem, mas evidencia de que há mais do que a materialidade discursiva pode alcançar. O que fica evidente é que existe uma materialidade do corpo que escapa das figurações que o condicionam e cerceiam. São experiências que não foram significadas, sentimentos incorporados que têm pouco a ver com argumentos racionais expressos em palavras – são experienciados antes de serem articulados na linguagem ou dos sistemas representacionais vinculados a ela:

E eu penso: vai!, nem que saia pela boca mesmo, já que nos dedos a coisa congelou e já que a cabeça só dança e dança e não se endireita para alinhar as faltas e preencher as falhas. O pior é que fica tudo meio que na pele, meio que nos pelos, meio que numa acidez nervosa, dos lados, lá no fundo da boca. Mas é só vento, desejo e saliva (POLESSO, 2015, p. 231).

Nenhum corpo identifica-se por completo ao discurso que o produz, mas submete-se às limitações produtivas de certos esquemas reguladores de gênero, ainda que tais parâmetros não preencham às suas significações. Às vezes a linguagem não dá conta do que se quer dizer, expressar, performatizar. Às vezes a linguagem impõe limites que estabilizam os corpos e manipulam as possibilidades identificatórias. Butler rechaça a redução da construção linguística a uma significação unilateral que opera sobre o objeto de construção:

A pesar de que se puede aceptar la proposición que afirma que el cuerpo solo es cognoscible a través del lenguaje, que *el cuerpo se da a través del lenguaje*, este nunca se da por completo de ese modo, y cuando decimos que se da parcialmente, solo se puede entender si a su vez reconocemos que se da, cuando se da, en partes; es como si se diera y se ocultara al mismo tiempo, y se diría que el lenguaje ejecuta ambas operaciones. Aunque el conocimiento del cuerpo dependa del lenguaje, el cuerpo también excede todo esfuerzo lingüístico posible de aprehensión (BUTLER, 2016, p. 35).

Os corpos, na verdade, carregam discursos como parte das suas identificações. São organizados por códigos de legitimidade e instruídos para fins de hierarquia e

subordinação. Os corpos agregam para si o binarismo imposto socialmente, sob o qual devem identificar-se com o masculino ou o feminino. É através dos corpos que os gêneros e as sexualidades se expõem aos outros, que se implicam nas práticas sociais, que são inscritos por normas e apreendidos em seus significados.

Quando essa significação destoa da normatização, os corpos também são entendidos como abjetos. A abjeção é uma provocação performativa com o intuito de impor essa existência impossível dentro dos limites da inteligibilidade, mesmo que a sua significação possa tropeçar em um monismo linguístico. Talvez se pensarmos o abjeto como um processo, tenhamos um alcance mais abrangente dos corpos que tal conceito pretende identificar, situando-o de acordo com os contextos em que se insere:

Então, não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real. Mas seria um grave erro pensar que a definição do abjeto se esgota nos exemplos que dou. Gostaria de protelar qualquer solução fácil até encontrar um aparato conceitual que proporcionasse à operação da abjeção uma espécie de autonomia relativa, de até mesmo um vazio, uma falta de conteúdo exatamente para não poder ser captada através de seus exemplos, de modo que seus exemplos não pudessem se tornar normativos do que queremos significar por abjeto. O que seguidamente acontece é que as pessoas apresentam teorias abstratas sobre coisas do tipo da abjeção, depois dão os exemplos, e então os exemplos se tornam normativos de todo o resto. O processo se torna paradigmático e acaba por produzir suas próprias exclusões. Torna-se fixo e normativo no sentido de rigidez (BUTLER apud PRINS; MEIJER, 2002, p. 162).

A abjeção não está obrigatoriamente ligada à homossexualidade. Butler deixa claro que o abjeto “não se restringe de modo algum a sexo e a heteronormatividade. Relaciona-se a todos tipos de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER apud PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). Contudo, há um vínculo entre abjeção e homossexualidade. A cultura hegemônica exige uma coerência baseada na heteronormatividade, a qual, em virtude dessa imposição deixa de ser apenas uma possibilidade de expressão sexual, para tornar-se uma coerção sobre os corpos.

“Dreaming” fundamenta-se nessa obrigatoriedade de assunção da heteronormatividade como determinação de inteligibilidade. Nesse caso, assumir traduz-se em uma prática iterativa da norma, expondo a própria norma a uma interpretação privilegiada. Em um jogo de perguntas entre amigas, Raquel – narradora do conto – foi apontada para contar alguma curiosidade da sua vida; porém, devido ao seu comportamento reservado, todas supuseram que ela não tinha nada interessante para

relatar. Todavia, a personagem decide narrar uma história que aconteceu nos Estados Unidos e se mune de referências controversas – Patti Smith, Harvey Milk, Robert Mapplethorpe – para imprimir um tom transgressor na sua narrativa, uma vez que quer desvincular-se da percepção conservadora que as outras têm dela:

Eu fico meio cansada com a capacidade criativa de vocês. É, vamos colocar dessa maneira. Vocês olham para mim e veem a Raquel responsável, empresária, nunca sonega impostos, faz toda a porra certinha, enfim, vocês me olham e pensam: uma mulher como a Raquel, tão, mas tão sem graça, jamais pode ter tido seus dias de testar os limites (POLESSO, 2015, p. 83).

Insera Mel na narrativa. Uma californiana, loira, bronzeada e longilínea, bem clichê, que conheceu em uma festa. Com ela bebeu, usou drogas, tomou banho de piscina em uma mansão abandonada que invadiram, enfim, fez tudo que ninguém nunca achou ser possível que fizesse. Mas as caras incrédulas das amigas em relação à história, fez com que Raquel fosse além e também afirmasse que fez sexo com Mel. Mas foi aquele dia e nunca mais – ainda que Mel ligasse, enviasse e-mails, a procurasse no trabalho, quis “cortar as investidas de todas as maneiras possíveis” (POLESSO, 2015, p. 88).

Talvez aqui tenha se perdido e criado uma verossimilhança à luz de um padrão hegemônico de interpretação da lesbianidade. Para que a parceira fosse legitimada, fez questão de descrevê-la fundamentada em um modelo de feminino normativo; do mesmo modo que detalhou a noite em que conheceu Mel com base no que se pressupõe de um espaço marginalizado. Prende, portanto, os corpos dessas personagens (a sua própria representação) dentro da heteronormatividade, pois vincula a materialidade dos corpos com a performatividade de gênero, produzindo representações que se acomodam no discurso hegemônico.

A lesbianidade é apresentada na história de Raquel como uma forma de subversão, mas esbarra nas barreiras que a heteronormatividade impõe. No entanto, a contingência de inteligibilidade confirma-se na inscrição dos corpos dentro da matriz hegemônica, o que restringe o abjeto aos seus termos na mesma medida que converte em invisível a possibilidade lésbica. Ainda que não fique certo se o que a narradora contou tenha acontecido de fato, o que importa é que a sua narrativa se baseia em pressupostos heterocentros de significação:

Ninguém perguntou nada, ninguém questionou a veracidade dos fatos, porque ninguém acreditou na minha história. Nem eu mesma tenho certeza de que as coisas aconteceram do jeito que contei, mas acho que é mais ou menos verdade. Não importa. Eu continuava sendo Raquel, a pura, e era isso que as chocava (POLESSO, 2015, p. 89).

O que Polesso explora nos seus contos são os movimentos que permitem expressão às lésbicas. Seja pela subversão à norma ou ressignificação dos seus termos, pleiteia que as personagens possam desenvolver as suas especificidades ao transformarem-se em agentes de suas histórias, propondo uma definição mais política e menos sexista da lesbianidade, e, por conseguinte, revertendo a situação precária que as suas identificações configuram-se. Para tanto, é preciso pensar a importância dos corpos em trânsito pelos diversos espaços em um processo de reconstrução subjetiva e afetiva e, também, na legitimação dos discursos que são oprimidos pela heterossexualidade compulsória.

O perigo de generalizar os corpos pela sua biologia – e associação estática ao gênero –, descredencia os contextos, particularidades e interpretações subjetivas que compõem as suas materializações e exclui aqueles que se desviam da norma, adotando sumariamente o modelo pautado pela oposição binária estipulada pela heterossexualidade normativa. É o que Linda Nicholson (2000) nomeia de “feminismo da diferença” e o contesta:

Meu argumento contra o “feminismo da diferença” não propõe que devemos parar de procurar esses padrões. Sugiro que estendamos em termos diferentes, mais complexos, do que tendemos a fazer, particularmente que sejamos mais atentas à historicidade dos padrões que revelamos. Enquanto procuramos o que é socialmente compartilhado, precisamos ao mesmo tempo procurar os lugares onde esses padrões falham. Meu argumento, portanto, sugere a substituição de mulheres propostas como tais, ou até sobre mulheres nas “sociedades patriarcais”, por propostas sobre mulheres em contextos específicos (NICHOLSON, 2010, p. 34).

Apoio-me no seu argumento e, em todos os sentidos que pretendo analisar nesta tese, evito classificações estáveis. Ainda que por vezes submeta-me a elas tanto na análise discursivo-literária como na minha identificação individual, busco entender os processos de subjetivação que subvertem a estabilidade da norma e expandem as possibilidades da vida corpórea. Barad argumenta que “corpos não são objetos com fronteiras e propriedades inerentes; eles são fenômenos material-discursivos” (BARAD, 2017, p. 27) e, assim, como Butler (2015), entende que eles estão, na sua espacialidade, transitando no tempo:

Los cuerpos no se habitan como hechos espaciales dados. En su espacialidad, están también inmersos en el tiempo: envejecen, cambian de forma, dependiendo de sus interacciones se altera su significado y la red de relaciones visuales, discursivas y táctiles que se convierte en parte de su historicidad, su pasado constitutivo, su presente y su futuro. Como consecuencia de estar en el modo del devenir, y de estar siempre viviendo con la posibilidad constitutiva de devenir de otra forma, el cuerpo es aquello que puede ocupar la norma en

una miríada de formas, que pueden exceder la norma, volver a dibujar la norma y exponer la posibilidad de la transformación de realidades a las cuales creíamos estar confinados. Estas realidades corpóreas están habitadas activamente, y esta «actividad» no está totalmente constreñida por la norma. A veces las condiciones para conformarse a la norma son las mismas que las condiciones para resistirla (BUTLER, 2015, pp. 306-7).

Eu ainda não sei como resistir às práticas discursivas que me cercam, mas entendo a importância disso e luto e estudo para ter esse alcance. Entendo que embora o meu corpo tenha uma dimensão pública, preciso reivindicar os direitos e a autonomia sobre ele para ter protagonismo na sua materialidade e não me conformar a certos ideais de morfologia. Ou melhor, preciso não me dar ao significado torto das palavras.

Mesmo que exista um discurso que pretende normatizar o corpo, existem várias interpretações para as materialidades que o imprimem. Eu me identifico ainda (e infelizmente) de uma maneira menos agencial que a bailarina Jussara Belchior, mas ambas temos aproximações com o que é narrado nos contos quando tentamos viabilizar as nossas existências para além do normativo em quaisquer instâncias da sua legitimidade. Escrever sobre o corpo me angustia e isso já indica a forma como ele me define.

2.2. Materialidades inteligíveis

Talvez esta parte da tese seja, para mim, a mais difícil de escrever porque falar sobre o corpo não cabe no domínio léxico. Como fazê-lo, então? A partir de qual (ou quais) perspectiva elaborar um argumento que dê significado ao corpo que habito? Como imprimir reconhecibilidade aos corpos que se inserem no campo do visível, mas que não se associam aos padrões de inteligibilidade que os circunscrevem?

Proponho iniciar a discussão deste capítulo a partir do primeiro questionamento feito por Butler em *Cuerpos que importan* (2012), no qual a autora já no prefácio problematiza o que os corpos “são”. É possível pensar os corpos como construções, mas, em contrapartida, as palavras não têm o poder de modelá-los em virtude da sua própria realização linguística. Desse modo, não há certeza em afirmar que os corpos são sempre e totalmente construídos. Os corpos carregam discursos e os discursos habitam os corpos. Entretanto, não podem ser reduzidos às descrições que a linguagem pressupõe – têm seus próprios significantes que extrapolam os limites discursivos.

Igualmente cabe interrogar o significado da própria construção. Toda construção envolve certo grau de normatização. É determinada por uma matriz cultural que estabelece normas e define os limites da sua própria ontologia. Nesse sentido, o “ser” dos corpos construídos é produto de práticas discursivas historicamente contingentes que legitimam a sua inteligibilidade. Assim, os corpos são significados dentro de um sistema que os normatiza e regula. Há, porém, um limite à construtividade. Embora a materialidade dos corpos seja significada pelo discurso, o mesmo não compreende a completude da sua significação:

Siempre existe una dimensión de la vida corporal que no puede ser totalmente representada, aunque funcione como la condición por excelencia y, en concreto, como la condición activadora del lenguaje. [...] Decimos algo y queremos dar a entender algo con lo que decimos, pero también hacemos algo con nuestra habla, y lo que hacemos, cómo actuamos sobre cada uno de nosotros con nuestro lenguaje, no es lo mismo que el significado que conscientemente expresamos. Es en este sentido que los significados del cuerpo exceden las intenciones del sujeto (BUTLER, 2015, pp. 281-2).

Os corpos não se condicionam inteiramente às normas que impõem a sua materialização. A materialidade é constitutiva no processo de materialização. Portanto, não é possível pensar a matéria como um objeto estático à espera de interpretação. Pelo contrário, é um agente ativo temporalizado, deslocando a significação dos corpos para além da normatização impositiva.

Discutir a matéria dos corpos pode implicar uma perda inicial da certeza epistemológica que os circunscrevem. É uma maneira de redimensionar o que delimita as suas inteligibilidades. Dando seguimento, parto para a averiguação do estudo de Barad (2017) que se propõe a investigar como a matéria é interpretada sob um viés performativo pós-humanista. A autora critica o tratamento passivo e imutável dado à matéria, enquanto que à linguagem e à cultura são atribuídas agência e historicidade. De acordo a sua perspectiva, a matéria não é o efeito de superfície de corpos ou o produto de atos linguísticos ou discursivos, mas configura-se como “substância em seu devir intra-ativo — não uma coisa, mas um fazer, um espessamento da agência” (BARAD, 2017, p. 26). Abre mão da noção de “práticas discursivas” para mostrá-las como constitutivas da relação entre matéria e discurso, desafiando a crença representacionista que dá poder às palavras para representar coisas preexistentes:

As práticas discursivas e os fenômenos materiais não permanecem em uma relação de externalidade uns aos outros; melhor, nas dinâmicas de intra-atividade, matéria e significado estão mutuamente implicados. Não são tampouco redutíveis um ao outro. A relação entre o material e o discursivo é de implicação recíproca. Também não são articulados/articuláveis na ausência

do outro; matéria e significado são mutuamente articulados. Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontológica ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado em termos do outro. Nenhum tem status privilegiado para determinar o outro (BARAD, 2017, p. 26).

Indica, assim, pensar as práticas discursivas a partir de um entendimento performativo que valida as manifestações significativas. De modo análogo, reconfigura o entendimento sobre discurso, divergindo de uma percepção sinonímica à linguagem, com base em uma interpretação de que “discurso não é o que é dito; é o que limita e possibilita o que pode ser dito” (BARAD, 2017, p. 23). Uma concepção performativa das práticas discursivas dá a chance de contestar o poder excessivo dado à linguagem, deslocando o foco da correspondência descritiva da matéria para questões de práticas/fazer/ações como constituintes de significação que a própria linguagem não capta.

O movimento proposto por Barad incorpora fatores materiais e discursivos, examinando as práticas pelas quais as fronteiras da significação são estabilizadas e desestabilizadas. O significado, contudo, não é referenciado extra ou intralinguisticamente, mas surge como “(re)configurações materiais específicas do mundo” (BARAD, 2017, p. 23). Nada é inerentemente significado, sendo passível de ressignificação contínua. Ao manter fixos os processos de significação, exclui-se indevidamente as possibilidades de reformulações das fronteiras que delineiam a inteligibilidade constitutiva dos sujeitos. Ao passo que a reconfiguração dos dispositivos material-discursivos abre possibilidade de o corpo figurar como agente do seu processo de materialização:

Corpos não são objetos com fronteiras e propriedades inerentes; eles são fenômenos material-discursivos. Corpos “humanos” não são intrinsecamente diferentes dos “não humanos”. O que constitui o “humano” (e o “não humano”) não é uma noção fixa ou preconcebida, e nem é uma flutuante idealidade. O que está em questão não é um tipo de processo impreciso pelo qual práticas linguísticas humanamente fundamentadas (materialmente sustentadas de modo não especificado) tentam produzir corpos substanciais/substâncias corpóreas, mas uma dinâmica material de intra-atividade: dispositivos materiais produzem fenômenos materiais através de intra-ações causais específicas, nas quais “material” é desde sempre material-discursivo — isso é o que significa chegar à matéria/to matter (BARAD, 2017, pp. 27-8).

O realismo agencial proposto por Barad concentra-se na simultaneidade das intra-ações. É um processo dinâmico que muda as configurações das estruturas causais de significação. Butler, por sua vez, reconhece que a matéria não é simplesmente citacional. Há uma espécie de âmbito exterior que ultrapassa os limites do discurso, mas que só pode ser discutido em relação a ele, reescrevendo um dualismo que Barad transcende. Não quer

dizer, contudo, que as duas teorias não se complementem – o fazem à medida que reconhecem a possibilidade de assimilar o corpo a partir da agência que exerce influência sobre a sua materialidade, levando em consideração a interpretação cultural como importante força agencial. Porém, o que Butler foca é que os significados produzidos por ele são simultaneamente formativos e reguladores da sua significação dentro dos discursos:

El cuerpo postulado como anterior al signo es siempre postulado o significado como previo. Esta significación produce, como unefecta de su propio procedimiento, el cuerpo mismo que, sin embargo y simultáneamente, la significación afirma descubrir como aquello que precede a su propia acción. Si el cuerpo significado como anterior a la significación es un efecto de la significación, el carácter mimético y representacional atribuido al lenguaje – atribución que sostiene que los signos siguen a los cuerpos como sus reflejos necesarios – no es en modo alguno mimético. Por el contrario, es productivo, constitutivo y hasta podríamos decir performativo, por cuanto este acto significante delimita y circunscribe el cuerpo del que luego afirma que es anterior a toda significación (BUTLER, 2012, p. 57).

As categorias linguísticas que supostamente significam a materialidade dos corpos dependem de um referente que não está expresso em nenhum significado dado. É uma ausência que a linguagem não capta. O que abre espaço para os dispositivos de poder marcarem esses corpos de acordo com a significação que pretendem lhes imprimir. Assim o sexo surge como marca, fixando um sentido naturalizado à posição simbólica que o corpo exercerá.

O sexo age como norma que viabiliza os corpos. Essa norma qualifica os corpos dentro da esfera da inteligibilidade cultural. Os corpos precisam ser interpretados para existirem de acordo com essa perspectiva e os significantes que os definem estão vinculados ao sistema binário discursivo. No entanto, nenhum significante pode ser definitivamente representativo, uma vez que também sugere uma incompreensão – essa brecha abre a possibilidade para novas significações e ressignificações de inteligibilidade. Dá chance de reescrever o imaginário morfológico e viabiliza aos corpos abjetos exporem a incapacidade dos regimes heterossexuais para determinar por completo os seus próprios ideais:

Es importante destacar que aunque la heterosexualidad opera en parte a través de la estabilización de las normas de género, el género designa un sitio denso de significaciones que contienen y exceden la matriz heterosexual. Aunque las formas de la sexualidad no determinan unilateralmente el género, es sin embargo esencial mantener una conexión no causal y no reductora entre la sexualidad y el género. Precisamente porque la homofobia con frecuencia opera atribuyendo a los homosexuales un género perjudicado, fracasado o, de lo contrario, abyecto, esto es, llamando a los hombres gay "afeminados" y a las lesbianas "marimachos", y porque el terror homofóbico a realizar actos

homosexuales, cuando se da , frecuentemente coincide con un horror a perder el género apropiado ("Ya no ser un verdadero hombre o un hombre hecho y derecho" o "dejar de ser una verdadera mujer o una mujer adecuada"), parece fundamental atenerse a un aparato teórico que explique cómo se regula la sexualidad mediante la vigilancia y la humillación del género (BUTER, 2012, pp. 333-4).

As normas para produção de corpos inteligíveis e de corpos abjetos são as mesmas, uma vez que ambos são produtos de uma ontologia historicamente contingente e dependem dessas normas para facilitar ou não o seu reconhecimento. Há sujeitos que as subvertem, admitindo outros fazeres com seus corpos. São abjetos ao mostrar o exterior constitutivo dos limites da inteligibilidade. No entanto são inteligíveis, pois quando postos em discurso recebem uma significação que se enquadra no código linguístico – a ininteligibilidade deriva do não enquadramento destes corpos no padrão normativo.

É preciso pensar que a efetividade desses corpos não abarca às suas complexidades. Os seus significados excedem às intenções dos sujeitos. A exigência de ser uma identidade coerente, que cumpra a norma hegemônica de um sistema heteronormativo, não se sustenta na prática. A agência da matéria como produtora da própria materialidade dos corpos exige imaginá-los além dos limites convencionais. Pensar os sujeitos metafísicos, devido ao seu alto grau de abstração, extrapola as barreiras do significável e demanda outras formas de circunscrevê-los nos contornos do dizível.

M., de “Dramaturga hermética”, reflete sobre os processos de significação do corpo e o seu não pertencimento às normas que o definem. A protagonista escreve e-mails para Ana e neles tenta inserir no léxico que conhece, as sensações que não sabe explicar. A náusea que nomeia as correspondências é sentida pela remetente em decorrência da dificuldade de expressar-se – não sabe colocar em palavras aquilo que sente e acaba sucumbindo às perspectivas discursivas que a cercam para dar sentido à sua existência:

E assim, Ana, têm sido meus dias e meus amores, de uma tarde, apenas, exóticos, arredios, ausentes, mórbidos, eu, eles, somos todos parecidos, não acha que essa náusea me vem à toa? Não, ela vem acompanhada de todo nojo e de toda a culpa que sinto não sei exatamente de quê, mas suspeito ser de uma coisa de criação mesmo, sabe? Criação familiar repressora. Não sei se me creio com esse discurso, não sei se creio em algo de fato (POLESSO, 2015, pp. 103-4).

O não enquadramento ao discurso transfigura-se em um não pertencimento material-discursivo. As práticas iterativas pelas quais a sua materialidade se produz emergem da necessidade de fronteiras e de significados. A mobilidade forçosa opera como agente de produção corpórea, levando em consideração os processos consonantes às marcas diferenciais que implicam na sua materialidade – o corpo abjeto à configuração

normativa é alocado para uma materialidade que não merece ser significável, não fazendo sentido em uma determinada matriz de inteligibilidade:

Fiquei tanto tempo fora que não pertenco mais a lugar algum, parece que eu sou um objeto, entende? Descolado do mundo, sem identificação com absolutamente nada, que vaga solto na imensidão, na infinitude das possibilidades (POLESSO, 2015, p. 103).

Não sabe o que é porque não sabe como descrever-se. As várias possibilidades de identificações implicam na impossibilidade de restringir-se ao que está imposto como norma de reconhecibilidade. Há um sofrimento implícito que a consome, o qual é produto dessa desidentificação – recorre a Beckett e Kafka para encontrar força para interpretar – além de justificar – esse sentimento que bloqueia as suas ações. O corpo torna-se agente desse desconforto que existe e resiste em meio à sua debilidade:

Eu preciso me conectar ao que experimento nos sentidos, Ana. Mas me diz como fazer isso se não tenho sentido nada? Nada me comove, tu sabe? Eu até parei de fotografar, parei de dirigir, parei de escrever, porque todos temos narrativas e perspectivas, qual é a diferença entre a minha e a dos outros? Por que eu posso, eu mereço, tenho condições e alguns tão ou mais talentosos não têm? Por quê? Me pergunto e sinto essa tristeza imensa, tu sabe? Uma coisa incontrolável que sobe pelas paredes internas dos meus órgãos, sobe se agarrando e pressionando toda a minha carne, sobe criando uma pressão kafkiana dentro do meu esôfago, dentro do meu crânio e sai em forma de um gás doce e inebriante pelo meu nariz, pelas cavidades dos meus olhos e me transmuta em nada (POLESSO, 2015, p. 104).

Mesmo que não saiba materializar linguisticamente aquilo que sente, o seu corpo sinaliza ter força agencial para atentar às afecções que não cabem no léxico vigente. Aqui, a autora propõe uma intersecção com outras narrativas literárias – *Primeiro amor*, de Beckett e as construções de personagens de Kafka – para contrapor-se à passividade significativa do corpo:

Talvez uma tal relação, não só em Kafka, mas também nos autores mencionados [Beckett], deixe entrever no corpo uma *força de resistir face ao sofrimento*. Ou seja, mesmo ao defender-se das feridas mais grosseiras, ele se abre para acolher a variedade das afecções sutis. E, concomitantemente, torna-se ativo a partir de seu *sofrimento* primário, da *sensibilidade* elementar, das dores e ferimentos e afetação originária. Em outros termos, o corpo torna-se ativo justamente a partir dessa passividade constitutiva, sem negá-la, fazendo dela um acontecimento (PELBERT, 2016, s/p).

Esse movimento, portanto, alia-se à noção de performatividade proposta por Barad, ao contestar a linguagem como determinação do real. Em perceber que há mais significações possíveis de identificação, pensando, inclusive, naquilo que as tornam possível e o modo como manifestam-se:

As afirmações não são meias declarações da consciência emissora de um sujeito unificado; antes, afirmações e sujeitos emergem de um campo de

possibilidades. Esse campo de possibilidades não é estático ou singular, mas uma multiplicidade dinâmica e contingente (BARAD, 2017, p. 23).

O valor do vivido sobrepõe-se ao discurso. Mas é difícil entender a nossa interpretação subjetiva sem se fundamentar em um discurso que permita essa reflexão. M. sente essa dificuldade e essa irreconhecibilidade dentro dessa perspectiva que refuta, mas também molda a sua subjetividade. Há, contudo, o entendimento de que todos os corpos chegam à matéria através da sua agência performativa no mundo. Em um dos e-mails é taxativa ao afirmar que sabe que absolutamente tudo começa na própria pessoa, embora não saiba o que deveria começar nela. Porque não se identifica com o discurso. Porque não se conecta com o que experimenta nos sentidos. Porque não sabe explicar as diferenças das perspectivas dela e dos outros. Mas todas essas questões, ainda que inconscientemente, lhe dão agência para mudar os dispositivos da sua produção corpórea. De pensar os percursos do corpo na constituição de uma identidade que minimamente a conforte:

Eu penso nessas questões metafísicas do andamento, dos percursos e do corpo, sabe? Essas formas de se abster de uma vida prática e cheia de consternações ou de flores. Falamos e falamos vulgaridades, mas nada comporta o valor do vivido. Eu vejo na cara deles, em cada ruga que em mim ainda não se delineou e que talvez não se delineie. A guerra é interior. E não há maneira de expressá-la (POLESSO, 2015, p. 106).

Nem toda linguagem comporta o valor do vivido. Há marcas e experiências que nos circunscrevem, as quais são visíveis além do âmbito discursivo. Somos corpos em movimentos de significação constante. Pensar nas realidades que se transpõem à experiência sensível é um modo de problematizar a metafísica da substância. De subverter o pensamento cartesiano de que sexo e corpo são entidades materiais naturais e autoevidentes. De descaracterizar os sujeitos coerentes a partir da lógica binária de identidade, em prol de uma perspectiva de identificação performativa, a qual constitui-se amparada por um exercício de intra-atividade com o mundo.

As práticas discursivas estão envolvidas nas atividades pelas quais os fenômenos chegam à matéria. Ao perceber o corpo a partir de uma interpretação circunstancial, entendo também que ele não “é” algo, mas um “fazer”, “é um processo estabilizante e desestabilizante da intra-atividade iterativa” (BARAD, 2017, p. 27), no qual as práticas regulatórias são fatores importantes – mas não únicos – no processo de materialização. Por essa perspectiva, os fenômenos materiais são inseparáveis dos dispositivos de produção corpórea:

Condições materiais importam não porque “suportam” determinados discursos que são fatores generativos reais na formação de corpos, mas porque a matéria chega à matéria através da intra-atividade do mundo em seu devir (BARAD, 2017, p. 27).

Nem sempre há maneiras de expressar aquilo que é vivido e sentido pelos nossos corpos. Eles têm a sua potência agencial derivada de experiências vividas, as quais não se reduzem aos argumentos racionais que tentam delimitá-los. Quando superam as fronteiras que tentam regulá-los, subvertem a lógica de um sistema repressivo, cuja insuficiência explicativa é descoberta.

Os percursos e as marcas do/no corpo sobre os quais M. reflete no conto são constituintes da sua significação. A dificuldade de expressá-los também é. O conflito da personagem com a palavra é efeito de um discurso que se inscreve nos sujeitos e nas relações entre eles, determinando a sua inteligibilidade. É preciso ser dizível, mesmo que “essas palavras venham de um lugar que eu desconheço” (POLESSO, 2015, p. 107). Encontra a sua agência, portanto, na mudança dos dispositivos de produção corpórea, incorporando as experiências de viver o corpo no mundo nas suas inter-relações subjetivas:

Tenho me pensado como lugar, sabe? Um corpo é um lugar? O corpo como metáfora de lugar, percorrido, uma cartografia de vida, com suas marcas, sinais, ilhas. Não uma correspondência exata, como se o cérebro fosse uma parte cultural e o estômago uma parte gastronômica, mas um mapa caótico, sem fronteiras, onde as ruas vão dar em becos escuros e estreitos como nossos dedos e em lugares úmidos e com cheiros acres (POLESSO, 2015, p. 107).

Assim, constrói-se a partir da experiência vivida. A partir do seu ponto de vista sobre o mundo, pensando o corpo como lugar no qual as marcas tornam-se vivas, inteligíveis. Subverte o domínio do léxico e reconfigura a sua reconhecibilidade nos limites da própria abjeção – se dentro da abjeção o seu lugar é o silêncio, ressignifica esse significante, dando lugar à expressão da experiência silenciada. Desfaz a fronteira e reconhece a possibilidade de figuração abjeta sob novas configurações de significação.

Essa interpretação alia-se às práticas de desidentificação que Butler sugere. A experiência de estar sob um signo ao qual pertence e ao mesmo tempo não, facilita a recontextualização “de cuáles son los cuerpos que importan y qué cuerpos habrán de surgir aún como materia crítica de interés” (BUTLER, 2012, p. 24). Levando em consideração as dinâmicas materiais-discursivas, a matéria articula-se diferencialmente, através da sua agência, desestruturando as noções binárias de inteligibilidade.

2.2.1. Meu corpo, minhas regras¹⁸

A reivindicação de agenciamento dos corpos femininos é pulsante no cenário sociopolítico atual. Tal qual propõe Barad, a agência é “uma função de mudança nos dispositivos de produção corpórea” (BARAD, 2017, p. 30) e a reconfiguração deste significante dissonante do discurso normativo aumenta as possibilidades identificatórias para além do abjeto. Ainda que na heteronormatividade o feminino não figure na esfera da abjeção, não são raros os corpos identificados com o gênero que se situam em um não pertencimento à sua significação.

O primeiro passo é a criação das próprias regras. Não apenas questionar a institucionalização do modelo androcêntrico, opondo-se aos seus padrões estéticos, discursivos, comportamentais, etc.; mas criar um outro sistema no qual as mulheres sejam protagonistas, levando em consideração as interseccionalidades agenciais que nos acompanham. São várias ações que vão ao encontro dessa perspectiva – de pensar o feminino não mais de uma forma relacional e subordinada ao masculino, mas a partir das conexões que o próprio gênero estabelece entre si, destituindo-o de uma unidade ilusória. Logo, a urgência em contestar o caráter fixo das normas que dividem e limitam os sexos, às custas das diferenças binárias instituídas pela matriz de inteligibilidade heterossexual, desde as práticas discursivas que oferecem o exterior constitutivo das posições hegemônicas, faz emergir novos regimes que operam na produção dos contornos corporais e nas suas inteligibilidades.

Clarice Falcão propõe olhar para o feminino a partir da ressignificação performativa do significante. No clipe da música *Survivor*¹⁹, encena um manifesto pelo feminino. Faz uma crítica à cultura misógina ao mesmo tempo que difunde diferentes identificações de mulheres que não se conformam com o ideal normativo. A música começa com a cantora sem maquiagem e, à medida que o vídeo avança, outras mulheres anônimas vão aparecendo. Em pouco tempo, o batom vermelho toma conta da tela – esta escolha não é inocente, já que o mesmo é usado como afirmação desafiante do significado depreciativo convencional que lhe é dado pelo discurso hegemônico, além de fazer uma

¹⁸ Frase amplamente difundida nas redes sociais em favor da liberdade das mulheres exibirem o corpo que quiserem, sem se associar a padrões que deslegitimam e rechaçam às suas existências.

¹⁹ É possível assistir ao clipe em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4>.

referência ao vídeo da *youtuber* Jout Jout, “Não tira o batom vermelho²⁰” – a letra da música dialoga com a crítica feita pela *youtuber*, através do enfrentamento às relações abusivas.



IMAGEM 7

Corpos que atuam no clipe de *Survivor*

A ressignificação do feminino passa pela subversão do corpo. Vivemos e sobrevivemos em uma cultura que insiste em um discurso de subalternidade feminina. Somos plurais – com idades, sexualidades, padrões, cores, opiniões, vozes, crenças, estilos, personalidades diferentes que podem ou não se transfigurarem no trânsito dos nossos corpos. Reivindicamos protagonismo. Exigimos o direito ao nosso próprio corpo.

Sob essa perspectiva, entendo que usá-lo como forma de atuação política pode ser um modo de manifestação que vai além das ficções reguladoras – desde o controle da fertilidade a políticas de aborto, violência obstétrica, sexual e outras formas de controle social sobre os corpos. Como plataforma política, mostram as suas reivindicações através de atos simbólicos que exteriorizam as violências sofridas, uma vez que estes atuam como subversões aos saberes constitutivos que impõem uma disciplina institucionalizada a qual inscreve-se e marca os corpos. Assim fazem as mulheres no clipe, ressignificando os

²⁰ Nesse vídeo, Jout Jout exemplifica os tipos de abusos que uma pessoa pode sofrer em diferentes situações. Assistir em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>.

espaços de agência e ampliando a sua referencialidade, com o intuito de abarcar, também, referentes que não podem ser capturados, mas que se constituem como possibilidade de identificação.

Do mesmo modo, manifestações feministas²¹ utilizam, paralelamente, os corpos como objetos de reivindicação e como principais agentes de protestos. Os corpos são usados para questionar as normas de gênero, em especial as regras de apresentação do corpo feminino no espaço público. Ao mesmo tempo, os corpos são dispositivos nos quais cada manifestante procura expressar alguma mensagem que o particulariza.

As estruturas que definem corpos inteligíveis forjam as suas significações de acordo com moldes que mantêm o binarismo normativo. Criam estereótipos que tentam padronizar as lésbicas conforme os seus termos. Por exemplo: lésbicas que não se submetem às regras de feminilidade estabelecidas na e pela sociedade tendem a ser identificadas como masculinas. Ou então, lésbicas fetichizadas e objetificadas pelo olhar do homem. Os conceitos de *butch* e *femme* emergem da necessidade de nomear esses corpos a partir da matriz heterossexual compulsória de inteligibilidade. São conceitos que limitam as potencialidades de expressão corporal das lésbicas. São práticas discursivas que acabam por enquadrar esses sujeitos em identidades que não correspondem com as suas subjetividades:

En realidad, lo que se excluye de la figuración binaria de heterosexualidad normalizada y homosexualidad abyecta es toda la gama de disconformidades identificatorias. El binarismo de, por un lado, la homosexualidad masculina feminizada y, por el otro, la homosexualidad femenina masculinizada, se produce como el espectro restrictivo que constituye los límites demarcadores del intercambio simbólico. Es importante señalar que éstos son espectros producidos por ese simbolismo como su exterior amenazante como un modo de salvaguardar su permanente hegemonia (BUTLER, 2012, p. 157).

Embora tropece-se novamente no problema da nomeação, as identificações lésbicas também têm se preocupado em redimensionar as fronteiras que inteligibilizam as suas existências. Buscando não mais identificarem-se a partir dos códigos heteronormatizantes, as lesbianidades tendem a configurarem-se sob uma perspectiva que os ultrapassa. A crescente difusão de espaços e expressões relacionadas à homossexualidade feminina amplia as possibilidades de trânsito desses corpos distantes de uma reconhecibilidade binária.

²¹ Cito alguns exemplos de manifestações que aproximam as suas reivindicações ao que se está sendo discutido aqui: “Vai ter gorda na praia”, em favor de um olhar positivo aos corpos gordos; “Hora do mamaço”, pelo direito de amamentar em espaços públicos sem sofrer discriminação; entre outros.

É o que *Amora* compromete-se na maioria de seus contos – deslocar esses corpos por identificações que lhes são interessantes em determinadas configurações, sem se ater em um monismo linguístico para os limitar. A aparência dos corpos nem sempre condiz com a identificação das personagens. A significação dos corpos nem sempre condiz com a padronização normativa. Em “Umas pernas grossas” é essa amplitude de possibilidades que é destacada.

Narrando em primeira pessoa, a protagonista discorre sobre as percepções identificatórias que tem das colegas de escola, baseando-se nas expressões corporais que permitem lhes atribuir significado. Os estereótipos de gênero associam a lesbianidade à presença da masculinidade em corpos que são socialmente categorizados, enquanto de mulheres funcionam tanto para indicar a sexualidade como para desestruturar essas mesmas concepções.

A narrativa parte da premissa que a colega da narradora, Isadora, não poderia ser lésbica porque enquadrava-se em um perfil de feminilidade heteronormativa, ao passo que as gêmeas Greice e Kelli tinham corpos que se aproximavam de uma noção estereotipada da lésbica masculinizada. Ainda assim, todas eram meninas que faziam “coisas que diziam ser de meninas” (POLESSO, 2015, p. 178). Comportavam-se e tinham suas significações pautadas de acordo com o discurso hegemônico – a própria narradora era descrita como puta por não desenvolver um comportamento esperado pelo seu gênero. Aliás, é o julgamento exterior que transpassa a construção da sua identidade. Por ser apontada como lésbica nos jogos de handebol, parou de praticar o esporte, mesmo que não se identificasse com essa designação:

Na verdade, eu nem gostava muito de futebol. Eu gostava de handebol – e, onde eu morava, se dizia *ândebóu* –, mas eu parei de jogar, porque uma ridícula ficava me chamando de lésbica e dizia que eu me esfregava nela durante o jogo. Pelo amor de deus, eu não era lésbica, não me sentia atraída por ela, ela era feia para o meu gosto não-lésbico (POLESSO, 2015, p. 179).

O esporte é veículo de propagação e ressignificação dos estereótipos. Enquanto o handebol segrega a narradora a atuar como goleira para evitar constrangimentos, em virtude do contato com zonas erógenas femininas; o futebol ressignifica o preconceito internalizado ao destituir o contato físico de uma conotação sexual:

Era bacana viajar todo sábado para outra cidade, era ótimo comemorar os gols nos amontoando no chão ou com abraços e pulos, porque lá eu não era uma “lésbica nojenta que se esfrega nas pessoas”, lá eu podia tocar os outros sem o ônus de um apelido idiota (POLESSO, 2015, pp. 181-2).

Assim como os estereótipos de gênero e de sexualidade associam as lesbianidades a corpos socialmente categorizados pelo binário, outras formas de agência material podem indicar as expressões das sexualidades. “Umas pernas grossas” o faz através da identificação e admiração corpórea da protagonista em relação à Ariela. Diante dos movimentos quase etéreos da colega, resignava-se a contemplá-la – “toda vez que Ariela voava na minha direção, tudo sumia, eu congelava nos olhos dela (POLESSO, 2015, p. 179) – na mesma medida em que almejava parecer-se com ela – “como eu queria ter os braços da Ariela” (POLESSO, 2015, p. 180). Tais sensações só foram compreendidas tempos depois. Quando já se identificava como lésbica, passou a ter clareza sobre a sua condição sexual, reinterpretando, então, as atitudes da adolescência.

Era lésbica, afinal. No entanto, a identificação com a sexualidade não subjaz de uma obrigação de definir-se. O que interessa de fato é refletir sobre os dispositivos de regulação e a forma como interagem sobre e através dos corpos sexuados. O faz à medida que denuncia a compulsoriedade da heterossexualidade e da performatividade heterossexista nas relações. Expõe como a obrigatoriedade do privado às lésbicas em suas relações institucionaliza o discurso binário de identificação quando narra ter certeza da homossexualidade de Isadora – nas suas memórias, a narradora confirma não ter se enganado em relação à sexualidade da colega, uma vez que lembra tê-la flagrado com Kelli no chuveiro do vestiário:

Eu voltei para pegar a minha caneleira. Todo o time já estava na concentração, dentro do campo, batendo bola. Menos a Kelli e a Isadora. Eu entrei no vestiário e ouvi o chuveiro ligado. Os cubículos tinham as portas vazadas na parte de baixo e tudo o que eu vi foram quatro pernas perdidas umas nas outras, umas canelas redondas que certamente dariam nas coxas grossas da Kelli e as unhas bem feitas dos pés da Isadora (POLESSO, 2015, p. 183).

No tempo da diegese, as identificações sexuais ainda estavam muito condicionadas às dualidades de gênero. A invisibilidade lésbica ressoava na reiteração do discurso que as repudiava e da estigmatização que as subordinava. Entretanto, essa estratégia memorialística permite redefinir as lesbianidades e garantir identificações positivas com elas. O “sair do armário” é fluído e desnecessário de ser narrado, de ser foco narrativo.

A epistemologia do armário é tema de questionamento de Eve Sedgwick (2003). Mesmo após os eventos de Stonewall em junho de 1969 – que proporcionaram a algumas pessoas a sensação de liberdade da sua expressão sexual – o armário continua sendo um tema de importante abordagem, quando investiga-se a sua capacidade de ser um regulador

dos sujeitos. A dualidade público/privada da sexualidade desperta o interesse social, de modo que os sujeitos têm que estar constantemente “saindo do armário” ou ainda “se escondendo no armário”, permanecendo encarcerados nas amarras do cubículo heteronormativo oriundo de uma instituição heterossexista.

No entanto, o armário não é uma presença exclusiva da vida de sujeitos homossexuais, mas para muitos deles é fundamental para o funcionamento das suas vidas sociais, uma vez que o sistema judicial codifica um sistema arbitrário, no que concerne a relação público/privada desse segredo aberto. A imagem do armário não é apenas um recurso metafórico, mas um instrumento poderoso para restringir os limites dos sujeitos de transitar pelos espaços sociais.

Contudo, assumir-se confronta a imagem do armário. A corporificação das estruturas definidoras de opressão esfacela-se ao exigir resignificação. Sandra – “a ogra que me chamava de lésbica na escola” (POLESSO, 2015, p. 182) – também é lésbica e, se antes apoiava-se em uma performatividade preconceituosa para atestar a sua legitimidade no contexto em que estava inserida, agora assume a sexualidade como produto da agência que tem sobre a sua significação discursivo-material. Da imitação da cultura dominante, o discurso passa a se alinhar ao protesto contra as normas de inteligibilidade, reivindicando autonomia e autodescobrimento dessas mulheres lésbicas a partir dos seus próprios termos.

2.2.2. Incorporando o discurso

O significado de incorporar pode estar relacionado à possibilidade de fazer parte de algo; de acrescentar alguma coisa nova a certo indivíduo ou ação; de tomar corpo, materializar. Associados ao discurso, esses significados podem ou não ser instrumentos de subversão à norma. Nesse sentido, pensar as performatividades agenciais dos corpos é, também, interpretar as formas pelas quais agregam sentido nos discursos que lhes são atribuídos.

Sob uma dimensão pública, os corpos são constituídos como fenômenos sociais inscritos por normas culturais. Esses fenômenos são “a inseparabilidade ontológica de ‘componentes’ agencialmente intra-ativos” (BARAD, 2017, p. 20), organizados a partir

de dimensões observacionais e materiais, no interior do movimento dinâmico e sempre inacabado do mundo em seu devir. O mundo, por sua vez, caracteriza-se como “um processo dinâmico de intra-atividade na reconfiguração contínua de estruturas causais localmente determinadas com fronteiras, propriedades, sentidos e padrões determinados de marcação nos corpos” (BARAD, 2017, p. 22), o qual viabiliza que os fenômenos se materializem.

Os corpos implicam agência. No entanto, a reivindicação de uma agência está entrelaçada às configurações materiais do mundo, onde o discurso figura como possibilidade de significação. Logo, as práticas discursivas são condições materiais produtoras de sentido, uma vez que o sentido se traduz em um contínuo exercício performativo do mundo em sua inteligibilidade diferencial.

O caráter constitutivo das práticas discursivas mostra as relações que os corpos materiais estabelecem com as possibilidades de serem legitimados do âmbito social. Eles carregam discursos como parte da sua existência – quer dizer, são apreendidos em seus significados socioculturais. Portanto, é através dos corpos que gênero e sexualidade são performatizados, o que implica inscrevê-los em normas que objetivam regular e ditar quais corpos importam.

Como sugere Butler em entrevista concedida (PRINS; MEIJER, 2002), a abjeção de certos corpos, sua incoerência nos códigos normativos, pode ser estratégica para organizar não somente códigos alternativos de legitimidade, mas também emerge das intra-ações discurso-materiais como possibilidade interna de sua ressignificação. Em *Deshacer el género* (2015), a autora aprofunda mais essa questão ao afirmar que, em parte, somos constituídos pela instabilidade social dos nossos corpos e responde como os corpos abjetos inserem-se no campo político:

No sólo nos cuestionan lo que es real y lo que «debe» serlo, sino que también nos muestran cómo pueden ser cuestionadas las normas que rigen las nociones contemporáneas de realidad, y cómo se constituyen estos nuevos modos de realidad. Estas prácticas de instituir nuevos modos de realidad tienen lugar, en parte, en la escena de la incorporación, entendiendo el cuerpo no como un hecho estático y ya realizado, sino como un proceso de envejecimiento, un devenir en el que el cuerpo, al convertirse en algo diferente, excede la norma y nos hace ver cómo las realidades a las cuales creíamos estar confinados no están escritas en piedra (BUTLER, 2015, p. 51).

Longe de simplesmente incorporar o abjeto ao léxico existente – de ser um gênero, de ser reconhecido sexualmente –, faz-se urgente apreender esse outro. A agência, nesse caso, está ligada às possibilidades de subverter às normas que, em grande parte, definem

os limites dos atos performativos corpóreos. “Marília acorda” ajusta-se à ideia de exceder à norma. A incorporação do discurso provoca a reflexão acerca das normas que viabilizam os corpos na esfera pública, uma vez que questiona os ideais que são impostos sobre os corpos que deveriam ser:

E ficamos ali, atrás do muro que esconde o nosso pátio da rua e que esconde a nossa vida das pessoas.

Ali, ali naquela casa, moram duas velhas. Moram faz anos essas duas velhas. Acho que essas velhas têm alguma coisa, moram juntas faz anos. Ali na casa das velhas estranhas (POLESSO, 2015, p. 134).

Duas velhas estranhas, cujos corpos estão circunscritos em um discurso opressor. A agência das protagonistas deriva do fato de serem constituídas por um mundo social que não escolheram. A matéria, por sua vez, demanda um papel ativo na narrativa, interagindo com as estruturas discursivas de inteligibilidade cultural pela qual se estabelece. À medida que esses corpos envelhecem, significam além da linguagem – nos movimentos, nas ações, nos sentimentos, etc., é possível interpretar os fenômenos temporais e espaciais que legitimam as suas materialidades:

Olho para os cabelos dela, agora sobre o meu ventre. Ela deita de lado e pede para que eu lhe cubra os pés, apenas os pés. Pede também que eu abra a janela. Eu estico minhas costas e braços até a cordinha da persiana e a luz nos revela: minhas mãos manchadas sobre os cabelos brancos dela. Há quantos anos, Marília? Há quanto tempo esse ritual das manhãs de domingo? Penso, mas não digo nada. Parece que Marília chora. Se chora, não é para fora. Ela me diz que vai fazer o nosso café. Levanta e vai (POLESSO, 2015, pp. 133-4).

O discurso pautado na heteronormatividade não assimila as múltiplas experiências de envelhecimento dos sujeitos que não se adequam aos padrões de gênero e de sexualidade. Nesse sentido, os processos de diferenciação de envelhecimentos apoiam-se em preconceitos vividos a partir de identificações sexuais abjetas:

A velhice se manifesta através do corpo sendo que a relação com o tempo é vivida de forma diferente, segundo um maior ou menor grau de deteriorização corporal e, sobretudo, segundo a cultura dominante (XAVIER, 2007, p. 86).

O silêncio produz inteligibilidade. Ao ser interpretado como agente dos corpos que materializa, é a interação entre discurso e matéria que os normatiza sob o olhar do abjeto ao mesmo tempo que se reconfigura como novas possibilidades de aceção. É possível entender a quietude como aquiescência aos códigos normativos de invisibilidade feminina e lésbica, mas, indo além, como alternativa de burlar essas normas. A relação entre as protagonistas – Marília e a narradora – é uma “melodia sem palavras” (POLESSO, 2015, p. 136), na qual os gestos são agentes de significação:

Ela aperta meus ombros com muita força, porque mesmo depois de todos esses anos, não descobriu a medida certa do carinho. Eu gosto. Porque entendo que naquele ato, naquela força está o nosso carinho. [...] Ela dá um tapa na minha perna, e eu sei que ela quer dizer que me ama (POLESSO, 2015, pp. 134-5).

A eloquência narrativa do conto adiciona mais significação à sua interpretação. Diante da linguagem, estabelece os limites para uma diferença que é legitimada pelos não-ditos. Esbarra no conflito imposto pela significação metafísica dos corpos e a compreensão do insignificável traduz-se em enfrentamento e ressignificação de um sentimento que não precisa ser insuportável. A narradora naturaliza o silêncio como elemento significável das suas matérias:

Nos olhamos para tentar entender como foi que chegamos ali. Nunca entendemos. Sempre entendemos. Somos muito quietas, sempre fomos silêncio (POLESSO, 2015, p. 136).

A denúncia à invisibilidade dá-se na agência de narrar e protagonizar esses corpos negligenciados e abjetos – no sentido de não merecerem ser vividos. O próprio fato de estarem vivas é uma subversão à norma, de enfrentar a cultura lesbofóbica que marcou (e ainda marca) esses corpos envelhecidos. A condição de enunciação desse casal de mulheres lésbicas velhas vem carregada de significados que atestam a segregação que sofrem por serem mulheres, velhas e lésbicas. Ambas têm uma à outra para se apoiar. E só:

Eu morro de medo ainda e de novo e todos os dias rezo para que morramos juntas, porque eu não vou suportar ficar sozinha, nem ela. [...] Então eu rezo. Eu rezo para que sejamos juntas tão juntas como sempre fomos, agora e na hora morte (POLESSO, 2015, p. 136)

A disciplinarização dos corpos impulsiona o distanciamento dessas mulheres do contexto social. Por não se adequarem aos padrões estéticos institucionalizados e, por conseguinte, às normas de inteligibilidade, “perdem-se de si próprias e mergulham no vazio existencial” (XAVIER, 2007, p. 85). Resta-lhes, assim, no exílio, ressignificar as suas existências em prol de uma reconhecibilidade possível. A iminência da morte sugere um novo olhar para os problemas análogos à velhice e à impotência dos corpos em relação ao tempo. O lirismo como a narradora reconhece, em si e na outra, essas marcas temporais consterna na medida em que percebe as intra-ações particulares das articulações de seus sentidos em relação à fugacidade do mundo em seu devir. Desse modo, a condição de exterioridade é performativa ao refletir sobre a crueldade das dinâmicas normativas de se pressuporem maiores do que os sujeitos em si, nas suas materialidades diferentes e diferenciadas:

Agora ela me ajuda a tomar banho. Lava minhas costas com suas mãos desajeitadas. Parece que ainda tem vergonha dos nossos corpos. Ou é mesmo esse acanhamento novo tão velho. Passa xampu na minha cabeça três vezes e eu sinto que tem algo errado, mas não digo nada. Eu tenho medo. É justo que eu tenha medo (POLESSO, 2015, p. 136).

O reconhecimento do exterior constitutivo como detentor de agência e historicidade, enquanto a matéria sugere herança da cultura que a constitui, é redutor porque não reconhece a habilidade dos corpos atuarem sobre o contínuo processo de reconfiguração do mundo. Embora a narradora perceba, na reiteração das normas que inviabilizam a sua existência, um obstáculo para a sua força agencial, também se apropria da intra-atividade material-discursiva para impor valoração à sua existência - essa transformação é pensada através da repetição das relações de poder, as quais estabelecem-se como repetição social do tempo.

As personagens não incorporam de forma passiva o discurso que as delimitam atrás daquele muro, mas rearticulam as possibilidades de vida vivível a partir da performatividade agencial que contesta o poder excessivo dado à linguagem que as suprime. Narrar o privado pode ser considerada uma ação política, visto que evidencia a opressão sob a qual essas mulheres são submetidas.

2.3. Corpos políticos

Para pensar a agência política dos corpos, reforço o pensamento que me orientou ao logo dessa parte da tese, no qual esbarro na dificuldade de definir-me a partir dos termos de inteligibilidade corpórea. Percebo que há certa negligência com os atos corporais em prol de um discurso que se prediz memória das suas reconhecibilidades, mas que sozinho não tem força de os significar. Envolve, portanto, um domínio linguístico figurado como condição de sua possibilidade. Porém, mais do que passivos constructos sociais, os corpos precisam ser interpretados como importante força agencial.

Em meio às práticas performativas de constituição de inteligibilidade, a matéria atua como agente que exerce influência sobre os processos de sua materialização e sobre as possibilidades de sua interpretação cultural. Nesse sentido, os corpos performatizam-se enquanto possibilidade de significação pelas intra-ações que os constituem, deslocando

os arranjos dispostos, no entrecruzamento entre inteligível e abjeto, os quais configuram-se na temporalidade da repetição.

Butler (2013) sustenta o entendimento de que a performatividade mostra-se politicamente eficaz quando matéria e linguagem coexistem nos processos de ressignificação dos corpos que habitam. Atribui, portanto, ao feminismo a tarefa de reivindicar a imanência política da performatividade:

A tarefa crucial do feminismo não é estabelecer um ponto de vista fora das identidades construídas; essa pretensão é obra de um modelo epistemológico que pretende renegar sua própria inserção da cultura, promovendo-se, conseqüentemente, como um tema global, posição esta que instaura precisamente as estratégias imperialistas que o feminismo tem a obrigação de criticar. Sua tarefa crucial é, antes, a de situar as estratégias de repetição subversiva facultadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção pela participação precisamente nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (BUTLER, 2013, pp. 211-2).

Os potenciais de subversão política são evidenciados na descontinuidade da inteligibilidade baseada nas categorias identitárias restritas aos binarismos normativos. A pretensa coerência que as normas reguladoras instituem engendra os corpos nas relações de poder que são reiteradas como atos e estilizações corpóreas. Essa repetição continuada abre a possibilidade de identificar os modos de reconfigurações das identificações, uma vez que revela uma ficção reguladora da identidade de gênero que pressupõe uma significação preexistente, mas que só é naturalizada na repetição dos termos criados por ela mesmo. É a constante restituição das estruturas de poder que dá margem à contradição de seus termos. Em *Language, poder e identidad* (2009), Butler vale-se da possibilidade de reapropriação de certas normas e códigos para mostrar as deficiências e incoerências do sistema heteronormativo. Ao deslocar discursos, sobretudo no domínio da linguagem, realoca a iterabilidade para o espaço sócio-histórico-cultural. Quer dizer, essa performatividade reiterativa põe em contradição os atos de fala e os pressupostos que os legitimam.

A política da performatividade que Butler postula apoia-se na viabilidade de ressignificação das definições normativas. Nesse sentido, vai ao encontro da teoria *queer* que reconfigura afirmativamente categorias identitárias abjetas no contexto heterocentrado. Entende que a subversão acontece a partir dos próprios termos dispostos, no deslocamento das suas significações. Desfaz a noção de substância simbólica das definições, mas esclarece que tanto a reiteração como a contradição performativa subverterão o discurso normativo, ressignificando os significantes existentes.

Não é possível pensar uma ação política que esteja completamente fora dos padrões de inteligibilidade. Este seria o exemplo de Indianara Siqueira, que joga com o binário homem/mulher na reconhecibilidade das leis sobre o corpo; ou da ressignificação de uma identidade prejudicada presente na performance de Jussara Belchior, que visa valer-se dos próprios termos pelos quais se opera o não reconhecimento.

Do mesmo modo, já foi aclarado em contos analisados nesta parte da tese como os significados preestabelecidos dos corpos não podem ser somente despejados sobre eles. Nem sempre compreendem a complexidade significativa que as experiências vividas admitem. As materialidades encontram limitações ao relacionarem-se com o mundo porque são invisibilizadas nas suas condições – os corpos das lésbicas avançam na discussão acerca da performatividade política dos corpos, uma vez que se constituem em meio aos arranjos hegemônicos que designam a sua exclusão do âmbito inteligível. A contradição performativa estabelece-se nos próprios limites da inteligibilidade.

A ressignificação desses corpos, portanto, é observada na transformação do significado que os estrutura. Em “O coração precisa ser pego de surpresa para ser incriminado”, a degradação física é o aspecto principal da inserção do corpo no discurso – o corpo, a cada experiência que passa, mostra sinais de que está se aproximando da sua finitude.

O corpo da narradora, que outrora se mostrava curado de problemas cardíacos, luta para apagar aquele defeito que é atizado pelo desejo. Quando Wolff sente atração por Martinha, o seu coração acelera como que se defendendo do que pode ser uma outra relação problemática; porém, na medida em que os corpos das duas se encontram no ato carnal, o sexo torna-se o antídoto para as suas síndromes cardíacas. Através do sexo o corpo resiste, ele é capaz de vencer a morte e assim o faz. Wolff experencia a batalha dentro de si, pensa no seu coração falhando e naquele momento sabe que não vai morrer ali, porque ali ela está desafiando o seu corpo, a sua capacidade de resistir. Está desafiando a própria existência como lésbica – naquele pequeno espaço do banheiro público, vai significando a sua existência:

Nessa hora eu pensei no meu coração. Queimando. Pensei nas falhas todas que seu mecanismo dispunha. Pensei no cateter enfiado na minha cabeça, no cheiro de mijo do banheiro, na voz da médica durante o diagnóstico, no teto mofado. Pensei na válvula posta na minha aorta, na atura da virilha, para que, na hora da cirurgia, o sangue não se esvaísse, jorrando todo para fora do corpo. Pulsátil, vermelho, quente. Eu ficando fria, morrendo um pouco. O sangue indo embora. Tentei fazer com que aquelas imagens se desfigurassem, saíssem da minha

cabeça, mas não pude. Eu ficando branca, amolecida. Ela abriu a boca de susto e sem constrangimento riu (POLESSO, 2015, p. 166).

O corpo transforma-se no lugar onde a vivência lésbica manifesta-se. O sexo marca essa experiência e, mais do que isso, instaura a existência das personagens enquanto lésbicas que se encontram naquele mútuo desconhecimento. O constrangimento de não saberem se definir problematiza as categorias da identidade sob quaisquer de suas formas, uma vez que o entendimento da sexualidade não é incômodo – ao contrário, flui naturalmente –, mas é ameaçado por um discurso que a inviabiliza:

Tínhamos passado o dia juntas, mas há sempre aquele constrangimento próprio de uma coisa que ainda não é bem possibilidade nem de amizade, nem de nada, a não ser a salvação do desconhecimento. De longe, tentávamos adivinhar nossos humores. Eu quase alheia, ela talvez mais (POLESSO, 2015, pp. 162-3).

Portanto, o corpo de Wolff constitui-se também em meio aos efeitos hegemônicos dos pressupostos de exclusão. A percepção de uma falsa assepsia do corpo é produto de uma reconhecibilidade efêmera que as personagens estabelecem entre si, mas que carecem de legitimação externa – entre elas são livres para viverem as suas sexualidades, mas para a sociedade ainda precisam atuar de acordo com os códigos normativos, os quais impõem um padrão de performatividade corpórea para assegurar a sua hegemonia.

Nos debates sobre corporeidade e sexualidade é feita a descaracterização de uma essencialidade substantiva de significação, a qual atrela-se a um gênero coerente para confirmar a sua inteligibilidade. A reivindicação dos corpos abjetos expõe as limitações das normas e dos termos inteligíveis.

“Amora” – o conto – também trava um embate com o não saber colocar em palavras as sensações do corpo. Os percursos de autoconhecimento da protagonista engendram-se em processos cognitivos de identificação – Amora já sabia como era se apaixonar quando conheceu Angélica na etapa final de um torneio de xadrez, porém não entendia como poderia estar se sentindo daquela forma por outra menina:

Amora sentiu que a pedra de carvão avermelhava seu ventre numa mistura de excitação e embaraço. Angélica lhe sorriu e ajeitou uma mecha do cabelo de Amora. Ela suspirou. Amora sabia o que era aquilo, mas não entendeu como podia ser (POLESSO, 2015, p. 155).

A dificuldade de exprimir e nomear os sentimentos pode ser entendida pela configuração social da narrativa, visto que, dada a censura sexual histórica a que as mulheres foram (são) subjugadas, era esperado que a expressão da sexualidade trouxesse consigo os vestígios dessa repressão. O silenciamento imposto às mulheres socialmente

pode ter acarretado o silenciamento das lésbicas, de modo que os seus comportamentos fossem moldados compulsoriamente de acordo com a heteronormatividade.

Em uma sociedade que condiciona a lesbianidade à invisibilidade, é natural não entender que aquele sentimento teria um significado maior do que a sua referencialidade compreendia. Porém construiu-se nesse indizível, nessa despreensão de nomear porque “ambas sentiam todas aquelas coisas que não teriam nome, todos aqueles movimentos dentro” (POLESSO, 2015, p. 156).

Mais do que não saber como narrar o que sentia, Amora tampouco havia pensado nos limites do corpo. Em como automatizamos as nossas vivências assentindo um padrão normativo que não nos compreende. Desde sempre marginalizada à abjeção, só passa a ter agência sobre si quando se desprende de um conceito padronizado de corpo – se no início do conto ficou magoada com a confusão de Junior ao identificá-la como menino por se vestir de acordo com padrões que culturalmente fazem parte do universo masculino, viu a possibilidade de subversão a essa norma quando percebeu que era possível transitar entre as possibilidades de identificações sem estabelecer-se em um monismo identitário. O corpo se transforma e se ressignifica na intra-atividade performativa da matéria e o mundo que a circunscreve:

Durante oito meses, Amora não gostou de mais ninguém. A decepção com Júnior tinha lhe secado a alma. Desenhava caveiras e corações partidos em folhas de cadernos e contracapas de livros, Amora estava cética. Porém, naqueles oito meses, seu corpo, de torre reta, passava ao de rainha. Dois pequenos montes brotaram no seu peito, como que para proteger seu coração de menina-mulher que se transmutava. Com as medalhas por cima, seria um forte. Amora de olhos de piche e lábios quase purpúreos, sumarentos. Amora de unhas feitas. Amora delicada, ora doce, ora ácida, ora áspera, sempre frágil, aquosa (POLESSO, 2015, pp. 152-3).

A composição de Angélica também faz pensar sobre os significados da matéria corpórea. A personagem perdeu a mão em um acidente e, talvez devido à passagem de tempo que lhe permite assimilação do ocorrido, lidava bem com a deficiência. Tão bem que ainda parecia sentir o membro:

É engraçado, né? Quer tocar? Quero. Amora tocou a cicatriz com a ponta dos dedos. Ainda sinto a minha mão, sabia? Como ainda sente? Não sei. Dizem que é normal sentir. É engraçado, parece que você está pegando nela. Amora pensou naquilo. Achou estranho e ao mesmo tempo bonito que estivessem de mãos dadas (POLESSO, 2015, p. 155).

Ainda que seja comum a sensibilidade em membros fantasmas, a possibilidade neurológica de sentir uma parte do corpo que não existe mais desafia uma compreensão fixa de significação da matéria. Não há a materialização física que apoie a inteligibilidade

desse sujeito em sua completude, mas também não se pode ignorar a significação que essa imatéria traz consigo. O entendimento acerca do humano entra em colapso se pensarmos na indiferenciação entre o visível e invisível na compreensão dos agentes de significação humana. Haraway (2000) utiliza a metáfora do *cyborg* para desestruturar as distinções dualistas dominantes, o qual não se constitui de um corpo sólido com estruturas definidas. Essa confusão de fronteiras é necessária para repensar as questões de gênero, corpo e sexualidade, uma vez que resulta em novas configurações e significados de sujeitos.

As dicotomias anteriormente rígidas desestruturam-se, dando espaço a conceitos maleáveis e passíveis de reconstruções, produzindo alternativas às tradicionais concepções de corpos e modos de vida a partir da apreensão da tecnologia no cotidiano. Esse processo de remodelamento de corpos e de relações significáveis mostra como os corpos são construídos e podem ser desmontados, colocando à prova sua suposta naturalidade e revelando suas possibilidades políticas.

A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas. Trata-se do sonho não de uma linguagem comum, mas de uma poderosa e herética heteroglossia. Trata-se da imaginação de uma feminista falando em línguas (HARAWAY, 2000, p. 99)

Esses corpos desafiam os limites de inteligibilidade à medida que se tornam conscientes e rompem com a sujeição e dominação dos discursos que os oprimem. Os processos de construção de identificações manipulam a gramática corporal, de modo a imprimir no corpo as mudanças, em ritos de passagem à nova identidade. Nos contos analisados, é importante observar que os discursos em que as personagens transitam não são construídos por pressupostos universais e, ainda que não reiviniquem ou neguem os binarismos impostos pela heteronormatividade, os questionam através da exigência de serem sujeitos de seus discursos. A incomodação que a estereotipação lésbica provoca pode ser interpretada nos faz refletir sobre a naturalização do sistema discursivo dominante.

Inseridos nos domínios da heterossexualidade compulsória, os corpos das personagens reivindicam, nos próprios termos da inteligibilidade, ter relevância significativa. Nesse sentido, a transformação como possibilidade política é pensada na condição de repetição das relações de poder em um processo de contradição performativa, levando a um contrassenso da inteligibilidade normativa – no âmbito da performatividade

é que se busca desfazer uma noção essencialista dos conceitos que se pretendem definidores de identidades, operando a partir dos próprios termos o seu potencial político subversivo.

PARTE TRÊS

RESSIGNIFICAÇÕES

3.1. A minha sexualidade me define?

Não me diz que isso está errado, que a minha conta não serve para nada, porque eu vivo de explicações, e se não me convenço todos os dias que te amo pelo que tu és, corro o risco de parar de sentir. É esse o risco que tu quer? Eu não sabia. Desculpa. As coisas se profanam (POLESSO, 2015, p. 255).

No espectro da minha significação, a minha sexualidade é apagada pelos outros significantes que me definem. Ela dissolve a sua potência significativa em uma perspectiva relacional cotidiana. Não sendo visível ao olhar do outro, a minha sexualidade não tem expressão na minha significação social. Ela é relevante, sim, na minha subjetividade. Entendi-me melhor a partir do momento que me identifiquei lésbica e sou privilegiada de não ter impeditivos para viver a minha sexualidade abertamente; porém, há enfrentamentos inevitáveis que advêm da união do meu sexo, gênero e da minha sexualidade e eles esbarram, principalmente, na legitimação da minha existência.

A minha sexualidade sobressai-se no domínio da legitimidade. Admitir a lesbianidade ainda não é um processo fácil socialmente, ainda mais quando a lésbica se afasta da idealização voyeur e afirma-se como agente da sua história. Ao assumir um protagonismo, a questão toca em aspectos mais densos da inteligibilidade. Ser legitimada na esfera jurídica implica adaptar-se aos termos oferecidos por ela e entender que a reconhecibilidade depende fundamentalmente do léxico dessa legitimação. As práticas de reconhecimento são baseadas na heteronormatividade e sustentam a sua inteligibilidade através de um discurso binário que força as sexualidades abjetas a aceitarem os seus termos.

A norma não dá conta das diferentes práticas relacionais, mas são os seus termos que embasam as práticas discursivas da inteligibilidade humana. Portanto, ser legitimado implica aderir aos termos oferecidos, ainda que seja necessário instituir uma relação crítica e transformadora com a ordem que determina as sexualidades inteligíveis e reconhecíveis.

Desde 2013, o casamento de pessoas do mesmo sexo é um direito garantido no Brasil. A partir de um entendimento do Supremo Tribunal Federal, baseado em jurisprudência, as relações de parentesco estendem-se aos casais homoafetivos e tal decisão implica na garantia de diversos direitos, tais como: herança, plano de saúde familiar, etc. Entretanto, esse direito está sendo ameaçado pelas novas configurações

políticas que assumiram o poder executivo em 2019. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, enquanto ainda era candidato à Presidência da República, assinou um documento em que se compromete a defender “valores inalienáveis” e promover “o verdadeiro sentido do matrimônio, como união entre homem e mulher”²². Em decorrência desse retrocesso colossal, a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil emitiu uma nota²³, aconselhando que os casais homoafetivos que pretendessem oficializar a união, o fizessem antes do final de 2018, uma vez que direitos adquiridos não podem ser anulados.

Foi o que Ana e eu fizemos. Queríamos casar somente depois que nós duas tivéssemos terminado o doutorado, mas diante dessa preocupação que é urgente, antecipamos o casamento, atendendo à recomendação da OAB. O significado de casamento para mim vai além desse vínculo conjugal que é definido por pressupostos baseados pelas leis civis. Na realidade, são as práticas emocionais e de apoio que sustentam a nossa união. É também o reconhecimento intersubjetivo, o qual demanda a compreensão do outro como alguém separado. Porém, a exigência de reconhecimento é demanda pública muito poderosa e intervém, inclusive, nas formas como nós colocamos em prática o nosso relacionamento.

O conto “As tias” é muito significativo para mim quando penso na legitimação da minha sexualidade na esfera pública. É uma narrativa sobre um casal de idosas que moram juntas desde jovens, porém nunca oficializaram a união e sempre mantiveram a relação sob o signo do subentendido – mesmo que todos soubessem que eram lésbicas, nunca as nomeavam. É sobre as relações familiares que mesmo partindo de um discurso inclusivo de aceitação ao abjeto, o difere de outros parentes. É sobre os processos legais que relegam casais homoafetivos à ininteligibilidade.

Ao invés de sermos as tias, somos as Anas. As pessoas encontram esse subterfúgio para não precisar nos nomear. Institucionalizou-se um discurso sobre nós em que fica implícita a nossa sexualidade. Depois de um tempo essa reiteração começou a violar a minha existência e a minha significação dentro desse contexto. Percebi que apesar de

²² Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/10/noticias/bolsonaro-assina-acordo-para-barrar-casamento-gay-e-direitos-lgbt/>. Acessado em: 25 de novembro de 2018.

²³ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/11/oab-lgbts-se-casem-bolsonaro-assumir.html>. Acessado em: 25 de novembro de 2018.

teoricamente pertencer àquela família, não estava incluída nela – pertencia desde que me mantivesse invisível. Ainda mais, mesmo tendo uma relação estável há mais de cinco anos com a Ana, não tinha nenhuma garantia que me assegurasse como sendo a sua família – ou, o que é pior para mim: que ela fosse a minha família mais próxima.

Então, retomo o conto para justificar a minha aproximação com ele. As tias são Alvina e Leci, duas mulheres que mantêm uma relação amorosa há sessenta anos, desde que se conheceram no convento. Alvina tem uma família grande que “aceitou” o relacionamento de ambas, depois que saíram do convento e compraram uma casa no interior:

Quando eu fui pela primeira vez à casa das tias, tudo já estava meio que assentado e aceito. Nada se discutia sobre ir ou não ir à casa das moças que fugiram do convento para morar juntas. Ninguém mais achava estranho, não tinha por quê. Acho que melhorou quando todos pararam de perguntar. O tempo já tinha passado. A vida das tias estava resolvida (POLESSO, 2015, pp. 186-7).

Quem narra a história é a sobrinha de Alvina – jovem que já tem uma interpretação mais progressista do amor lésbico. No entanto, nunca dá nome à relação. O que faz é relatar como aquele relacionamento foi reconhecido naquele contexto. A percepção de que os familiares aceitaram ao invés de entenderem o amor das tias, delimita as condições pelas quais aquelas senhoras poderiam expor a sua relação – o preconceito era velado e as sujeitava a manter discrição na vida cotidiana.

Eram simples e pouco saíam de casa. Exceto quando viajavam. A narradora até pressupõe que “aprontavam tudo que não podiam durante essas viagens” (POLESSO, 2015, p. 187), mas logo reforça “não sei, não que não pudessem fazer nada, ah, não sei” (POLESSO, 2015, p. 187). Mesmo que não tenhamos a perspectiva das tias, é possível interpretar que os deslocamentos apontam para a relação conflitiva entre o público e o privado, uma vez que os padrões arbitrários de identidade de gênero e de sexualidade condicionam a expressão dessas personagens – morar em uma cidade interiorana e viajar para cidades longínquas é o reflexo do meio que as oprime. O consentimento social só é dado se não ultrapassarem o limite do privado.

Os espaços de dizer muitas vezes restringem-se ao privado. Porém, o dizer não se limita ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Existir, ainda que seja sob um discurso que repudia a nossa existência. Existir, ainda que seja sob normas de significação que nos sujeitam à abjeção:

Uma pena que as fotos todas velaram. Parece que a tia Leci deixou a máquina fotográfica cair e nenhuma foto se salvou. Aquilo passou a ser rotina, as viagens e a ausência de fotos (POLESSO, 2015, p. 187).

Os não ditos muitas vezes sobrepõem-se àquilo que foi dito. É o produto das inter-relações entre o discurso que oprime e o que resiste. Os discursos que nos oprimem são aqueles que se baseiam na heterossexualidade compulsória como premissa para legitimar sujeitos inteligíveis. As regulações que produzem inteligibilidade apropriam-se de normas abstratas que às vezes condicionam e abusam às existências que produzem. Monique Wittig (2010) aponta a heterossexualidade como um regime político de regulação:

Estos discursos de heterosexualidad nos oprimen en la medida en que nos niegan toda posibilidad de hablar si no es en sus propios términos y todo aquello que los pone en cuestión es enseguida considerado como “primario”. Nuestro rechazo de la interpretación totalizadora del psicoanálisis los lleva a decir que no tenemos en consideración la dimensión simbólica. Estos discursos no niegan toda posibilidad de crear nuestras propias categorías. Su acción sobre nosotras es feroz, su tiranía sobre nuestras personas físicas y mentales es incessante (WITTIG, 2010, p. 49).

As tias não falam abertamente sobre a sua sexualidade, do mesmo modo que a família não externaliza o seu preconceito. Aceitam! Demonstram concordância em relação à sexualidade de ambas, mesmo que esse reconhecimento não seja genuíno. Muitas vezes a sobrinha ouviu cochichos sobre a condição sexual das tias e até questionou a mãe, na infância, qual era o parentesco com a tia Leci:

Um dia, eu perguntei para minha mãe de quem a tia Leci era filha ou irmã e minha mãe torceu a cara, depois disse que não era filha de ninguém e que ela e a tia Alvina tinham se conhecido no convento e desde então moravam juntas. Não perguntei mais nada, estava claro para mim, e agora muito mais curioso (POLESSO, 2015, p. 189).

A invisibilidade lésbica é recorrente no ambiente familiar. Muitas vezes, com o argumento de que não querem dar satisfação sobre a vida privada do casal lésbico ou que querem evitar situações constrangedoras, os familiares tendem a apresentá-las como amigas²⁴. E esse preconceito é internalizado nas próprias lésbicas que às vezes não conseguem ultrapassar o significado de abjeção que a sua própria identidade impõe.

O processo de invisibilidade lésbica é uma extensão da invisibilidade contra a mulher. A não aceitação das lésbicas é derivada da falta de admissão às práticas sexuais

²⁴ O Grupo Dignidade e o Coletivo Cássia promoveram uma ação no Dia da Visibilidade Lésbica para combater esse silenciamento, através de cartazes que demonstram o preconceito institucionalizado.

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/B1uGNEwBwT_/?fbclid=IwAR1uaNk482cRE3yAFarCEhdbYNQhwyB1VYQAzC4S5N-gWrFNI2Qzvu_1Y4. Acessado em: 30 de agosto de 2019.

femininas. Em uma sociedade misógina, ainda não é aceito o fato de as mulheres terem direitos ao prazer sexual, inclusive sem a ajuda do pênis. Em virtude disso, não há lugar para as lésbicas nos termos da heteronormatividade, pois somos mulheres que sofremos um acréscimo de discriminação, sendo duplamente marginalizadas.

Notemos que as reivindicações por uma visibilidade da lesbianidade nem sempre foram pauta das manifestações em favor de igualdade sexual, uma vez que por muito tempo foram negligenciadas as disparidades de reconhecibilidades atribuídas não só pela condição sexual, mas pela soma ao gênero subordinado:

Las mujeres siempre somos el apéndice particular de un discurso general. Es el pensamiento androcéntrico que sitúa al hombre en el centro del pensamiento, en el centro de la historia, en el centro del discurso y que también funciona, por supuesto, cuando decimos *homosexual o gay y lesbianas* como un todo. En nuestro caso, lo gay es lo general y el lesbianismo es siempre lo particular. Por tanto deberíamos comenzar por desmontar los falsos neutros. No hay un sujeto homosexual, ni hay un sujeto que se corresponda con gays y lesbianas; hay dos sujetos que ocupan un diferente lugar en el mundo, y siempre en función de que uno son hombre y las otras mujeres. En el caso de las lesbianas el primer punto a aclarar es que nuestra discriminación tiene más que ver con el género que con la orientación sexual (GIMENO, 2007, p. 20).

Sendo invisíveis, a representação lésbica pode não estar de acordo com o que se pretende ser. O imaginário relega esse objeto de enunciação à pressuposição da sua significação. Impossibilita a agência política de reconhecimento e inteligibilidade que rege as relações humanas, ou seja, não nomear também significa retirar direitos básicos de cidadania desses sujeitos condicionados à abjeção.

O conto explora o que essa invisibilidade produz quando o Estado não reconhece uma situação de parentesco entre Leci e Alvina. Quando Alvina foi hospitalizada por consequência de um AVC, Leci foi impossibilitada de visita-la porque não era considerada familiar aos olhos da lei:

Quando, há uns três anos, a tia Alvina teve o AVC e precisou ficar uns dias internada, a Leci quase morreu de tristeza. Toda aquela parentada lá se oferecendo para ficar no hospital e pernoitar. É familiar? Dizia a moça da recepção e todos assentiam: primas, irmãs, sobrinhas. Nessas horas de hospital, sempre aparece alguém. Mas a Leci não era parente e toda vez que chegava para ficar, a moça da recepção lhe dizia que já havia um parente no quarto e que para o pernoite parentes tinham preferência. A tia Leci voltava para casa chorando. Mas o que a senhora é dela, dona Leci?, perguntava a moça da recepção. Amiga, dizia ela com uma voz de comiseração (POLESSO, 2015, p. 189).

Aquele “aceitar” familiar dilui-se quando ninguém interveio em favor de Leci, ao confirmarem a interpretação de que casamento é uma instituição legitimada por um modelo heteronormativo de união, o qual também invalida as relações de parentesco entre

casais homoafetivos porque percebe que não é uma forma de família reconhecível. Butler (2015) faz uma reflexão sobre as relações de parentesco, identificando-as como sendo sempre heterossexuais de antemão e que o casamento de pessoas do mesmo sexo adentra ao desejo de reconhecimento de uma identidade inteligível. Nesse sentido, explica que “ser legitimado por el Estado conlleva entrar en los términos de legitimación que éste ofrece y encontrarse con que el sentido público y reconocible de la persona depende fundamentalmente del léxico de dicha legitimación” (BUTLER, 2015, p. 153).

As tias, para garantir uma inteligibilidade de acordo com o discurso que as circunscrevem, decidem casar. E, ainda que as práticas cotidianas se adequem à noção de parentesco que pressupõe formas de dependência humana, optaram pela conformação à norma. Leci justificou a decisão, afirmando que embora tivessem construído uma vida emocional e material juntas, pela lei aquela união não tinha significado:

Tu imagina que, além da dor da perda, eu ainda teria que me preocupar com outras questões, imagina que talvez eu tivesse que sair da minha casa porque ela não seria minha? Tu imagina que, se eu morro, a Alvina fica sem pensão, porque é da minha aposentadoria que a gente vive também (POLESSO, 2015, p. 192).

Embora noções como identidade, casamento e parentesco estejam passando por ampla revisão, dando lugar a interpretações mais flexíveis e plurais, ainda infligem certa subserviência dos sujeitos abjetos às suas significações. O meu amor surge como não inteligível dentro do inteligível. Um amor que não tem lugar no nome do amor. Que soma na pretensão de inviabilizar a minha significação, mas que também é objeto de ressignificação.

Casaram. Casamos. Todas felizes “até que a morte ou alguma burocracia” (POLESSO, 2015, p. 192) nos separe. Existimos para resistir e amamos para nos fortalecer e transcender à norma. Para não sermos espectadoras das nossas existências. E não sejam necessários conflitos entre o que pode ou não pode ser exposto. O que é ou não é legítimo. O que é ou não é amor.

O desejo de reconhecibilidade de uma sexualidade inteligível faz com que essas questões se tornem uma discussão importante neste momento porque, de certa forma, existir fora das normas de reconhecimento implica em uma privação de direitos que confunde as distinções culturais e materiais. Definir-me lésbica é um processo de assimilação normativa e compreensão das formas como a minha subjetividade é e está se

construindo. Não se trata de pensar na sexualidade isolada, mas em como ela relaciona-se com outros mecanismos de identificação.

Portanto, a ressignificação da lesbianidade propõe pensar o humano além dos limites convencionais porque tenta deslocar as práticas discursivas de gênero e de corpo do lugar central que ocupam na sua definição, permitindo à sexualidade uma interpretação subjetiva não relacional. “Profanação” encerra o livro em um tom quase confessional. Compreende as personagens de forma circunstancial, na dedução do que significa aquela relação. Há menções de total desprendimento do corpo, o qual pode ser interpretado como uma metáfora da condição psicológica da narradora, que está totalmente devotado ao reconhecimento do outro:

Corta o meu cabelo, depila todos os meus pelos, lava a minha pele e eu te prometo tomar só água por uma semana, tu acha que tem problema? Porque eu só quero fazer as coisas certas dessa vez e não dar margem para o destino me surrupiar a felicidade (POLESSO, 2015, p. 254).

Ao fazer apelos esperando pela volta da pessoa amada, a narradora abre mão das suas próprias vontades para satisfazer às expectativas e aos gostos desse outro. A forma como ela abandona a sua própria subjetividade, como ela se entrega, é através do corpo – coloca-o à disposição para que a sua interlocutora faça o que quiser com ele. A estratégia adotada é a profanação, uma espécie de contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que outrora não sequer seria mencionado:

Eu quero saber o teu gosto só para te contestar, porque eu vou achar graça da tua cara de deboche quando alguém não conseguir entender o óbvio. E eu só quero que nós nos entendamos, mesmo que não seja assim tão simples, porque tu é tão livre, tão dona de si, e eu sou tão dura e cheia de regras, mas eu somei e dividi nossos amores pra saber quanto podemos amar por dia, assim não precisaremos nos preocupar com algum infortúnio [...] (POLESSO, 2015, pp. 254-5).

A narradora é óbvia, assim como a relação também é – e idiota é aquele que não percebe – e não precisa ser problematizada. A despreensão é o que conduz a narrativa e não há interesse em ser mais do que é. De contrapor-se a um modelo hegemônico e tampouco de ser modelo de subversão. Assim, ressignifica o que é profano porque destitui o simbolismo do que é abjeto. Mais ainda, comete o sacrilégio de dizer o indizível.

O conto é um convite a profanação daquele corpo. Ele está disponível para qualquer intervenção. Ele clama por essa chegada que será aceita da forma que vier. A cada pedido pode-se ver que a única vontade é a de não permanecer na ausência, no vazio da indiferença.

Novas narrativas têm sido construídas com essa finalidade e *Amora* é um dos exemplos mais pontuais de enunciação lésbica na literatura brasileira contemporânea. A obra extrapola o imaginário sobre a lesbianidade – o protagonismo, o encontro consigo, ainda mais quando ocorre fora dos padrões, torna impossível narrativas sem transformações. Em virtude disso, avança, desestabiliza a normatividade dar voz ao silêncio. Mas aqui, acredito caber uma outra perspectiva para entender as novas configurações de visibilidade e voz lésbica da atualidade.

Hannah Gadsby é uma comediantes de 40 anos que em 2018 estreou o seu *stand up Nanette*, na Netflix. Lésbica, nascida e criada em uma cidade no interior da Tasmânia, onde a homossexualidade era criminalizada até 1997, propôs um exercício de empatia com a plateia ao narrar histórias pessoais de forma crua e singular. Há um certo incômodo no início do monólogo quando a comediantes continuamente disfer piadas preconceituosas com a máscara de entretenimento, humilhando-se diante dos seus espectadores para soar engraçado. Mas essa estratégia não é inocente. Em certo momento da sua apresentação, ela começa a subverter o próprio texto, transformando suas piadas em histórias reais – o peso de ser uma mulher em uma sociedade machista, a dificuldade de crescer sendo lésbica em um lugar onde a homossexualidade era crime, a homofobia enraizada na cultura, os problemas de auto aceitação ao ser uma mulher lésbica fora dos padrões convencionais, a violência e o abuso sexual. Problematiza essas questões e ressignifica a sua agência frente a elas ao afirmar que não fará mais piadas sobre a sua existência. Não fará mais comédia autodepreciativa para ser aceita em um meio misógeno. Agora está no seu auge!



IMAGEM 8

Assinando a certidão de casamento



IMAGEM 9

Hannah Gadsby em *Nanette*

Estamos no nosso auge quando profanamos o discurso que tende a nos reduzir a produtos de consumo, inviabilizando as nossas coerências significativas subjetivas. Fazemos isso quando afrontamos regimes políticos discriminatórios que extinguem a garantia dos nossos direitos nas políticas públicas. Quando afrontamos sistemas machistas frágeis que nos diminuem em favorecimento de discursos narcisistas de uma pretensa supremacia. Somos muito mais do que querem que sejamos.

Contudo, ainda há não ditos nas existências lésbicas contemporâneas, mas reconfiguram-se como silêncios que compõem as construções subjetivas inerentes aos processos de significação. Ainda há resistência à abjeção no âmbito público, mas a sua inteligibilidade está sendo reivindicada e ressignificada, não havendo mais espaço para o silêncio imposto sobre ela.

Esse é um silêncio que não vai me definir.

3.2. Contra a ordem simbólica

A sexualidade ora é pensada como algo fixo, bem determinado; ora como algo construído. Essas perspectivas, porém, não consideram a dimensão performativa que habita e constitui a condição temporal dos sujeitos, reiterando a lógica normativa de inteligibilidade. Ao insistir em afirmar uma sexualidade inteligível, os sujeitos restringem-se a uma coerência – uma espécie de essencialismo no nível da identidade – às custas das próprias complexidades, dos entrecruzamentos de identificações sob as quais estão compostos.

A heterossexualidade compulsória afirma-se como uma prática performativa que produz sujeitos inteligíveis sexualmente com o intuito de impor uma disciplina normativa. A noção utópica de uma sexualidade livre dos constructos normativos esbarra no problema da linguagem, a qual circunscreve a inteligibilidade sexual ao binarismo. Butler (2012), no entanto, atenta para uma importante questão ao destacar que mesmo a heterossexualidade operando com o intuito de estabilizar as normas de gênero, este apresenta-se em um lugar dentro de significações que contêm e excedem a matriz heterossexual:

Aunque las formas de la sexualidad no determinan unilateralmente el género, es sin embargo, esencial mantener una conexión causal y no reductora entre la sexualidad y el género. Precisamente porque la homofobia con frecuencia opera atribuyendo a los heterosexuales un género prejudicado, fracasado o, de lo contrario, abyecto (BUTLER, 2012, p. 334).

Há um vínculo entre a abjeção e a homossexualidade. Na verdade, “para que a heterossexualidade permaneça intacta como forma social distinta, ela exige uma concepção inteligível da homossexualidade e também a proibição dessa concepção, tornando-a culturalmente ininteligível” (BUTLER, 2013, p. 116). Essa lógica excludente, por vezes é nutrida pelos discursos da homossexualidade porque para que suas identificações possam sustentar uma aparência coerente, precisam estabelecer uma relação de negação com a heterossexualidade, reiterando, assim, as práticas discursivas normativas. No entanto, essa performatividade abjeta desafia as pretensões hegemônicas da heterossexualidade e desestabiliza o próprio gênero – “lo que se da es la desestabilización del género mismo, una desestabilización que há sido desnaturalizada y que pone em tela de juicio las pretensiones de normatividad y originalidad a través de las cuales a veces opera la opresión sexual y de género” (BUTLER, 2012, p. 188).

As reiterações simbólicas fixam as posições sexuais e impõem os efeitos do discurso dominante, porém o seu alcance depende da firmeza com que os espaços de significação e inteligibilidade questionam ou conservam a ordem simbólica forçada pela lei do patriarcado. Se se refuta essa ordem, se reconhece a ineficácia da norma e a necessidade da sua ressignificação, apropriando-se do discurso existente, mas rearticulando os processos de identificação.

A sexualidade lésbica, a partir da perspectiva heterossexual sancionada, é inviável. Sofre violência epistêmica, não tendo lugar, às vezes, até mesmo no discurso da homossexualidade. Gimeno (2007) descreve a subjugação sob a qual as lésbicas são submetidas:

Nuestro lugar en la sociedad heterosexual está muy claro: es el lugar de las mujeres. No hay un lugar preexistente o designado para que lo ocupen las lesbianas. Somos mujeres que ocupamos el lugar de las mujeres en cualquier sociedad pero con un plus de discriminación, doblamente marginadas pues. La realidad es que en todas aquellas situaciones en la que las mujeres estén discriminadas, marginadas, condenadas a una existencia precaria por el hecho de nacer mujeres, en todas aquellas situaciones en las que las mujeres sean más vulnerables que los hombres, en todas esas situaciones (casi todas las imaginables por otra parte), las lesbianas sufrirán un plus añadido de injusticia, marginación o discriminación (GIMENO, 2007, p. 23).

Nos debates sobre as sexualidades abjetas, o foco recai nas diferenças de sexo e de gênero e a sexualidade supostamente correspondente. Ou seja, retoma-se a discussão que busca definir o que é biológico, discursivo e social. É, portanto, o momento pertinente para ressignificar essas definições, com o propósito de dar novas significações à abjeção, afim de legitimá-la no âmbito da universalidade:

Quisiera sugerir que en este último proceso sólo podemos rearticular o resignificar las categorías básicas de la ontología, del ser humano, del ser un género, de ser reconocible sexualmente, en la medida en que nos sometemos a un proceso de traducción cultural. No se trata de asimilar nociones de género foráneas o distantes como se fuera simplemente una cuestión de incorporar lo ajeno a un léxico establecido. La traducción cultural es también un proceso de ceder nuestras categorías más fundamentales, es decir, de observar cómo y por qué se disuelven, cómo requieren la resignificación cuando se encuentran con los límites de la episteme disponible: lo que se desconoce o lo que todavía no se conoce (BUTLER, 2015, p. 64).

É possível desestabilizar a compulsoriedade heterossexual através da nomeação de sexualidades abjetas – o nome passa a ser um lugar de identificação, uma oportunidade de ressignificar as práticas identificatórias de sexualidades. As lésbicas, portanto, assumem um lugar específico dentro do universal e deixam de ser reconhecidas apenas como um suplemento da homossexualidade abjeta.

Sob o signo do simbólico, as lésbicas identificam-se a partir de um conjunto de efeitos imaginários que são naturalizados e reificados como normas. A identificação produz-se em relação à lei. Assumir uma sexualidade é, de certa forma, uma identificação, a qual transita entre a proibição e o desvio, sendo objeto de constante reconfiguração e, como tal, está submetida à lógica mutável das possibilidades significativas.

A assunção pode ser entendida como repetição da norma. No entanto, a afirmação desafiante do convencional apresenta-se como proposição política citacional da lésbica, com o propósito de dar visibilidade ao termo, em um esforço de impulsionar a sua ressignificação:

Aquí debería resultar claro que una negación radical a identificarse con determinada posición sugiere que, en cierto nivel, ya se ha verificado una identificación que se hace y de la cual se reniega, una identificación renegada cuya apariencia sintomática es la instencia em [...] la identificación mediante la cual los sujetos gay y lesbianas llegan a significar en lo discurso público (BUTLER, 2012, p. 170).

Dentro de um discurso político, o significante destitui-se da invisibilidade impositiva, desestabilizando o sistema léxico normativo na medida em que comprova a sua incapacidade de descrever o que nomeia. Por conseguinte, ao dissolver as restrições

normativas, funda-se em concepções que têm como objetivo conquistar um maior grau de habitabilidade.

Reivindicada a inteligibilidade, a lésbica é promovida a agente de sua narrativa. Esbarra, porém, em um vocabulário que historicamente a suprimiu. O desafio de relatar a si mesma a partir da disponibilidade discursiva é imenso, mas dá a possibilidade do descentramento da perspectiva heterocentrada que naturalizou a sua abjeção.

Em passos lentos, as condições de enunciação lésbicas reconfiguram-se em um anseio pela mudança de perspectiva no tratamento dado à lésbica. Ainda mais, já apontam estratégias narrativas que questionam a institucionalização do preconceito e a invisibilidade lésbica. O conto “Flor, flores, ferro retorcido” vai ao encontro desse novo olhar dado às lesbianidades porque contesta os seus processos normativos de significação.

Quem narra é uma mulher, cujo nome não sabemos, que rememora a sua infância nos anos 1980, em uma cidade no interior gaúcho. Quando escuta pela primeira vez a palavra “machorra” e não tem nenhum referente que fundamente uma significação possível, serão as relações circunstanciais que servirão de base para o seu entendimento acerca daquele significante. A menina escutou a sua mãe chamando a vizinha da oficina de machorra e foi perguntar o que isso significa – primeiro veio o silêncio pela surpresa da pergunta e depois, a desconversa, preferindo insinuar que a criança tinha escutado errado:

O fato que mais se enraizou na minha memória desses almoços foi um dia em que ouvi a seguinte frase: como pode uma machorra daquelas? E eu, curiosa que era, rapidamente perguntei o que era uma machorra, silêncio completo, minha mãe começou a rir de um jeito esquisito, era embaraço. Os homens coçaram a cabeça e se enfiaram rápido dentro dos copos de cerveja que bebiam. A mãe da família Klein estava tão estarecida que aquela palavra tivesse ido parar na minha boca que começou a rir também. Minha mãe tentou remediar. Cachorra, minha filha, cachorra (POLESSO, 2015, pp. 57-8).

Mas não tinha escutado errado e, na verdade, estavam falando da vizinha da oficina, Flor. Porém, em nenhum momento quis-se conversar sobre o significado daquele termo e o porquê daquele tratamento pejorativo. Nem mesmo mais adiante, quando a menina se referiu à vizinha publicamente como machorra, houve um diálogo – na verdade, a conversa se instaurou para reiterar um discurso normativo que tende a não ser contestado:

Minha filha, você não pode dizer essas coisas para as pessoas. Eu perguntei de que coisas ela estava falando, porque honestamente não me lembrava, e a resposta veio na forma de um tabefe no ombro. Não doeu, mas eu fiquei muito

magoada e fui para o meu quarto chorar. Entre um soluço e outro, eu estava tentando entender o que era uma machorra e por que aquilo tinha ofendido a vizinha e preocupado a minha mãe. Cheguei à conclusão de que deveria perguntar mais uma vez.

É uma doença, minha filha. A vizinha está doente (POLESSO, 2015, p. 59).

Sendo assim, a menina agiu de acordo com o protocolo orientado pelos programas televisivos que assistia, os quais sugerem presentear com flores pessoas enfermas. Deixou um buquê de flores colhidas por ela e um bilhete estimando melhoras na porta da oficina de Flor. Não esperava que haveria retaliação ao seu gesto porque estava agindo de acordo com toda a referencialidade que tinha até então – “se a vizinha estava mesmo com machorra, seja lá que doença fosse aquela, alguém precisava ir lá e desejar boas melhoras (POLESSO, 2015, p. 60).

O discurso sobre a sexualidade está respaldado por dispositivos de poder que operam produzindo conceitos de diferenciação que legitimam a abjeção lésbica. Todavia, esse conto descaracteriza o caráter essencialista do conceito, não tratando o que é culturalmente construído como natural. Mostra como ele é internalizado pelos sujeitos e reiterado, ao mesmo tempo em que instiga refletirmos sobre os nossos processos constitutivos de identificação.

O simbólico não é uma lei fixa, mas configura-se como resultado de uma série de atos performativos sustentados pela dinâmica da iterabilidade, cujo poder depende dessa cadeia de nomeações, podendo ser quebrado em direções inesperadas.

Após uma breve explicação sobre o significado daquele significante, a menina percebeu-se em um processo de desidentificação com o preestabelecimento da sua significação. Celói, uma amiga sua, utilizou bonecos para simular relações hetero e homossexuais para que a menina compreendesse as suas diferenças. Entretanto, com a apresentação, o argumento sobre o porquê ser errado falar aquele termo ainda se mantinha superficial:

O fato era que bonecas eram bonecas, ursos eram ursos e machorras eram machorras. A Celói tentou de novo: vamos ver, por exemplo, tu gosta mais de boneca ou de carrinho? Depende de qual boneca e qual carrinho. A Celói revirou os olhos daquele jeito. Prefere dançar Xuxa ou brincar de pegar? Eu não sabia responder, porque tudo dependia e eu não estava entendendo aonde ela queria chegar. Tá bem, gosta de rosa ou azul? Gosto de verde. Meu deus, essa é sua última chance, gosta mais de mim ou do Claudinho? O Claudinho era um guri da rua que a Celói achava lindo. De ti, é claro, eu respondi. Então tu é machorra, ela falou sem paciência (POLESSO, p. 62).

A menina ficou triste porque não queria ser doente. Porém, permaneceu com o seu processo associativo, atribuindo ao significante, não um sentido pejorativo, mas aquilo que fazia sentido com base na referencialidade que tinha, uma vez que ninguém contradisse essa definição.

Ainda que a menina não tenha entendido o significado de doença como perversão, percebe-se a intenção enunciativa da mãe. De acordo com Adrienne Rich (2010), “a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco” (RICH, 2010, p. 35). A sexualidade é um artifício que constitui a condição temporal do sujeito e tem a sua significação dentro desse contexto performativo. Quanto à lésbica, há um silenciamento normatizado e a visibilidade negligenciada, sendo, por vezes, anulada totalmente dos discursos. A desigualdade de gênero reforça a compulsoriedade normativa, afim de assegurar a heterossexualidade como norma. No entanto, ao descentralizar o pensamento hegemônico de uma sexualidade inerente aos sujeitos, abre-se a possibilidade de discutir as identificações que resistem às definições limitadas à ordem simbólica:

A Ordem Simbólica não é apenas sempre já pressuposta como o âmbito único da existência social do sujeito; essa própria Ordem só existe, só é reproduzida na medida em que os sujeitos nela se reconhecem e, por repetidos gestos performativos, nela assumem reiteradamente seus lugares. Isso, obviamente, abre a possibilidade de mudança dos contornos simbólicos de nossa existência sociossimbólica por meio de suas representações performativas deslocadas periodicamente (ZIZEK, 2013, p. 283).

Para Butler, as identificações pertencem à ordem simbólica, funcionando de acordo com os elementos de iterabilidade, os quais podem ser importantes nos processos de resistência e ressignificação da ordem simbólica. Nesse contexto, uma opção apontada pela autora é a ampliação das identidades inteligíveis, as quais devem ser subtraídas de coerências individuais e subjetivas. No conto, por exemplo, essa prática aplica-se a partir do deslocamento dos pressupostos simbólicos de significação para possibilidades desierarquizantes e não normativas de identificações. O insulto interpela e, a partir do questionamento, o abjeto se torna sujeito do discursos e revide.

A própria ambiguidade que a autora propõe na nomeação da personagem lésbica corrobora com a objeção a interpretações estáticas do significante – o significante “flor” é carregado de simbologia que geralmente está associada aos padrões de feminilidade. Ao dar este nome à personagem e apontá-la como machorra, expõe um contrassenso significativo – a descrição deste adjetivo nada tem a ver com os significados que o nome

denota. Assim, tal estratégia narrativa sugere, já no título do conto, que há várias possibilidades interpretativas e associativas para quaisquer significantes.

3.2.1. Lésbicas inqualificáveis²⁵

Paul B. Preciado²⁶ (2011) resume bem o que discutimos até agora sobre os significantes de identificações dos sujeitos. De acordo com a sua interpretação, gênero não é um efeito das relações de poder e tampouco recai sobre a matéria passivamente. O corpo, de forma análoga, não é passivo na incorporação de um gênero coerente. Assim, não há como se identificar com as significações engendradas em uma unidade ficcional que age sob os desmandos da heterossexualidade compulsória.

Resiste-se, então. Desidentifica-se.

A política anti-identificatória da teoria *queer* questiona a incapacidade da lógica binária de apreender a complexidade das experiências possíveis no que se refere ao gênero, ao corpo e à sexualidade. Preciado entende que *queer* é uma falha de representatividade – nem isso, nem aquilo. Dessa forma, o termo não tem um significado em si, mas reúne possibilidades de significação de acordo com os contextos em que é enunciado.

À luz da teoria que se assume *queer*, o termo é ressignificado de forma afirmativa, uma vez que surgiu como adjetivo pejorativo atribuído aos sujeitos que exploram as suas sexualidades disformes do padrão heteronormativo. Afirma-se, portanto, como uma diferença que não quer ser integrada porque não se compreende nos padrões de inteligibilidade. Por isso a impossibilidade de tradução e a oportunidade de ressignificação das dinâmicas de construção identitária, sendo uma potência de significação múltipla.

²⁵ *Slogan* da campanha política de Cynthia Nixon ao governo de Nova York. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/03/chamada-de-lesbica-desqualificada-cynthia-nixon-transforma-insulto-em-slogan-de-campanha-politica-em-ny>. Acessado em: 25 de novembro de 2015.

²⁶ Faço a referência ao escritor Paul B. Preciado de acordo com a sua identificação de gênero. O filósofo iniciou o processo de transição de gênero em 2015, depois da publicação do texto citado, no qual ainda assina Beatriz Preciado.

Um exemplo de ressignificação de termos pejorativos é o da candidata ao governo de Nova York, Cynthia Nixon. Após ser insultada pela ex-presidente do Conselho da Cidade de Nova York, Chistine Quinn, que utilizou as redes sociais para chamá-la de *unqualified lesbian*. O insulto acabou tornando-se o *slogan* da divulgação da sua campanha – na apresentação da candidatura, pronunciou-se à comunidade LGBTQI+ da seguinte forma:

Bem-vindo, lésbicas não qualificadas e qualificadas também! Bem-vindo à comunidade trans, bem-vindo às pessoas estranhas de todas as faixas e aos nossos lindos aliados heterossexuais. Eu só quero dizer hoje à noite que ela estava tecnicamente certa. Eu não tenho meu certificado do Departamento de Assuntos Lésbicos. Mas em minha defesa, há muita papelada envolvida.²⁷

Além disso, vendeu *bottons* com a inscrição “lésbica inqualificável” pelo valor de cinco dólares, e o dinheiro arrecadado com a venda foi revertido para investir na campanha da corrida ao posto de governante.



IMAGEM 10

Botton da campanha de Cynthia Nixon

No conto “Vó, a senhora é lésbica ?” também é apresentada essa desidentificação com o discurso hegemônico e ressignificação dos seus termos. Nele a narradora, Joana, começa a narrativa expondo a tensão instaurada em uma conversa familiar, enquanto ela e os primos estão tomando café na casa da avó. O primo, como forma de implicar com

²⁷ Disponível em: <https://empoderadxs.com.br/2018/04/10/lesbica-sim-atriz-de-sex-and-the-city-transforma-ofensa-em-slogan-de-campanha/>. Acessado em 30 de agosto de 2019.

ela, resolveu contar para a avó sobre a sua sexualidade. O medo de assumir-se ou de ser descoberta manifesta-se no corpo:

Eu fiquei muda. Joaquim sabia sobre mim e me entregaria para a vó e, mais tarde, para toda a família. Senti um calor letal subir pelo meu pescoço e me doer atrás das orelhas. Previ a cena: vó, a senhora é lésbica? Porque a Joana é (POLESSO, 2015, p.34).

O medo da descoberta da sua sexualidade dissipa-se um pouco quando substitui o foco narrativo para a história da sua vó. Rememora o seu interesse por histórias incitada pela vó e faz menção ao livro *Metamorfose*, de Franz Kafka, o qual pode ser interpretado também pelo viés da exposição da homossexualidade – há leituras que analisam essa forma abjeta que o protagonista Gregor Samsa se metamorfoseia como uma forma de “saída do armário” para a família, que então o renega (assunto muito propício para ser inserido no conto nos momentos seguintes da narradora se mostrar apavorada com a ideia de ser exposta à família).

Ao narrar as suas atividades de infância com a vó, ela inclui a tia Carolina. Esta vinha todas as tardes tomar chá com a vó e, nesse momento, as crianças ficavam no quarto brincando sob recomendação de não incomodarem às duas. Em virtude dessa rememoração, a narradora vai reconhecendo a sexualidade da vó:

Mas, depois daquela tarde, as visitas começaram a rarear e a minha vó se entristeceu de um jeito que doía ver. Chorava pela casa e fumava num canto da sacada. Acho que bebia também, porque havia cheiros estranhos e uma avó displicente naquele período. Passou um inverno inteiro e mais a primavera para a tia Carolina voltar a visitar, eu lembro direitinho, porque foi no aniversário do Joaquim que ela apareceu. Minha avó parecia outra mulher. Estava bem vestida, contente e voltou a cheirar a perfume e creme de lavanda. As coisas começavam a fazer sentido na minha cabeça, agora, quinze anos depois. Minha avó era mesmo lésbica (POLESSO, 2015. p. 39).

Até esse momento a resposta para a pergunta do primo havia ficado submersa no inconsciente e só então retoma a sua potência. Porém, Joana, ainda que assustada pela possibilidade de ser colocada para fora do armário, vai aos poucos fazendo as pazes com a própria sexualidade. Pensa no seu relacionamento com Tais de forma terna, fazendo um processo de rememoração semelhante ao feito com a vó anteriormente, significando positivamente a sua existência.

A pergunta que dá nome ao conto toma conta outra vez da narrativa e Joana tenta fugir daquele assunto, mas a vó a coloca de volta na mesa para, pela primeira vez, ter o controle da sua própria história. No texto não é apresentada a versão contada pela avó, mas, ao invés disso, temos uma comparação delicada da narradora entre as duas histórias:

a da vó com a tia Carolina e a sua com a colega. Joana faz uma espécie de justiça histórica quando percebe que talvez a vó e sua companheira não tenham tido a oportunidade de serem elas mesmas e precisaram se esconder na aparência de amigas de chá. Assim, enquanto pensa na sua relação pessoal com a colega, divaga e mistura a figura de todas numa cena romântica que ora visualiza sua própria imagem com a namorada e ora idealiza a avó e a tia Carolina, fazendo jus a história que deveriam ter tido:

Minha vó foi contando toda história, e ela era muito boa em contar histórias. [...] Enquanto eu olhava a tapeçaria, a Taís invadiu meus pensamentos. Me lembrei da sua mão quente tocando meu corpo, por baixo do blusão, e pensei nas mãos cheias de anéis da tia Carolina percorrendo o corpo da minha vó. Na tapeçaria, as duas mulheres tocavam as mãos. Respirei pesado e a Taís voltou, enfiou meu rosto em seus cabelos e aspirei-lhe bem fundo a nuca. Mas quando recuei, eram os cabelos brancos da tia Carolina sobre a face da vó Clarissa (POLESSO, 2015, p. 40-1).

Nas partes finais do conto a lesbianidade deixa de ser assustadora e passa a ser libertária e, de certa forma, Joana empodera-se desse conceito como um título que ostenta para compensar a impossibilidade de expressão da vó:

No final, minha vó dizia vinte anos, faz vinte anos. Até que o Joaquim perguntou por que ela e a tia Carolina não moravam juntas. Essa a minha vó não respondeu. Porém me ocorreu lembrar que a tia Carolina tinha sido casada com o seu Carlos. Me ocorreu que nunca tivessem dançado, nem bebido juntas, ou sim. Pensei na naturalidade com que Taís e eu levávamos a nossa história. Pensei na minha insegurança de contar isso à minha família, pensei em todos os colegas e professores que já sabiam, fechei os olhos e vi a boca da minha vó e a boca da tia Carolina se tocando, apesar de todos os impedimentos. Eu quis saber mais, eu quis saber tudo, mas não consegui perguntar (POLESSO, 2015, p. 41).

Essa possibilidade de diálogo entre abjeto e norma em significações ressignificadas visibiliza e empodera discursos que centralizam o foco na agência dessas subjetividades e não somente na sua objetificação enquanto significadas pela perspectiva de quem as oprime. Constitui, portanto, uma forma de reestruturar os sistemas significativos de gênero, de corpo e de sexualidade.

3.2.2. Leituras descentralizadas

Sempre que a minha orientação sexual é assunto que precisa ser discutido, gosto de deixar clara a minha condição de lésbica dentro do discurso sobre a homossexualidade. A homossexualidade coerente configura-se como um fenômeno excludente que só é culturalmente viável se assimilá-lo às normas que pretere. Em virtude disso, a

homogeneização do discurso da abjeção põe a lésbica novamente no mutismo institucional. Não é o meu lugar.

Ainda que o termo reclame significados alternativos àqueles que o estereotiparam, dentro da sua própria resignificação, ele precisa ser reestruturado. Parece que o voyeur não foi deslegitimado na sua completude e as lésbicas tentam se adaptar a essa perspectiva fetichista para existirem dentro dos limites da reconhecibilidade.

As lésbicas ainda estão lutando para expressarem-se plenamente, e essa expressão acontece dentro de um sistema construído por categorias arbitrárias de normatização, de modo que as narrativas, para desafiar a ordem, precisam operar mais que um movimento de subversão das personagens ou temática, oferecendo meios para reinscrição das identificações lésbicas em sua pluralidade.

Em “Como te estraño, Clara”, Polesso constrói nuances narrativas que descentralizam o foco narrativo do tabu da homossexualidade e preocupa-se com outras configurações interpretativas para explorar a expressão das lesbianidades - a mulher lésbica assume o protagonismo em diferentes instâncias e vive a sua sexualidade plenamente.

Nesse conto, é narrado em terceira pessoa o relacionamento entre Fernanda e Clara – professora e aluna, respectivamente. São personagens femininas construídas a partir do desentendimento fixo de identidade, pondo em cheque as normas dominantes que dificultam expressões dissidentes. Revelam várias camadas de emancipação e ruptura com a heteronormatividade.

Fernanda, por exemplo, liberta-se de uma posição culturalmente estabelecida ao feminino quando assume a sua sexualidade e desfaz o casamento com Eduardo. Desestabiliza os padrões de feminilidade ao romper com a heterossexualidade compulsória:

Sorriu deixando um pouco de ar escapar pelo canto da boca, porque se sentiu meio ridícula querendo provar para si mesma que podia estar vivendo aquela situação com argumentos tão obviamente construídos, sem nenhuma importância para ela de verdade. Amava Clara. Tinha se apaixonado. Eduardo era apenas a sombra de uma vida que ela teimava em manter (POLESSO, 2015, p. 124).

Transgride à norma ao refutar a subordinação que o feminino é condicionado – era mãe, esposa e cumpria com todas as tarefas socialmente impostas, mas não se sentia confortável consigo, buscando uma realidade paralela que, ao mesmo tempo em que lhe

deixava confusa e assustada, também abria a possibilidade de vivenciar um novo universo de experiências. Em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2010), Adrienne Rich tece várias críticas a esse sistema que busca normatizar as existências femininas e lésbicas:

Algumas das formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. [...] as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios (RICH, 2010, p. 26).

Sob esse ponto de vista, também é preciso atentar para a fragmentação constitutiva da identidade de Fernanda. A subversão ao sistema heteronormativo baseia-se na experiência da personagem nessa configuração e, por conta disso, não desfaz totalmente as conexões com o discurso dominante. Em um momento de reflexão, tentava fazer sentido nesse entre lugar de significação:

Fernanda fechou os olhos e deixou que o pulmão se enchesse. Enquanto o ar mexia nos pensamentos que se dispunham no seu peito e na sua cabeça, ela tentava organizar, de alguma maneira que fizesse sentido, os últimos eventos de sua vida. Porém nada parecia querer tomar um lugar próprio, um lugar onde o peso não fosse incômodo ou não arrastasse o andar dos demais lances do destino. Sua vida tinha chegado a um ponto nevrálgico, a um nó tão enrolado que só se resolveria se cortado, desatar não era uma opção (POLESSO, 2015, p. 123).

Clara, por sua vez, já era mais afirmativa quanto à sua sexualidade, mas talvez esse outro olhar seja reflexo da diferença de idade entre as personagens. Há uma despreensão impressa no discurso de Clara que não carrega a mesma carga emocional se comparada à Fernanda. A fugacidade do tratamento que Clara dá à relação o que seria indicativo de um não comprometimento dela com a parceira, se não fosse o momento em que reflete pela primeira sobre o futuro que construirão juntas:

Na terça-feira, antes de chegar ao curso de espanhol, Clara passará em frente ao estacionamento e ouvirá o seu Gentil perguntar alguma coisa sobre Fernanda. Ela vai responder que Fernanda está bem e logo, logo voltará à ativa, e o home dirá que sente muito pela mãe de Clara, que é uma mulher muito boa e trabalhadora. Clara não entenderá, pois sabe que o homem não conhece sua mãe e também porque não há nada de errado com ela e deposi de cinco passos se dará conta de que ele fala de Fernanda. Então Clara vai pensar pela primeira vez na idade de Fernanda e num cálculo simples verá que a hipótese do home não é descabida, mas ficará irritada por ser tão redutora (POLESSO, 2015, p. 130).

Ainda que o olhar do outro – a dominância da heterossexualidade – tente suprimir a voz dissidente, essa preocupação em afirmar a sua inteligibilidade é muito relevante, pelo aspecto revolucionário, de luta e resistência que isto possui, pelo significado e pelo

que representa. Há várias amostras de empoderamento lésbico e da importância de descentramento dos sujeitos narradas nos contos de *Amora*, os quais configuram-se dotados de identidades multifacetadas e repletos de contradições e questionamentos a respeito de si e do outro.

Butler (2013) assume que existem identidades outras, surgidas nas frestas dos discursos de coerência e normatização do sexo, gênero e sexualidade. Na resignificação dessas textualidades, o desejo que os permite existir é cerceado pela fobia da repressão. Nesse sentido, a persistência e a multiplicidade dessas identidades conflituosas expõem as deficiências das práticas reguladoras de inteligibilidade:

Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2013, p. 38).

Se, por um lado, estamos ligados aos signos impostos numa hierarquia que diz respeito a uma matriz hegemônica da produção cultural, por outro, confrontamos a possibilidade da desconstrução performativa, capaz de denunciar a ordem mantida e regulada para a perpetuação das representações possíveis, através de processos reiterativos dentro desse mesmo campo simbólico. A resignificação desses significantes e a reconfiguração das relações desiguais presentes na construção identitárias apresentam-se como um movimento de combate à heteronormatividade.

3.3. Lesbianidades plurais

Há muitas formas de expressão das lesbianidades. A partir de mais da metade do século passado, com a organização dos movimentos feministas, estudos sobre igualdade de gêneros, etc, houve uma abertura maior para a mulher no campo literário. Isso ocorre a partir da superação da possibilidade de falar sobre si que a mulher reivindicou na literatura e uma nova fase, de falar da sua intimidade, do seu desejo, anseios e vontades se instaurou. Porém, as lesbianidades ainda seguem continuamente abafadas pelo sistema heterossexista porque ao tornarem-se enunciadoras de si, resignificam os seus discursos

e, por consequência, não satisfazem mais o público consumidor dominante. Há, nesse sentido, a necessidade de contestar a visão de que mulheres lésbicas ou são objetos de fetiche e de desejo para homens heterossexuais, ou são mulheres que desejam ser homens. São estereótipos que ainda precisam ser desconstruídos através de vozes que lutam para serem respeitadas e ouvidas.

É urgente, portanto, entender como configura-se o silenciamento das lesbianidades tanto no fazer literário quanto na representação de identificações dissidentes do discurso dominante. Além disso, também é pertinente uma revisão analítica interessada em pautar a crítica literária disforme dos preceitos falsamente interessados em conciliar as diferenças, mas que se revestem de um pretenso universalismo para atender às normas hegemônicas de significação.

Então, é preciso observar que a violência contra as lésbicas deriva da invisibilidade alimentada pela representação e pelo discurso que as inteligibilizam. A performatividade lésbica reiterada pelos principais meios de difusão da cultura tem o objetivo principal de satisfazer o imaginário falocêntrico, levando em consideração a exploração da sexualidade em detrimento da afetividade. Mais ainda: o discurso que a circunscreve aponta para estereótipos que limitam as suas performatividades e enfraquecem a expressão da diversidade de sexualidades distintas da heterossexualidade. Com isso, foi construído um discurso e produzido um imaginário sobre a lésbica que pouco tem a ver com as realidades identificatórias, uma vez que se pauta sobre sujeitos que não tinham vozes, resultando em uma ficção que não atende aos sujeitos que dizem representar. Simonis (2007) elenca os estereótipos criados pela cultura heteronormativa que tem atravessado os tempos:

- El de la lesbiana masculina, o *butch*, que imita el comportamiento y la apariencia de los hombres y que repite, con efectos que no dejan de contener la semilla de la transgresión, la institución de los roles de género de la pareja heterosexual, presentando como opuesta/compañera a la *femme* o lesbiana femenina, representante ésta del extremo de la feminidad en delicadeza, pasividad y dedicación a su pareja/opuesta.

- El de la lesbiana como ser asexuado y etéreo, cual ninfa romántica desprovista de realidad o, como variante extrema de ésta, la insatisfecha sexualmente que no ha renido la oportunidad de disfrutar de los verdaderos placeres con el hombre, frente a su opuesta, la lesbiana como objeto altamente sexualizado o producto de la pornografía, que practica el sexo con otras mujeres para deleite de varón heterosexual (SIMONIS, 2007, p. 114).

As novas configurações narrativas, por consequência do desconforto que essas performatividades ocasionam, valem-se de estratégias de ressignificação e

reconfiguração desse discurso restritivo, através das reinterpretações dos significados dos próprios estereótipos. Alicerçam, portanto, na desconstrução da arbitrariedade discursiva e na reconstrução de outras formas de dizer que não estão sujeitas aos pressupostos universais, agenciando os significados possíveis para os significantes que insistem em nos definir.

“Diáspora lésbica” é um conto que agrupa essa nova possibilidade significativa das lesbianidades e coloca-se como uma condição de enunciação afirmativa de reconhecibilidade da sexualidade abjeta. O tom leve e bem-humorado predomina a narrativa que acompanha um grupo de amigas em um bar – todas são lésbicas e com identificações bem distintas que ressignificam os diferentes tipos de estereótipos lésbicos.

Entre as amigas, Bea e Preta formam um casal incompreensível, segundo as palavras da própria narradora, Juli transitava entre as sexualidades, Inês era predadora, Chica assumia a identidade das suas namoradas, e assim por diante as personagens são apresentadas e as múltiplas identificações são desveladas.

Antes de Chica chegar no bar, as amigas travam uma discussão sobre performatividade de gênero e sexualidade porque entendem que a amiga está variando o seu comportamento de acordo com a reconhecibilidade que o outro lhe confere – no caso, Chica estava tentando se aproximar de uma performatividade heteronormativa porque estava se relacionando com uma mulher heterossexual. Mas segundo Preta, alguma das meninas deveria avisá-la que a sua estratégia não está funcionando porque, na verdade, reiterava um estereótipo lésbico:

P: Tá, mas alguém avisa que realmente não tá funcionando se arrumar daquele jeito. Gente, só eu acho que quando ela usa collant ou camisa de florzinha parece dez mil vezes mais sapatona?

Todas riram, todas assentiram (POLESSO, 2015, pp. 138-9).

Essa fala da personagem introduz um assunto que é recorrente tanto nas rodas de conversa de pessoas heterossexuais quanto nas de homossexuais – a questão da sexualidade ter uma representação visual, ou seja, uma espécie de normatização da performatividade sexual. Pensar que a mulher lésbica deveria ter um certo tipo de aparência que não se assemelha em nada a visualidade da mulher heterossexual é querer padronizar as sexualidades a uma expressão que não comporta subjetividades.

A visão de um estereótipo de lésbica, sempre muito calcado nas dualidades de gênero, é apresentado no conto principalmente em duas personagens: a namorada da

Chica, Aline, que inicialmente é chamada de “hétero” e a da lésbica predadora Inês, que é uma ameaça aos relacionamentos:

A Inês era uma predadora. Enquanto casada, ficava reclusa, mas, toda vez que terminava um relacionamento, um deus nos acuda se instalava, porque ela saía para caçar. E caçava. Matava e levava pra casa. Sempre estragava as pessoas. Da última vez que tinha saído com o grupo, deu a notícia de que estava namorando. [...] Jogou a notícia da mudança como se fosse uma coisa corriqueira conhecer alguém e atravessar o país para morar junto (POLESSO, 2015, p. 140).

Aparece também uma pequena menção ao fato de que as lésbicas são conhecidas por irem morar juntas de forma precoce, sendo esta uma outra concepção genérica do que seriam comportamentos típicos de sapatão.

Assomado ao estereótipo de gênero da mulher lésbica, um outro tipo de visão generalizadora das lesbianidades que aparece no conto é o conceito de “rebuteteio”, o qual implica uma visão estigmatizada dos grupos de lésbicas, sugerindo que há uma troca de casais constante – que todas já ficaram com antigas namoradas de suas amigas e assim sucessivamente.

J: Cara, se merecem. Essa Aline é uma babaca e a Inês, bom, dispensa comentários. Depois, o rebuteteio é sempre assim. Incrível.

A Juli tinha razão. Todas as gurias apareceram na esquina onde Julie Chica estavam sentadas, menos a Inês e a Aline, que, naquela mesma noite, se hospedaram num hotel da cidade. Ninguém ia muito com a cara da Chica também, mas aquele era um momento de irmandade (POLESSO, 2015, p. 146).

A imagem da promiscuidade é um dos preconceitos mais antigos relacionados à homossexualidade, mas no conto é ressignificada quando o foco narrado é o discurso de sororidade entre as amigas. A performatividade lésbica, assim como, das mulheres em geral, não é de modo algum estática e tampouco, deve tornar-se uma outra forma de oprimir e normatizar essas abjeções afim de categorizá-las de acordo com um discurso que repudia a sua inteligibilidade. Sob essa percepção, o processo narrativo do conto proporciona uma potência transformadora, viabilizando vozes lésbicas, o que torna as suas existências possíveis. Demonstra a multiplicidade de lesbianidades, dentro do próprio discurso normativo, comprovando a impossibilidade da inclusão performativa em parcos estereótipos falidos. Rich (2010) confronta o apagamento das existências lésbicas:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (RICH, 2010, p. 36).

Portanto, o domínio de um discurso emancipatório alicerça-se no resgate da história das lebianidades através do protagonismo dessas vozes nos modos de dizer e nas suas representações, uma vez que denuncia o sistema sócio-discursivo que as oprime. Rich aponta para a possibilidade de transgredir os conceitos fixos que validam a heteronormatividade, rejeitando a sua compulsoriedade e rompendo com o silenciamento condicionado à existência lésbica ao idealizar um *continuum* lésbico, não como a identificação de todas as mulheres com essa condição sexual, mas como uma forma de resistência ao discurso dominante:

Sugiro que o *continuum* lésbico precisa de delimitação em vista da “vida dupla” das mulheres, não apenas das mulheres autoidentificadas como heterossexuais, mas das autoidentificadas lésbicas. Precisamos de relatos mais exaustivos e cuidadosos das formas em que essa vida dupla tem se apresentado. Os historiadores precisam perguntar-se de modo constante sobre as formas pelas quais a heterossexualidade tem sido organizada e mantida como uma instituição através da escala de salários femininos, da imposição do “lazer” das mulheres de classe média, da glamorização da conhecida liberação sexual, da restrição em prover educação para as mulheres, da imagética da arte culta e da cultura popular, da mistificação da esfera “pessoal” e muito mais ainda (RICH, 2010, p. 43).

Com isso, há a possibilidade de uma existência política das lésbicas, na qual as experiências subjetivas são regatadas e os seus significados são ressignificados e ampliados. E então, mesmo que o discurso hegemônico embase as suas narrativas, é rearticulado sob o viés de quem as narra, isto é, as lésbicas passam a ditar os termos pelos quais serão significadas. Nesse sentido, os textos literários configuram-se como possibilidades de ressignificação das sexualidades abjetas, propondo interpretações mutáveis do seu significante de acordo com os contextos de existências que as personagens são construídas, em um acordo verossímil com o discurso que os viabilizam.

Os deslocamentos permitem identificações plurais. Fora do eixo heterocentrado, os sujeitos podem interpretar as suas subjetividades da forma que entendê-las. “Minha prima está na cidade” propõe um embate entre esconder e exibir as suas sexualidades – Bruna manifesta a sua lesbianidade abertamente, enquanto a narradora ainda não encontrou uma forma de assumi-la para o seu nicho social:

Eles sabem que a gente é um casal, porque a Bruna não tem problemas com isso. Eu tenho. Quer dizer, já tive mais, mas agora consigo lidar até bem com essa questão da sexualidade, claro, dentro da minha cabeça. Não conto para muitas pessoas, tem gente que não precisa saber, não faz diferença. Por exemplo, as minhas colegas de trabalho não precisam saber, nem a minha família (POLESSO, 2015, pp. 74-5).

As duas personagens inscrevem-se em níveis diferentes de discursividades de suas existências. A narradora ainda se encontra em uma fase de reivindicação de autonomia porque não se livrou das amarras repressoras do discurso hegemônico, ao passo que sua companheira já superou esse estágio, inscrevendo-se no mundo de acordo com os seus próprios termos e dando o tom da sua narrativa.

Ainda que o conto foque na perspectiva da narradora, comprova a impossibilidade de unidade das identificações lésbicas e exemplifica algumas formas possíveis de suas existências. Antes de afirmar um lugar de pertencimento, a narrativa questiona as estratégias de reconhecibilidades inteligíveis pelos deslocamentos e não pela obrigatoriedade de seguir uma pretensão discursiva esperada – a narradora tem dificuldades de legitimar a sua relação nos termos da heteronormatividade, enquanto Bruna apropria-se deles e expande as suas significações:

Acontece que eu e a Bruna somos uma família, mas eu demorei para entender que éramos. Foi um dia em que eu fiquei bem doente e cogitei a possibilidade de passar a noite na casa dos meus pais, e a Bruna ficou puta comigo, com razão (POLESSO, 2015, p. 75).

Se em “As tias” era o exterior que não reconhecia a relação entre as mulheres, aqui o processo ainda é interno à protagonista. Não há confronto com a norma, mas a relação constrói-se em uma epistemologia do armário que encarcera a vivência da lesbianidade no espaço privado porque a narradora ainda está presa nos significados arbitrários da sua significação. No entanto, foge do estereótipo porque entende as suas limitações e continua tentando ressignificá-las, de modo que não se acomoda na fixidez de uma abjeção normativa – as personagens lidam com as expectativas ou rejeições familiares, entram em conflitos nas relações sociais e no ambiente de trabalho, e quebram muitos paradigmas, como a própria definição de família.

O contexto heteronormativo produz a própria ordem simbólica organizada em um discurso binário de opressão. As subjetivações lésbicas, dentro de uma coerência normativa, orientam-se pelas suas normas; porém, para uma existência viável, reorganizam os seus discursos contestando e ressignificando os significados previamente estabelecidos – “la escritura se despliega en un vuelo de libertad, de querer demostrar que la imagen y el discurso equivocado pueden transformarse, de que hay más cosas que decir que nunca y que hay que decirlas con nuestra propia voz [...]” (SIMONIS, 2007, p. 137).

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

Como me defino?

Não há um significado unívoco que me permita definição. A pluralidade também não satisfaz, mas é uma aproximação que conforta para colocar em palavras os modos como me percebo e como me relaciono com o mundo. Tenho cuidado com o plural porque ao deslocar as práticas discursivas que pressupõem o sujeito como identidade fixa para a sua reconfiguração e ressignificação, também há o risco de sugerir uma unicidade à pluralidade. Ou, nas palavras de Butler:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (BUTLER, 2013, p. 213).

Então, o que proponho nesta tese não é uma reunião de afirmações. Não apresento aqui um conjunto de certezas que breves leituras trariam para esse pequeno movimento de pensamento que tento transformar em texto com envergadura acadêmica. Esse escrito se faz em grande parte de perguntas, de questões, de problemas que de uma ou outras maneiras ficaram ecoando como enormes pontos de dúvida sobre as premissas às quais venho baseando meus estudos. Primeiramente apresentei alguns questionamentos para logo em seguida, estremece-las com algumas indagações suscitadas pelas leituras empreendidas ao longo do doutorado.

Se indaguei se o meu gênero, o meu corpo e a minha sexualidade me definem ou podem me definir, o fiz com o intuito de compreender sob quais circunstâncias a minha existência inscreve-se no espectro do inteligível. Iniciei cada parte com questionamentos acerca de significantes que possivelmente me definem e tentei entender o meu lugar dentro dos seus discursos, ainda que em alguns casos os silêncios sejam mais significativos que as pretensões léxicas de significações. Nesse sentido, admito os limites que circundam a minha existência e me localizo em um entre lugar que transita entre o universal e o seu exterior constitutivo, uma vez que o universal começa a ser articulado através dos desafios às formulações já existentes, as quais transcendem o discurso normatizado – Butler é afirmativa ao pontuar o universal como um horizonte performativamente projetado:

Esta forma de performatividad política no absolutiza retroactivamente su propio reclamo sino que recita y reescenifica un conjunto de normas culturales que desplazan la legitimidad desde una autoridad supuesta hacia el mecanismo

de su renovación. Tal giro hace más ambigua - y más abierta a una reformulación - la movilidad de legitimación en el discurso. En realidad, tales reclamos no nos vulven a una sabiduría que ya tenemos, sino que provocan un conjunto de preguntas que muestran cuán profunda es y debe ser nuestra sensación de desconocimiento mientras reclamamos las normas de principio político (BUTLER, 2000, p. 48).

Na primeira parte, dei enfoque aos gêneros e às práticas normativas que os regulam, pensando na precariedade em que o sistema binário opera e a forma como reverbera nas existências lésbicas. O que fiz foi tentar me afastar de uma verdade arbitrária que impõe uma identidade universal à lésbica e questiono a vulnerabilidade social da construção dos gêneros, uma vez que ao autorizar a “lesbiana dentro del reino de lo universal puede que deshaga lo humano, al menos em su forma actual, pero también puede que sea equivalente a imaginar lo humano más allá de sus límites convencionales” (BUTLER, 2015, p. 269). Ao trazer os questionamentos de Butler, busquei ferramentas para desarticular a armadilha culturalmente criada de que sexo e gênero produzem uma coerência binária que normaliza as identificações possíveis, pensando em recursos alternativos que garantem legitimidade aos sujeitos que não se adequam às normas. Apontei práticas discursivas em que as mulheres já reivindicam feminismos plurais e tentei analisar o lugar das lésbicas nesse contexto de resistência ao identificar nos contos de *Amora* personagens com caminhadas diferentes e identificações tão distintas que não se acomodam em uma abjeção impositiva, pois são inteligíveis nas existências que formulam.

A literatura alia-se a essa pluralidade de vozes se entendendo degenerada – sem rótulos e limitações –, a qual abarca protagonismos múltiplos, podendo ou não estar em consonância com o discurso hegemônico. O importante é a agência dessas personagens nas suas narrativas “se não por uma libertação a essas normas, mas por uma forma de subversão que se elabora no próprio ato de atender a essas normas. A repetição das normas está sempre acompanhada da possibilidade de subvertê-las” (RODRIGUES, 2012, p. 153). O que motiva esses sujeitos é o desejo de superar os obstáculos postos em seus caminhos e, ainda mais, o desejo de conhecer a si mesmos.

A segunda parte percorreu os corpos e seus deslocamentos – de significados e de agência. Quis desestruturar o discurso representacionista de que o corpo é um papel em branco e nele são inscritos códigos que nos inteligibilizam para pensar em como os próprios corpos materializam os seus discursos. Em como figuram como agentes que exercem influência sobre o processo de suas materializações e sobre as possibilidades de

suas interpretações culturais. A agência tem a ver “com as possibilidades e a responsabilidade implicadas na reconfiguração dos dispositivos material-discursivos de produção corpórea, incluindo as articulações e exclusões de fronteiras marcadas por estas práticas na operação de uma estrutura causal” (BARAD, 2017, p. 30). E nessa articulação, tentei indicar possibilidades de agenciamento às protagonistas através de um olhar mais sensível às inter-relações materiais-discursivas e apontar os corpos políticos das lésbicas como formadores de resistência à própria condição de abjeção.

A abjeção adentra à sexualidade e também na terceira parte estudei como a heterossexualidade compulsória fixa as posições de significação e inteligibilidade dos sujeitos. O simbólico traduz-se em atos performativos que produzem sujeitos sexualmente viáveis – o abjeto, portanto, é contrário a essa ordem, uma vez que está excluído da convencionalidade dos seus termos, ainda que os assimile em um processo de deslocamento das significações normativas. Minha intenção foi esclarecer que na reiteração performativa e rearticulação discursiva, abre-se espaço para ressignificar uma episteme culturalmente heteronormativa, ou melhor, é a partir dos próprios termos excludentes – da sua reiteração ou da contradição performativa na condição da repetição – que o potencial político subversivo se apresenta. O que Natália Polesso fez em *Amora* foi construir narrativas que garantem inteligibilidade às personagens lésbicas propondo um pacto de significação que destitui a opressão normativa:

Assim, narra-se *Amora*, dentro de uma escolha que é política, porque se faz fundamental para mim como autora e leitora e que cumpre a função de expor representações mais plurais. E que também se faz estética, justamente pela mesma motivação: revisitar estereótipos para repensar o estar-no-mundo dessas personagens, o que foi fundamental ao processo de escrita. Tentar passar longe de registros que abundam na literatura e no cinema quando o assunto ou o protagonismo é lésbico (mulheres erotizadas, jovens, em uma relação conturbada, mulheres casadas e insatisfeitas com os homens, mulheres que estão passando por uma “fase”, mulheres que, infantilizadas, aparecem como lésbicas para causar constrangimento alheio). Não que essas representações sejam problemáticas por si, mas ter que cavoucar para encontrar outras é dose! (POLESSO, 2017, p. 3).

Ainda que de forma tardia, considero oportuno entrelaçar os caminhos por onde cruzei à uma perspectiva política do fazer poético, pois compreendo a política associada a uma noção de promover alterações no tecido do sensível – a dimensão política de produzir uma literatura que apresenta protagonistas que escapam à heteronormatividade e às noções que se movem junto com ela em relação ao artista e suas intenções, os espaços de exibição, as formas de visibilidade, etc. A literatura, a partir de seu discurso, possui a capacidade de transmissão de ideologias; entretanto, o texto literário não pode ser visto

como um documento ou reflexo de determinado contexto social, mesmo que a interação entre ambos deva ser levada em consideração para uma reflexão consistente sobre a obra e os diversos contextos que a ela convergem e dela divergem. Então, como forma de ampliar o entendimento acerca do discurso das lesbianidades, penso no espaço literário como constituinte de significado desses significantes, porém não de uma forma fixa e inflexível, mas na sua multiplicidade de significados, a partir das suas inter-relações.

Associando essa política relacional a esse espaço relacional, as reflexões que proponho já se afastam do pensamento heteronormativo e entendem que o espaço tem um potencial político. Nesse sentido, quero refutar os discursos normatizantes que se naturalizam na literatura, uma vez que conquistam um caráter de verdade, uma vez por meio da sua arbitrariedade a voz feminina e a existência lésbica foram marginalizadas, sendo representadas por perspectivas que não davam conta da heterogeneidade de linguagens que a pluralidade de vozes sugere.

Com isso, não haveria uma distância a ser suprimida, uma verdade a ser revelada, uma realidade a ser desvelada. Há apenas sujeitos em diferentes movimentações, elaborando de modos particulares, ao mesmo tempo que compartilhados, suas significações e conseqüentemente, regimes de compreensão do mundo próximo e distante.

A partir do estudo que levou em consideração gênero, corpo e sexualidade como significantes produtores de novos discursos, tentei apontar a possibilidade de protagonismo de mulheres e lésbicas, através do ato da escrita e voz narrativa e conseqüente problematização de uma cultura pautada na supremacia masculina. Sugeri um foco alternativo de interpretação, que se pauta na necessidade da desconstrução de uma cultura hegemônica que cultua os binarismos de sexo, gênero e sexualidade, e, também, questiona os significados, muitas vezes arbitrários, dos significantes que validam essas dualidades.

Minha ideia é legitimar a desidentificação e me definir nesse entre lugar de pertencimento e exclusão, viabilizando a minha existência que é indefinível, irreconhecível no âmbito da inteligibilidade porque não me adequo aos padrões da heteronormatividade. Utilizo o meu discurso como um meio de definição subjetiva, uma vez que assimilo o pressuposto butleriano de que “cualquier pretensión de totalizar el campo social debe interpretarse como un sintoma, ele efecto y el remanente de un trauma

que no puede ser simbolizado directamente en el lenguaje” (BUTLER, 2012, P. 273). Dessa forma, as práticas performativas são pungentes para reivindicar uma condição de enunciação afirmativa para quem tem sua existência oprimida, uma vez que permite recontextualizar os aspectos de definição normativa e reescrever as suas significações, priorizando subjetividades e impulsionando novas configurações de inteligibilidades.

Amora afasta-se dessa pretensão de verdade, uma vez que suas histórias ultrapassam as questões da lesbianidade por si. Abarca, portanto, a pluralidade – vozes que não se restringem a um modelo preestabelecido de representação – e renuncia o foco na sexualidade com interesse em adentrar em “subjetividades tão presentes em identificação, porque narram experiências de afeto” (POLESSO, 2017, p. 3). Ao pensar a partir da margem, se resiste. Ao falar para o centro, se garante a possibilidade de existência:

Eu diria que pensar (d)as margens não significa uma valorização desse lugar *per se* como forma de subversão, mas uma possibilidade de teorizar a contralógica da oposição ao hegemônico, entendendo-se por hegemônico um sistema de coerções e pressões homogeneizadoras que atestam a capacidade da cultura dominante em apresentar uma versão, afirmar uma presença, construir um discurso e postular uma identidade como se só essa fosse a possível e verdadeira (SCHMIDT, 2017, p. 150).

O meu discurso nesta tese e na análise literária apresenta-se como uma oposição à supremacia normativa. É uma assimilação da minha existência para enfrentar a hegemonia. Por isso interseccionalizei a teoria com vozes que se alinham ao pensamento *queer*, buscando transcender à norma e repensar a dinâmica social da literatura, ampliando o seu espectro de compreensão para além do contexto heteronormativo.

Defendo a tese de que é possível expressar o indizível. É possível abrir espaços para o discurso sobre/das lésbicas tanto no espectro do real quanto do literário, usando estratégias narrativas alternativas ao discurso hegemônico, as quais levam em consideração ressignificações dos produtos discursivos. Contudo, ao perceber que as textualidades sobre o tema geralmente estão vinculadas à heteronormatividade, questiono a arbitrariedade do discurso hegemônico, apontando a possibilidade de subversão que as relações homossexuais femininas encorajam, uma vez que confrontam duplamente os padrões heteroculturais porque dissolvem a relação binária de gênero.

Além do que já foi mencionado, questiono o padrão discursivo de narrativas que abordam o tema. Através de um estudo que enfocou na construção de protagonistas lésbicas, identifiquei que dentre as estratégias usadas para a manifestação da sexualidade,

a forma como *Amora* reinterpreta a temática e desenvolve perfis de personagens que não se preocupam em se encaixar em definições preestabelecidas é um norte para pensarmos em configurações narrativas alternativas. Nesse sentido, os contos estudados estão alicerçados na desconstrução e na reconstrução de outra forma de dizer, que não está sujeita aos pressupostos universais, que não reivindica e nem nega as definições de gênero, de corpo e de sexualidade, mas transforma os seus significados em possibilidades mutáveis de identificações dos sujeitos.

Levando em consideração esses argumentos, defendo a necessidade de ruptura com os sistemas naturalizados, ao questionar a arbitrariedade do conceito de verdade, tão caro ao discurso literário. Nas narrativas analisadas, observo que as personagens lésbicas não são construídas por pressupostos universais e, ainda que não reivindiquem ou neguem os binarismos impostos pela heteronormatividade, os questionam através da exigência de serem sujeitos de seus discursos. A incomodação que a dualidade de conceitos – e consequente estereotipação provocam – podem ser interpretadas como estratégias utilizadas pela escritora para denunciar o sistema discursivo dominante. Ainda que os discursos tenham aproximações à cultura hegemônica, as textualidades são ressignificadas de modo que recontextualizam as identificações narradas para cenários que transcendem ao modelo hegemônico de representação.

De fato, a subrepresentatividade de discursos sobre a lesbianidade decorre do domínio da matriz heterossexual sobre o campo da cultura. Não é, porém, um “defeito de literatura”, pois não se trata de “inclinarmos” a literatura do mercado para essas causas, mas sim abrir o mercado e a sociedade para a inclusão de narrativas que deem às mulheres lésbicas o seu verdadeiro protagonismo. Quer dizer: a literatura não é essencialmente uma coisa ou outra. Não é a simples reprodução do real, mas também uma ação que deseja e provoca reações pelo fato de ser realizada de determinada maneira. Trata-se, na verdade, de subjetividades conflitantes que “escrevem” uma poética a partir da literatura, especialmente na escritura de narrativas que traçam, no tecido social, novas identificações, nas quais as protagonistas lésbicas provam a sua igualdade relativamente a outras sexualidades. Portanto, o aparecer de uma literatura baseada nos pressupostos *queer* não está condicionado à preexistência de um espaço no qual ela se torna visível. É justamente porque há invisibilidade que se pode falar, primeiramente, na possibilidade efetiva de uma poética política com protagonismo lésbico.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JR., Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. In: **Cadernos Pagú**. n. 28, 2007. pp. 129-147.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. In: **Vazantes**. Tradução de Thereza Rocha. n. 1, 2017. pp. 7-34.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2012.

_____. **Deshacer el género**. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Buenos Aires: Paidós, 2015.

_____. **Lenguaje, poder e identidad**. Tradução de Javier Sáez e Beatriz Preciado. Madri: Editorial Síntesis, 2009.

_____. **Los sentidos del sujeto**. Tradução de Paula Kuffer. Barcelona: Herder, 2016.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Sujetos del deseo**: reflexiones hegelianas em la Francia del siglo XX. Tradução de Elena Luján Odriozola. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.

_____; LACLAU, Ernest; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad**: diálogos contemporáneos de la izquierda. Tradução de Cristina Sardoy e Graciela Homs. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 21. n. 1, 2013. pp. 241-282.

COSTA, Zora Yonara Torres. Resistência, identidade e visibilidade: o corpo político das lésbicas. In: **Pólemos**. v. 1. n. 1, 2012. pp. 201-214.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. In: **Estudos Feministas**. ano 10. vol. 1, 2002. pp. 171-188.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. n. 26, 2005. pp. 13-71.

_____; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. (org.). **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. In: **Sapere Aude**. v.4. n.7, 2013. pp. 441-464. Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Bárbara Bastos.

FONSECA, José Sérgio Duarte da. Vulnerabilidade pós-humana, crítica e agência da matéria. In: **Revista Natureza Humana**. v. 20. n. 1, 2018. pp. 58-68.

GIMENO, Beatriz. La doble discriminación de las lesbianas. In: SIMONIS, Angis. **Cultura, homosexualid y homofobia**. Barcelona: Editorial Laertes, 2007. pp. 19-26.

GRAÇA, Rodrigo. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. In: **Revista Perspectiva Filosófica**. v. 43. n. 1, 2016. pp. 21-38.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza**. Tradução de Manuel Talens. Madri: Ediciones Cátedra, 1995.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagú**. n. 5, 1995. pp. 7-41.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 18. n. 1, 2010. pp. 161-170.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Tradução de Susana Bornéo Funck. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NASCIMENTO, Érick Teodósio do. **A ascensão da epifania em contos modernos e contemporâneos**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Letras. Fortaleza, 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 8. n. 2, 2000. pp. 9-41.

PAIM, Marina Bastos. Os corpos gordos merecem ser vividos. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 27. n. 1, 2019. pp. 1-6.

PELBERT, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2016.

POLESSO, Natália Borges. **Amora**. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

_____. Como pode uma machorra daquelas? In: **Revista Suplemento Pernambuco**. n. 139, 2017. p. 3.

PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. In: **Periódicus**. vol. 1. n. 3, 2015. pp. 37-51.

PORTO, Tiago da Silva. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. In: **Ide**. vol. 39. n. 62, 2016. pp. 157-166.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

_____. Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Traduzido por Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 19. n. 1, 2011. pp. 11-20.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costeira. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 10. n. 1, 2002. pp. 155-167.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **O espectador emancipado**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In: **Revista Bagoas**. n. 5, 2010. pp. 17-44.

RODRIGUES, Carla. Performance, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. In: **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad**. n. 10, 2012. pp. 140-164.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descenramentos/convergências: ensaios de crítica feminista**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do armário**. Tradução de Ana R. Luís e Fernando Matos Oliveira. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

SIMONIS, Angie. Silencio a gritos: discurso e imágenes del lesbianismo en la literatura. In: _____ (org.). **Cultura, homosexualid y homofobia**. Barcelona: Editorial Laertes, 2007. pp. 107-139.

SOUSA, Mariana Alves de. **Mulheres negras na mídia: uma discussão teórica**. Monografia. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Sociais. Uberlândia, MG, 2017.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Tradução de Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VON FRANZ, Marie-Louise. **Sonhos**: um estudo dos sonhos de Jung, Descartes, Sócrates e outras figuras históricas. Ed. Vozes: Petrópolis, 2011.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Tradução de Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Editorial Egales, 2010.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Mulheres, 2007.

ZIZEK, Slavoj. (Des)apegos apaixonados, ou Judith Butler como leitora de Freud. In: _____. **O sujeito incômodo**: o centro ausente da ontologia política. Tradução de Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 267-330.